

ESPIRITO SANTO
2 0 2 5

GOVERNO DO ESTADO
ESPIRITO SANTO
A HORA É ESSA



Espírito Santo
em Ação

Macroplan
Prospectiva & Planejamento



Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025

Agosto de 2006

5

ESPÍRITO SANTO
2 | 0 | 2 | 5

GOVERNO DO ESTADO
ESPÍRITO SANTO
A HORA É ESSA



Espírito Santo
em Ação

Macroplan
Prospectiva & Estratégia



Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006- 2025

Agosto de 2006

2006. Macroplan – Prospectiva, Estratégia e Gestão

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

P712 Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: cenário exploratório para Horizonte 2006 - 2025. - Espírito Santo: Macroplan, 2006. v.5 : il., color. ; 30cm.

I. Desenvolvimento Econômico – Espírito Santo (Estado).
2. Desenvolvimento Social – Espírito Santo (Estado). 3. Capital Humano. 4. Capital Social. I. Macroplan-Prospectiva, Estratégia & Gestão. II. Título.

CDD – 339.5

Elaborada por: Bibliotecária responsável – CRB-7/5345

A grayscale landscape photograph of Espírito Santo, Brazil, showing a valley with a city and a prominent mountain peak. The title 'Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025' is overlaid in blue text.

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

- | | |
|-----------|--|
| Volume 1 | Síntese do Plano |
| Volume 2 | Pesquisa Qualitativa |
| Volume 3 | Condicionantes do Futuro |
| Volume 4 | Análise Comparativa Internacional e com Outras Unidades da Federação |
| Volume 5 | Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025 |
| Volume 6 | Avaliação Estratégica e Subsídios para a Visão de Futuro |
| Volume 7 | Visão de Futuro |
| Volume 8 | Carteira de Projetos Estruturantes |
| Volume 9 | Agenda de Implementação, Governança e Plano de Comunicação |
| Volume 10 | Nota Técnica: Agregação de Valor e Diversificação Econômica do Espírito Santo |
| Volume 11 | Nota Técnica: Desenvolvimento da Logística e dos Transportes no Espírito Santo |

Governo do Estado do Espírito Santo

Paulo Hartung

Governador

Guilherme Gomes Dias

Secretário de Estado de Economia e Planejamento

Dayse Maria Oslegher Lemos

Subsecretária de Planejamento

Espírito Santo em Ação

Nilton Chieppe

Diretor-coordenador

Arthur Carlos Gerhardt Santos

Membro do conselho deliberativo

Petrobras

Márcio Félix Carvalho Bezerra

Gerente Geral da unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo

Macroplan

Cláudio Porto

Diretor

José Paulo Silveira

Diretor

Alexandre Mattos de Andrade

Coordenador Executivo do Projeto ES2025



Sumário

Apresentação	9
1. Construindo Futuros	11
2. Análise Retrospectiva	15
3. Condicionantes de Futuro do Espírito Santo 2006-2025	23
3.1 Condicionantes Exógenos	23
3.2 Condicionantes Endógenos	39
4. Incertezas Críticas e Cenários para o Horizonte 2006-2025	51
4.1 Incertezas Críticas	53
4.2 Os Cenários Resultantes	62
4.3 Três Cenários para o Espírito Santo 2006-2025	63
5. Cenário A – Desenvolvimento Sustentado	65
5.1. Filosofia	65
5.2. Cena de Chegada: 2025	66
5.3. Trajetória de Construção do Cenário A	79
5.3.1. Primeira Cena: 2010	79
5.3.2. Segunda Cena: 2015	82
5.4. A Lógica do Cenário A	87
5.5. O Desenvolvimento Sustentado em Números	88
6. Cenário B – Crescimento Excludente	89
6.1. Filosofia	89
6.2. Cena de Chegada: 2025	90

6.3. Trajetória de Construção do Cenário B	102
6.3.1. Primeira Cena: 2010	102
6.3.2. Segunda Cena: 2015	105
6.4. A Lógica do Cenário B	109
6.5. O Crescimento Excludente em Números	110
7. Cenário C – Estagnação e Retrocesso	111
7.1. Filosofia	111
7.2. Cena de Chegada: 2025	112
7.3. Trajetória de Construção do Cenário C	126
7.3.1. Primeira Cena: 2010	126
7.3.2. Segunda Cena: 2015	130
7.4. A Lógica do Cenário C	135
7.5. A Estagnação e Retrocesso em Números	136
8. Exame de Plausibilidade e Análise Comparativa	137
9. Implicações para a Estratégia de Desenvolvimento	145
9.1 Principais Oportunidades para o Espírito Santo	145
9.2 Principais Ameaças para o Espírito Santo	146
9.3 Principais Potencialidades para o Espírito Santo	147
9.4 Principais Riscos para o Espírito Santo	148
Bibliografia	151
Equipe do Projeto	157



Apresentação

O **Volume 5 – Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025** é um documento elaborado com o objetivo de fornecer referências, subsídios e estímulo à reflexão para a construção do **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo** no horizonte de **2025**.

O trabalho de desenvolvimento desse volume foi conduzido pelo **Governo do Estado, através da Secretaria de Economia e Planejamento** em parceria com o **Espírito Santo em Ação** e a **Petrobras**, com o apoio técnico e metodológico da **Macroplan – Prospectiva, Estratégia & Gestão**.

Este documento contém o resultado das reflexões prospectivas a partir da Metodologia Macroplan de Construção e Análise de Cenários. Ele constituiu uma etapa importante para definir, de maneira consistente, a Visão de Futuro do Espírito Santo e a Estratégia adotada para o seu alcance, assim como para a elaboração detalhada da Carteira de Projetos Estruturantes. Esta etapa de construção de cenários exploratórios foi antecedida por um conjunto de mais de uma centena de entrevistas e dois cadernos sobre os condicionantes exógenos e endógenos do futuro do Espírito Santo, aqui apenas brevemente apresentados.

Tais reflexões resultam de intensas reuniões envolvendo a Equipe Técnica Local, técnicos da SEP e do Instituto Jones dos Santos Neves (IPES) e consultores da Macroplan. Entre elas, destacam-se as oficinas de 09 e 11 de novembro de 2005 e de 23 a 24 de janeiro de 2006.

Nessas oficinas percorreu-se a seguinte trajetória: a) definição do sistema de cenarização; b) identificação e discussão dos principais condicionantes de futuro exógenos e endógenos ao Espírito Santo; c) discussão sobre as incertezas críticas; d) apresentação e validação dos cenários e, finalmente; e) reflexão conjunta sobre as implicações para a estratégia decorrentes da reflexão prospectiva sob cenários.

Seus resultados são expressos em 9 capítulos neste documento:

O primeiro traz algumas considerações sobre a Metodologia Macroplan de Construção e Análise de Cenários; o segundo consiste em uma breve análise retrospectiva sobre o Espírito Santo, ressaltando a lógica e suas principais etapas de desenvolvimento, bem como explicitando os principais atores; o terceiro capítulo sintetiza os condicionantes de futuro exógenos e endógenos; e o quarto capítulo enumera o conjunto de incertezas quanto ao futuro do estado e destaca as chamadas incertezas críticas, em cima das quais está depositada grande parte das diferenças entre os futuros traçados.

Esses quatro capítulos, por sua vez, constituem as reflexões preliminares que funcionam como pano de fundo para a construção dos três cenários apresentados nos capítulos cinco, seis e sete.

O capítulo oito consiste em uma análise comparativa entre os três cenários e em uma reflexão sobre a plausibilidade dos mesmos. Por fim, o documento se conclui no nono capítulo que apresenta as implicações dos cenários para formulação estratégica do estado.

As conclusões apresentadas neste documento constituem-se em um rico acervo para orientar os decisores quanto à evolução futura do estado. A antecipação de oportunidades, ameaças, potencialidades e riscos trazida pelos **Três Cenários para o Espírito Santo 2006-2025** se constitui em um dos elementos centrais a subsidiar a estratégia de desenvolvimento que conduzirá o Espírito Santo na conquista do futuro que a sociedade capixaba deseja.

Boa leitura!

Agosto de 2006



1. Construindo Futuros

A etapa de **Construção de Cenários Exploratórios** do Espírito Santo no horizonte 2025 sucede o trabalho de inventário e análise dos condicionantes do futuro, ou seja, de processos e/ou eventos com grande poder de impacto na manutenção do *status quo* (fatores de inércia) ou na transformação da trajetória futura do estado e dos seus eixos de desenvolvimento e integração (fatores de mudança).

Com o apoio do estudo retrospectivo e tomando por base estes condicionantes, trata-se agora de refletir que perspectivas se colocam, hoje, para o Espírito Santo, identificando quais os principais fenômenos ou fatores que definirão seus futuros alternativos. Em outras palavras, cabe-nos perguntar: o que é certo ou quase certo e quais são as incertezas críticas que se colocam para o estado nos próximos vinte anos?

A resposta a esta pergunta consiste no principal objetivo desta etapa, cujo desenvolvimento está baseado na metodologia de cenários, que diferencia os condicionantes em função de sua visibilidade e grau de incerteza.

Cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um sistema e seu contexto, e do caminho ou trajetória que o conecta com a situação inicial deste sistema e contexto. São hipóteses, e não teses; são narrativas e não teorias; são divergentes e não convergentes.

A atividade de planejamento, como um processo de decisão frente ao futuro, deve incorporar recursos técnicos e instrumentos adequados de antecipação do futuro. Para não limitar-se à intuição e à ilusão de continuidade e estabilidade, ou enganar-se na pura fantasia da utopia, é necessário cuidar de mapear tecnicamente e organizar os futuros prováveis ou plausíveis.

O esforço intelectual dispendido desde a Segunda Guerra Mundial para gerar técnicas de previsão do futuro tem refletido esta necessidade premente e crescente de organizar as incertezas para melhor planejar a ação. Neste esforço, de todas as várias técnicas criadas, o método de cenários é atualmente o mais completo e rico processo de antecipação de futuros.

Trabalhando sempre com mais de uma alternativa, os cenários reduzem a inevitável incerteza frente ao futuro sem cair no determinismo das previsões.

Diferenças entre cenários e previsões

Cenários	Previsões
Futuros possíveis e plausíveis	Futuros prováveis
Baseados em incertezas	Baseadas em determinadas relações
Ilustram o risco	Escondem os riscos
Qualitativo e/ou quantitativo	Quantitativo
Necessários para saber o que decidir	Necessárias para ousar em decisões
Usado com alguma frequência	Usado diariamente
Poderosos em perspectivas de médio a longo prazo e em ambientes de incerteza média ou elevada	Poderosas em perspectivas de curto prazo e em baixo grau de incerteza

A antecipação de futuros não é, portanto, uma atividade puramente teórica ou um exercício especulativo. Ela serve, antes de tudo, para preparar a ação. E, conseqüentemente, para os atores sociais interessados, não se trata apenas de antecipar futuros, mas de fazer ou reconstruir o futuro através da prática social dos indivíduos, grupos e organizações.

O propósito primário dos cenários não é o de predizer o futuro, e sim, organizar, sistematizar e delimitar as incertezas explorando sistematicamente os pontos de mudança ou manutenção dos rumos de uma dada evolução de situações. Deste modo, um bom cenário explicita não só como uma situação pode vir a ocorrer, passo a passo; mas, também, que alternativas se colocam em cada momento, para que se possa formular políticas de interesse público capazes de prevenir, evitar, minimizar, reorientar ou facilitar o processo em curso no futuro.

*O suposto central é que **o futuro é sempre uma construção social**. Resulta, portanto, da ação dos homens e pode seguir por caminhos diversos, definidos pelos interesses em jogo, que as circunstâncias políticas e os estrangimentos estruturais podem definir.*

Os principais atributos dos cenários são: visão sistêmica da realidade; ênfase em aspectos que são descritos em termos qualitativos; explicitação das

relações entre variáveis e atores como estruturas dinâmicas; visão de futuro como construção social, e não como fatalidade. Com isso, o futuro é concebido como um espaço aberto a múltiplas possibilidades. Trata-se de uma metodologia testada em diversos meios ao longo de quase 25 anos, e cuja aplicação pode ser descrita resumidamente em seis passos que são descritos a seguir:

1. **Estudo retrospectivo** do Espírito Santo

Busca a definição das variáveis de mudança e permanência no ambiente que influencia diretamente a realidade capixaba que prevaleceu nas últimas décadas.

2. Descrição da **situação atual**

Identifica a natureza e as principais características do Espírito Santo e seu ambiente de entorno, possibilitando a identificação das principais variáveis e atores.

3. Mapeamento dos principais **condicionantes de futuro**

Permite a identificação dos fatores de inércia, atores mais relevantes e as incertezas críticas fundamentais no processo de geração de cenários.

4. Investigação **morfológica**

Técnica que permite, a partir de uma matriz construída com as incertezas críticas, e suas hipóteses plausíveis, articulando-as de forma racional e coerente, gerar a filosofia e a lógica dos cenários.

5. Desenvolvimento e quantificação dos **cenários**

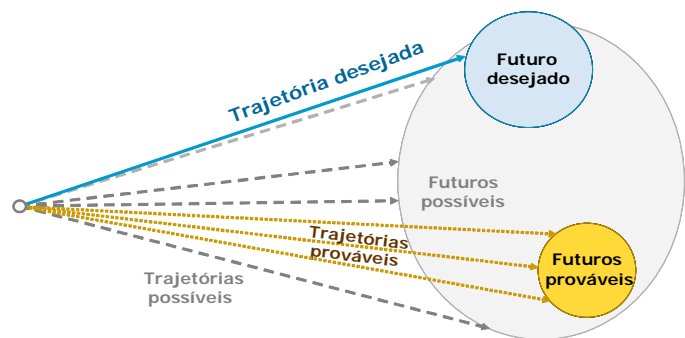
Com os cenários gerados e selecionados em função de sua factibilidade, é o momento de seu desenvolvimento segundo seis dimensões: político-institucional, social, economia, logística, meio ambiente, educação e C&T&I. Em seguida, os cenários são quantificados com indicadores previamente escolhidos, de forma não determinística, mas indicativa. Os números servem para dar uma idéia de mensuração e grandeza de suas principais dimensões e em função da especificidade de cada cenário.

6. **Análise comparativa** e testes de **plausibilidade** dos cenários gerados

Consiste em analisar, comparativamente, os cenários selecionados e desenvolvidos, seguido de um exame da robustez e plausibilidade dos mesmos.

A partir desses passos definidos pela metodologia estão construídos os cenários, que passam então a servir de referência para a construção de estratégias que visem tanto a neutralizar as ameaças e riscos potenciais quanto a aproveitar as oportunidades e materializar potencialidades que o futuro nos reserva. Em outras palavras, o estudo de cenários permite a caracterização dos principais impactos e implicações que estas oportunidades, ameaças, potencialidades e riscos representam para o futuro do estado, fornecendo subsídios essenciais para a construção da estratégia de desenvolvimento que conduzirá o Espírito Santo ao seu futuro desejado.

Possibilidades de Futuro



2. Análise Retrospectiva

Indicadores Gerais

O Espírito Santo é um dos menores estados do Brasil em termos geográficos. Com uma área territorial de 46.047 Km², o estado somente não é menor que o Rio de Janeiro, Sergipe e Alagoas, além do Distrito Federal. A população estimada de 3,4 milhões de habitantes torna o estado o 14º mais populoso do país, com um alto índice de povoamento em relação às demais UFs: com uma densidade demográfica de 67,3 habitantes/km², na lista dos estados brasileiros mais povoados, o Espírito Santo fica atrás somente do Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. A população capixaba é essencialmente urbana. Segundo o Censo 2000, cerca de 80% da população do estado - o que corresponde a cerca de 2,7 milhões de pessoas - reside em áreas urbanas, sendo que a maior parte se concentra nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A RMGV, composta pelos municípios

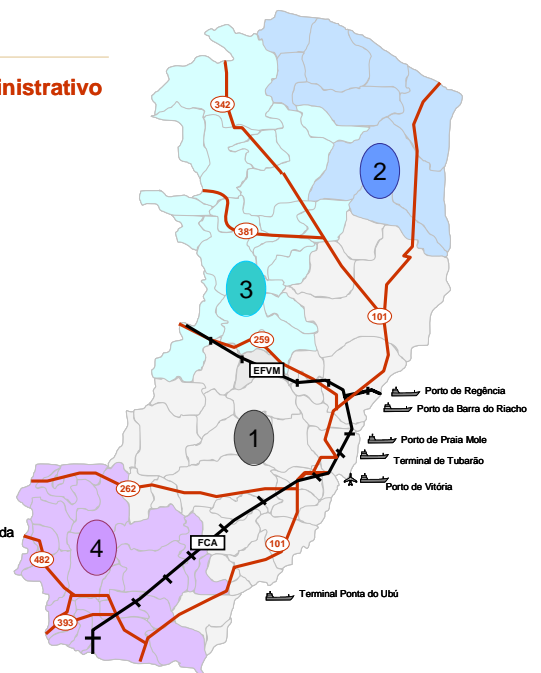
Espírito Santo

Mapa Político-Administrativo

legenda

- 1 Macrorregião Metropolitana
- 2 Macrorregião Norte
- 3 Macrorregião Nordeste
- 4 Macrorregião Sul
- Rodovia Federal Pavimentada
- ++ Ferrovia
- ☐ Porto
- ✈ Aeroporto

Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do Ministério dos Transportes e do IPES



Espírito Santo

Região Metropolitana de Grande Vitória

legenda

- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Ferrovia

Fonte: Ministério dos Transportes



de Fundão, Serra, Cariacica, Vitória, Viana, Vila Velha e Guarapari, absorve cerca de 1,6 milhões de habitantes, o que corresponde a pouco mais de 47% da população total do Estado. Contribui ainda para a significativa densidade demográfica capixaba o elevado número de imigrantes residentes no estado: cerca de 17% da população é composta por pessoas oriundas predominantemente de estados vizinhos, especialmente da Bahia e de Minas Gerais.

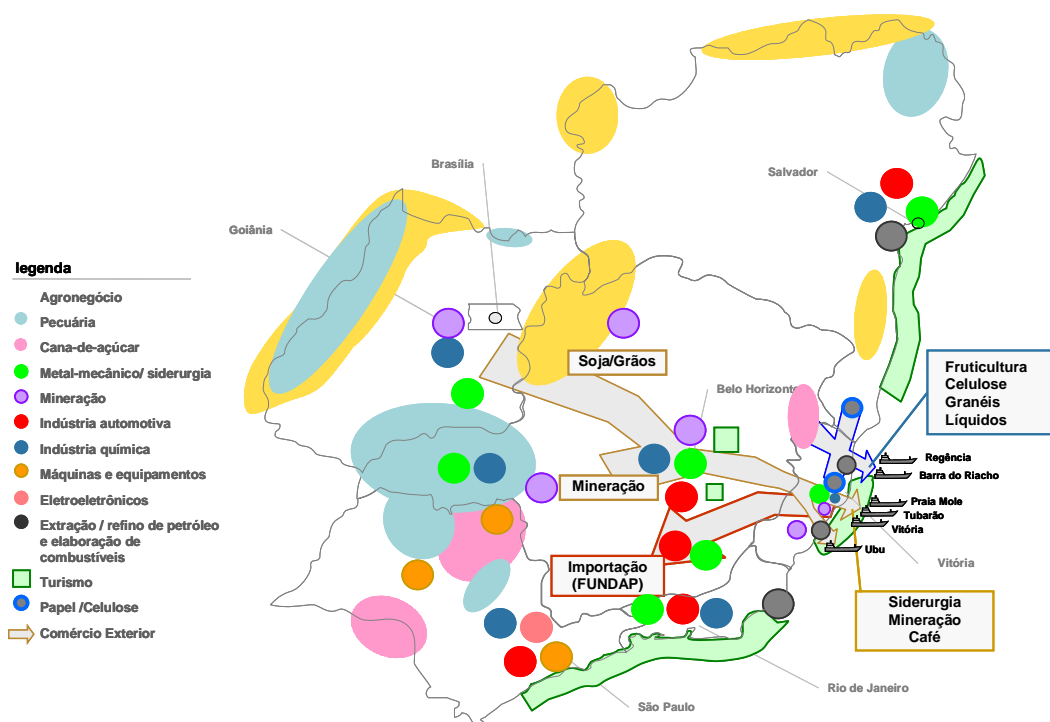
Além dos fluxos migratórios nacionais, a história do Espírito Santo também se relaciona intimamente com a imigração de povos estrangeiros, com especial destaque para italianos, alemães, poloneses e pomeranos. Como resultado, a forte marca da colonização européia, somada à cultura negra e indígena já existentes, reflete-se em uma ampla diversidade cultural dentro do estado. Este aspecto, entretanto, contribui para que o estado demonstre uma identidade ainda frágil. Corroboram para isso também o tempo de maturação exigido para que marcas e símbolos sejam criados, bem como a forte personalidade cultural dos estados fronteiriços ao Espírito Santo: Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Some-se a isso, em última instância, o fato de a economia capixaba ter passado por um desenvolvimento tardio. O Espírito Santo, portanto, encontra-se em um estágio de auto-definição e de busca de um melhor posicionamento dentro do cenário nacional, bem como de uma imagem à qual o estado espera ser associado.

Com um PIB de R\$ 28,9 bilhões, a economia capixaba ocupa a 12ª posição no ranking nacional. Sua estrutura produtiva é dominada pelas cadeias de ferro e aço, papel e celulose, café e, em menor escala, rochas ornamentais e fruticultura. Entretanto, o grande destaque do Espírito Santo no cenário econômico se refere ao setor petróleo: com grande potencial para a exploração e produção de óleo e gás natural (o estado possui a 2ª maior reserva do país) e uma "diversidade" única no país até o momento¹, espera-se uma forte expansão das atividades petrolíferas no estado, o que certamente terá efeito sobre a realidade local.

Além da expectativa quanto ao setor petróleo, outro traço de destaque da economia capixaba consiste em sua base exportadora, favorecida pela estratégica posição geográfica do estado e pelo bom sistema logístico de escoamento da produção. Formado por uma rede de seis portos, o Complexo Portuário Capixaba consiste em um dos mais importantes corredores de comércio internacional do Brasil, conferindo-lhe uma hinterlândia que abrange os estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Bahia.

¹ Petróleo e gás, em terra e mar, e óleo extra-pesado, pesado e leve.

Fluxo do comércio exterior escoado pelo ES



Fonte: Elaboração própria da Macroplan. Base de dados – Agropecuária: Sidra / IBGE (PAM 2002 e PPM 2003); Indústria: Pesquisa Anual Industrial (PIA Produto) / IBGE.

O Espírito Santo sob uma perspectiva histórica

Desde meados do século XIX até a década de 1950, os ciclos econômicos do Estado do Espírito Santo estavam intimamente ligados à atividade cafeeira. No limiar da década de cinquenta, 75% dos estabelecimentos rurais no Espírito Santo tinham o café como principal atividade e a cafeicultura contribuía diretamente com cerca de um terço da renda gerada no estado e com mais de 40% das suas receitas. As recorrentes crises de queda de preço na atividade cafeeira reduziram significativamente a renda de boa parte da população. Entretanto, o modelo de produção em pequenas propriedades familiares favorecia a não substituição da cultura, em razão do caráter de subsistência de parte dessas propriedades.

O período que se inicia de forma mais contundente em meados dos anos cinquenta até meados dos anos oitenta foi marcado, principalmente nos anos setenta, por fortes transformações na economia capixaba. Essas mudanças conduziram a economia do Espírito Santo à diversificação de sua base

produtiva. Assim, a economia predominantemente agro-exportadora, centrada na produção cafeeira em pequena escala passou rapidamente a uma especialização secundário-exportadora centrada em *commodities* industriais de produção em larga escala.

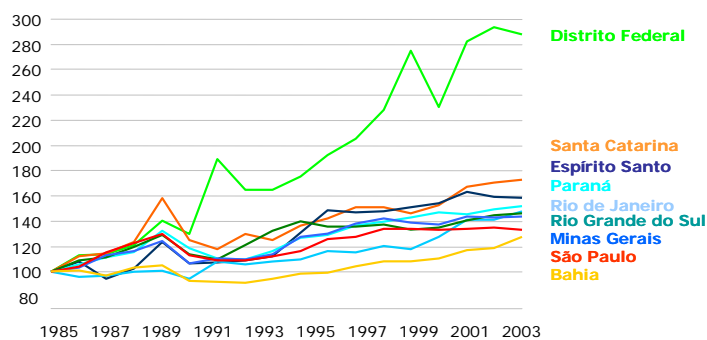
A partir da década de 1970 a cafeicultura, marcada pela baixa escala e baixa produtividade, sofreu forte redução em sua participação na economia do estado com o programa de erradicação dos cafezais menos produtivos, implantado pelo governo federal. Iniciou-se, então, um processo de diversificação da produção pela via industrial.

A trajetória de expansão industrial na economia capixaba teve duas etapas bem definidas, sendo a primeira entre 1955 e 1975 e a segunda, entre 1975 e 1985. Na primeira, o processo foi determinado predominantemente pelo capital local, embora estimulado também por investimentos resultantes do plano de metas do Governo JK. Essa etapa, que contou com a instalação e operação das duas primeiras usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), foi marcada por um salto na indústria de transformação do estado, com uma taxa de crescimento anual média próxima a 15%. Entretanto, foram pouco expressivas as alterações da estrutura industrial, pois os pequenos estabelecimentos continuaram predominantes.

A segunda etapa da expansão industrial (1975-1985) foi mais significativa do ponto de vista da diversificação, tendo sido capitaneada pelo grande capital estatal e estrangeiro. Essa etapa foi marcada pela instalação e expansão dos chamados Grandes Projetos - grandes unidades industriais focadas na produção de bens intermediários (*commodities*) – formulados no âmbito de um planejamento estratégico do governo federal que objetivava deter, ou minimizar, a reversão ocorrida no ciclo econômico nacional a partir de 1975, após o fim do período conhecido como “milagre econômico”.

Dessa forma, o caminho da diversificação do parque produtivo estadual se deu pela via da atração de investimentos de grandes empresas privadas, assim como do capital estatal, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

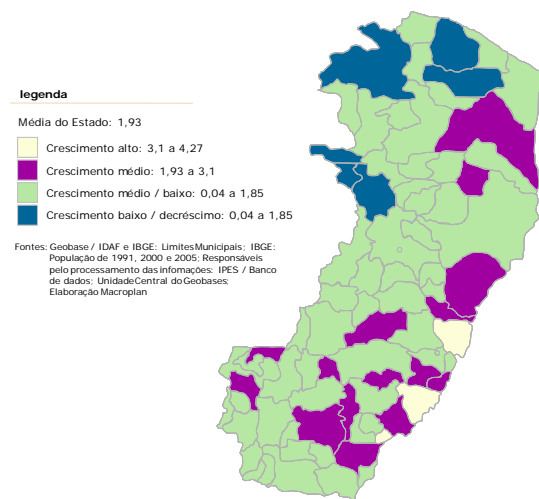
Variação do PIB 1985-2003



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Unidade: R\$ de 2000. Base fixa: 1985=100

Entre os setores que aumentaram sua participação na indústria de transformação destacam-se: (i) o setor de papel e celulose, que aumentou seu peso na indústria de transformação de 0,1% (1975) para 11,5% (1980), resultado da implantação da fábrica da Aracruz Celulose S.A., em 1979; (ii) o setor de extração mineral, que teve a sua participação ampliada a partir de 1971, com a inauguração de mais quatro usinas de pelotização da CVRD, tendo o seu peso na indústria de transformação chegado a representar 40,3% da produção desta indústria em 1980; e (iii) o setor metalúrgico, que teve ampliada sua participação apenas no início dos anos oitenta, com a operacionalização da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), em fins de 1983.

Taxa de Crescimento Populacional



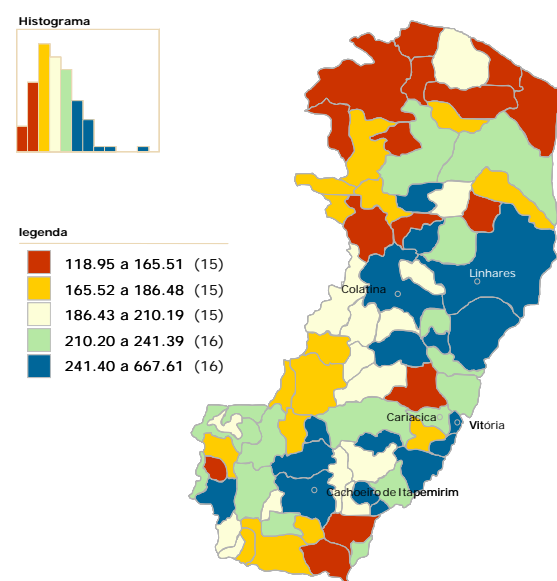
A entrada em operação das unidades fabris ligadas aos grandes projetos de mineração e papel e celulose impulsionou a diversificação da indústria capixaba. Se em 1950 os principais gêneros tradicionais (alimentos e bebidas, madeira, minerais não-metálicos e têxteis) da indústria respondiam por 87,4% do valor da transformação industrial no Espírito Santo, em 1985 a participação destes gêneros já havia se reduzido a 29%.

Passados os ciclos do café e da industrialização, no limiar do século XXI teve início o terceiro ciclo de desenvolvimento da economia capixaba, com a intensificação das pesquisas e a descoberta de novos e promissores campos de exploração de óleo e gás. Esta nova etapa do processo de desenvolvimento do Espírito Santo tem um grande potencial para provocar mudanças significativas na economia local.

A reconfiguração da economia em um período de tempo relativamente curto – cerca de vinte anos – teria

Renda per Capita 2000

Municípios do estado do Espírito Santo



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

sido impossível se não tivesse ocorrido também um significativo movimento político-institucional, que desse sustentabilidade ao processo. Foi o que de fato ocorreu: entre meados da década de cinquenta e final da década de setenta, o Espírito Santo conheceu um sustentado ciclo de reconfiguração dos grupos hegemônicos, das lideranças políticas e do aparato institucional interno e externo ao estado.

Até o início dos anos sessenta, a economia primário-exportadora capixaba refletia-se em uma sociedade cujo grupo hegemônico estava relacionado essencialmente ao espaço agrário, sobretudo no sul do estado. Assim, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo há muito já haviam dado início a seus respectivos processos de industrialização, o coronelismo e o patrimonialismo, típicos da sociedade brasileira dos tempos do Império, ainda se mostravam como os dois principais sustentáculos do aparato institucional capixaba, centrado nos interesses particulares da classe política dominante, vinculada ao setor cafeeiro. Com a crise do café e o início da industrialização baseada no capital local, iniciou-se um processo de gradativa perda de relevância política dos antigos coronéis em relação às lideranças emergentes, mais vinculadas aos interesses urbanos e com maior preparo técnico para fazer frente aos novos desafios de governança.

Esse movimento ganhou força com o segundo ciclo de industrialização baseado nos Grandes Projetos. Diante de uma nova política institucional externa, marcada pelo autoritarismo e pelo desenvolvimentismo típicos dos governos militares, o impulso econômico ocasionado pelos grandes investimentos e a forte articulação entre a União e as lideranças políticas urbanas emergentes resultou numa forte reconfiguração político-institucional no Espírito Santo.

Mas, apesar dos notáveis impactos positivos, o forte processo de desenvolvimento econômico que o Espírito Santo conheceu nos últimos quarenta anos gerou também um conjunto de impactos negativos. Se, por um lado, a reconfiguração econômica vivenciada pelo estado representou intensificação da

Desenvolvimento Humano

Posição	Estado	IDH	IDH Renda	IDH Longe	IDHEdu
	Brasil	0.766	0.723	0.727	0.849
1	DF	0.844	0.842	0.756	0.935
2	SC	0.822	0.75	0.811	0.906
3	SP	0.82	0.79	0.77	0.901
4	RS	0.814	0.754	0.785	0.904
5	RJ	0.807	0.779	0.74	0.902
6	PR	0.787	0.736	0.747	0.879
7	MS	0.778	0.718	0.751	0.864
8	GO	0.776	0.717	0.745	0.866
9	MT	0.773	0.718	0.74	0.86
10	MG	0.773	0.711	0.759	0.85
11	ES	0.765	0.719	0.721	0.855

Fonte: PNUD, 2000



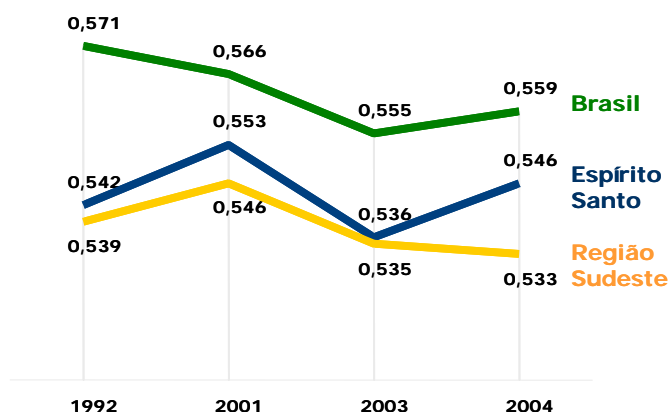
industrialização, geração de emprego e renda, urbanização e crescimento do PIB acima da média nacional, sobretudo nos últimos 20 anos, por outro, deixou algumas cicatrizes no tecido social.

O principal e mais visível impacto negativo do desenvolvimento econômico capixaba consiste na concentração espacial da renda e da população em torno dos grandes centros urbanos. Se durante o ciclo cafeeiro o grande sustentáculo da economia estava localizado no interior do estado, com a onda de investimentos produtivos e a entrada de novas plantas industriais no estado o desenvolvimento econômico passou a concentrar-se nas grandes áreas urbanas, especialmente na RMGV, tendência esta que tende a se agravar com a expansão do setor petróleo.

A dicotomia evidenciada entre o bom desempenho econômico e a situação social ruim se faz visível ainda por intermédio de alguns frágeis indicadores sociais existentes no Espírito Santo. Com um IDH próximo à média brasileira, o Espírito Santo ocupa a 11ª colocação no ranking nacional de desenvolvimento humano. O componente de maior impacto no cálculo do índice é a 'renda', enquanto os componentes 'educação' e 'longevidade' apresentam um resultado ruim para um estado que apresentou o 3º maior crescimento econômico dentre todas as UFs nos últimos 20 anos.

Sendo assim, percebe-se que o processo de desenvolvimento econômico dos últimos anos teve um traço marcadamente excludente. Excelentes indicadores econômicos ao lado de baixos indicadores de escolaridade, longevidade e acentuada desigualdade social, resultando em crescentes índices de violência, revelam que, no Espírito Santo, o "econômico" e o "social" trilharam rumos diferentes, com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelo ciclo de desenvolvimento.

Concentração de Renda – Índice de GINI



Fonte: IBGE, PNAD, 2004

O Espírito Santo hoje

Após enfrentar uma forte crise de Estado no final da década de 1990, quando chegou a sofrer uma “intervenção branca” do Governo Federal, o setor público capixaba vem se recuperando, resgatando a credibilidade institucional e incorporando a ética como princípio básico da governança pública. Soma-se a isso a conjuntura externa favorável – com o crescimento da economia mundial e a expansão da demanda por *commodities* – e as expectativas quanto ao forte crescimento econômico no estado a ser desencadeado pela expansão do setor petróleo e pelos recursos que essa expansão irá trazer para os cofres públicos. Com isso, o Espírito Santo vive um momento atual de euforia, mas também de grande risco.

É exatamente na euforia e no otimismo quanto ao futuro do estado que reside o perigo: a convicção de que o crescimento econômico já está contratado e que nenhum cenário adverso poderá modificar tal tendência, configurando um “destino”, pode conduzir a um outro futuro, bastante distinto do esperado.

O risco é ainda maior quando as dimensões social e econômica são dissociadas das demais, depositando-se no governo a totalidade das expectativas por mudança. Simplesmente não há certezas quanto ao desempenho futuro da economia do País e do mundo, assim como não há garantias de que os recursos advindos da expansão do petróleo serão investidos de maneira sustentável. Além disso, não há como assegurar que as melhorias na governança vivenciadas nos últimos anos sejam duráveis no longo prazo.

Sendo assim, há inúmeros fatores de risco que devem servir de contra-peso ao atual momento de fortes expectativas positivas experimentado pelo estado. O Espírito Santo não é uma ilha: há um conjunto de aspectos - internos e externos – que condicionam o futuro do Espírito Santo. Será este o alvo de nossa análise na próxima seção.

3. Condicionantes de Futuro do Espírito Santo 2006-2025²

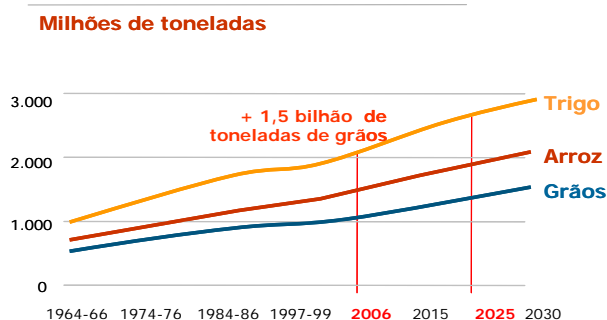
Conforme mencionado anteriormente, os condicionantes de futuro consistem em um conjunto de fatores que têm influência relevante sobre a trajetória futura do objeto de cenarização - no nosso caso, o Estado do Espírito Santo. Tais condicionantes, por sua vez, são definidos por intermédio do mapeamento de **tendências consolidadas, gargalos, tensões estruturais e mudanças em andamento** do contexto que podem ter origem exógena (mundial e nacional) ou endógena ao estado. Uma descrição dos principais fatores que condicionarão o futuro do Espírito Santo nos próximos 20 anos é mostrada a seguir.

3.1 Condicionantes Exógenos

Mundo

O contexto mundial oferece um conjunto de variáveis importantes que tendem a afetar a trajetória do Espírito Santo e que, por isso, não podem deixar de ser objeto de estudo e análise ao longo do processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento para o estado em uma perspectiva de longo prazo.

Consumo de Alimentos no Mundo 2003



Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2000)

² Uma análise aprofundada do conjunto de condicionantes de futuro nacionais e mundiais pode ser encontrada no volume I do documento Condicionantes de Futuro do Espírito Santo 2025.

Trata-se, portanto, de processos que estão em andamento na conjuntura mundial e que podem vir acompanhadas tanto de oportunidades quanto de ameaças para o Espírito Santo. Tais aspectos condicionam o futuro capixaba no horizonte de 20 anos e sua trajetória real dependerá da capacidade do estado de aproveitar as oportunidades emergentes ou neutralizar as ameaças que surgem no bojo desse processo. Dentre as onze forças em voga no contexto mundial que tendem a influenciar o futuro do Espírito Santo no horizonte 2006-2025, podemos destacar as seguintes:

A população do mundo está crescendo e envelhecendo. O crescimento da população mundial, oriunda especialmente dos países emergentes, resultará em **aumento da demanda mundial por alimentos**. Este aspecto oferece ao Espírito Santo um leque de oportunidades, dado que boa parte dos grãos agrícolas produzidos no Centro-Oeste brasileiro é escoada por intermédio do complexo portuário capixaba. Soma-se a isso o consumo crescente de frutas e café, o que, no caso do café, geraria um impacto direto sobre a economia do estado, que é o 2º maior produtor nacional de café e um dos principais exportadores de frutas da Federação.

Já o envelhecimento da população mundial, por seu turno, tende a gerar **crecentes oportunidades relacionadas ao setor turismo**, especialmente em regiões que possuem excelentes atrativos turísticos, como é o caso do Espírito Santo.

No campo econômico, o mundo reconhece a **ascensão de países emergentes** que, por sua dimensão, têm elevado potencial de ocupar um lugar de liderança no mundo: as chamadas “baleias”, dentre as quais se destacam China e Índia. Se, por um lado, o **crescimento econômico das “baleias”** provocará uma significativa **expansão da demanda global por commodities industriais** - como ferro, aço e minérios – e **energia** (especialmente petróleo), impactando positivamente sobre a economia capixaba, por outro lado poderá ocasionar uma **gradual transferência do eixo mais dinâmico da economia mundial do Oceano Atlântico para o Pacífico**. Este aspecto consiste em uma ameaça para o Espírito Santo à medida que o estado, dado sua posição geográfica, está orientado para o comércio exterior via Atlântico. Como consequência, se tornará cada vez mais necessário o investimento em tecnologia nos sistemas produtivo e logístico, para que o estado se mantenha competitivo e possa fazer frente a este fato.

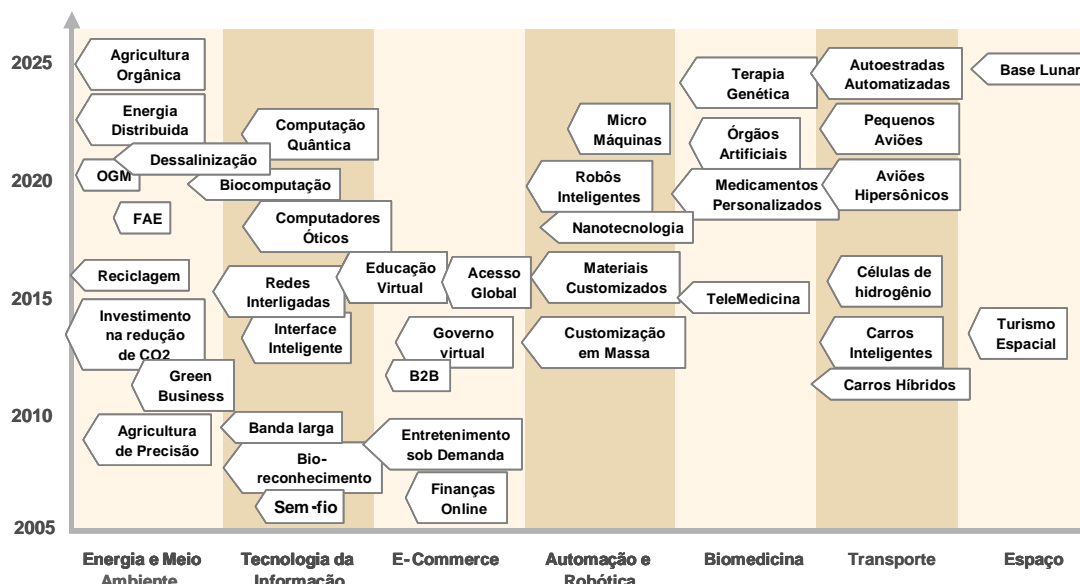
Ranking das Economias Mundiais

G6 em 1985			G6 em 2005			G6 em 2025		
Ranking	País		Ranking	País		Ranking	País	
1		EUA	1		EUA	1		EUA
2		Japão	2		Japão	2		China
3		Alemanha	3		Alemanha	3		Japão
4		França	4		Grã Bretanha	4		Índia
5		Grã Bretanha	5		China	5		Alemanha
6		Itália	6		França	6		Rússia

Fonte: FMI (2005)
Fonte: FMI (2005)
Fonte: Goldman Sachs (2003)

Ao lado desse deslocamento geográfico situa-se um outro, de caráter tecnológico. O desenvolvimento científico passa atualmente por um momento de grande ruptura quando **as principais tendências tecnológicas – biotecnologia, nanotecnologia, tecnologia da informação e ciências cognitivas – convergem e rompem paradigmas**. A biotecnologia oferece o entendimento dos genes humanos através de alterações genéticas e remédios feitos sob medida para o paciente; a nanotecnologia surge como a ferramenta que tornará os computadores capazes de alcançar velocidades inimagináveis e criar nanorobôs capazes de executar qualquer tarefa; a tecnologia da informação unirá a rede mundial de computadores em uma nova forma de Internet, utilizando celulares e aparelhos remotos capazes de enviar e receber dados a velocidades superiores a centenas de GBs; e as ciências cognitivas permitirão o conhecimento do funcionamento do cérebro humano, e replicação desse conhecimento para qualquer tipo de rede e para o aprendizado humano, levando a uma maior simbiose homem-máquina. Esse amplo processo de convergência tecnológica certamente oferecerá ao Espírito Santo um **vasto leque de oportunidades de trabalho e de mecanismos de inserção externa**. Além disso, o desenvolvimento tecnológico tende a impactar de maneira crescente o **setor terciário** que, além de aumentar de importância, conhecerá um recrudescimento das pressões pelo aumento da qualidade dos serviços vendidos.

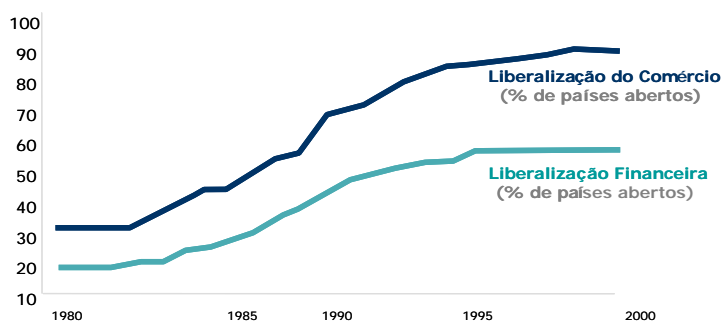
Emergência e convergência das novas tecnologias



Fonte: Techcast, 2005

Outro aspecto que marcará o panorama mundial nos próximos 20 anos e que terá especial impacto sobre a realidade capixaba está relacionado à **intensificação da globalização**, entendida como a ampliação dos fluxos de informação, tecnologia, capitais, produtos, serviços e pessoas ao redor do mundo. Esse processo atuará como a base do crescimento econômico mundial, sendo responsável pela modificação do padrão de inserção externa e de inter-relação dos países. Nesse caso, o **aumento da inserção externa do Brasil tem impacto direto sobre o Espírito Santo**, por ser um dos principais canais de escoamento da produção nacional. Em outras palavras, a condição privilegiada do Estado o credencia a ocupar papel de destaque no processo de intensificação da inserção brasileira na economia global:

Intensidade da Globalização e da Abertura Econômica



Fonte: Amostra de 85 países—21 Industrializados e 64 em desenvolvimento - FMI (2005)

além de funcionar como um portal de integração do País com o resto do mundo, o Espírito Santo **está localizado justamente na fronteira do espaço econômico mais dinâmico da América do Sul**, que vem de Santiago do Chile ao Rio de Janeiro, passando por Buenos Aires e São Paulo.

Embora um fenômeno distinto, a globalização traz consigo um intenso crescimento da Economia do Conhecimento. **O conhecimento é o novo motor da economia mundial** e essa tendência deve se intensificar. No que tange ao Espírito Santo, as mudanças no mundo do trabalho vão exigir, por parte do Estado e da iniciativa empresarial local, um grande esforço em direção à apropriação de tais transformações.

Já no campo geopolítico – das turbulências e conflitos em andamento no mundo – poucos eventos têm impacto atual ou potencial sobre a realidade do Estado do Espírito Santo. Para as próximas duas décadas, **os conflitos mundiais tendem a manter-se localizados, sem impactos maiores sobre a economia mundial**. Essa tem sido a temática dos conflitos entre países desde a criação da bomba atômica. Desde o final da 2^a. Guerra Mundial, **os conflitos insurgentes têm mantido seu caráter regional**, como ocorreu com a Guerra da Coréia, a Crise dos Mísseis em Cuba, a Guerra do Vietnã, os conflitos no Oriente Médio, entre israelenses e palestinos, e as Guerras do Golfo (Kuwait e Iraque).

Impacto maior sobre a realidade capixaba tende a ser provocado pela **consolidação da chamada sociedade de risco**. As grandes transformações que o mundo tem conhecido nas duas últimas décadas têm aprofundado de maneira incontestável as possibilidades de risco a que as sociedades estão submetidas. Não apenas as dimensões de risco se ampliam³, mas aumentam também significativamente as possibilidades de sua ocorrência. O Espírito Santo, tal como o País como um todo, não está à margem desse processo. Porém, **a mesma posição geográfica estratégica que lhe traz inúmeros benefícios no comércio exterior, acarreta também uma maior exposição aos riscos** que advém da intensificação da circulação de mercadorias e pessoas. Dentre estes, tem especial destaque o **risco de pandemias**, como a gripe aviária, que poderá matar mais de 50 milhões de pessoas ao redor do mundo até 2008.

³ Aos riscos das armas atômicas, somam-se atualmente aqueles provindos do campo da saúde, com as recentes epidemias na Ásia; do campo ambiental, com os impactos da mudança climática; do campo científico, com os novos experimentos de clonagem; e da dimensão financeira, com trilhões de dólares movimentando-se diariamente sobre nossas cabeças.

Condicionantes de Futuro Exógenos Mundiais

Tendências mundiais

1. Demografia global: forte crescimento populacional nos países subdesenvolvidos, envelhecimento da população nos países desenvolvidos, aumento da população urbana e restrições aos fluxos migratórios.
2. Pressões antrópicas provenientes dos países emergentes (principalmente China e Índia) e desenvolvidos (EUA), com impacto sobre recursos hídricos e mudanças climáticas.
3. Redução dos bolsões de pobreza (Ásia) e crescimento das desigualdades (entre os países e internamente nos vários países).
4. Intensificação da globalização: aumento dos fluxos comerciais e de serviços, consolidação da "sociedade do conhecimento", mudanças no mercado de trabalho.
5. Emergência e convergência das novas tecnologias: biotecnologia, nanotecnologia, ciências cognitivas e tecnologia da informação.
6. Deslocamento do eixo da economia mundial para o Pacífico, sobretudo China e Índia, com forte pressão sobre a demanda por alimentos e energia (petróleo).
7. Início da inflexão da matriz energética: aumento das exigências ambientais e manutenção dos altos preços do petróleo intensificam esforços em direção a fontes alternativas de energia em substituição aos combustíveis fósseis, viabilizando, inclusive, a possibilidade de exploração do óleo extra-pesado.
8. Consolidação da sociedade de risco: instabilidade financeira e política, economia da contravenção, riscos relacionados a epidemias, acidentes nucleares e ataques terroristas.
9. Perda de posição relativa de alguns países da América Latina frente às outras regiões do globo: perda de competitividade, queda do ritmo de crescimento, aumento das desigualdades e tensões sociais.
10. Integração latino-americana e evolução dos países vizinhos.

Gargalos e Tensões Estruturais

11. Conflitos localizados e restritos regionalmente: a América do Sul se mantém como um ambiente de paz e persiste a possibilidade de turbulências políticas na Índia e na China

Brasil

Como sinalizado anteriormente, o ES não é uma ilha. Seu futuro depende, em grande parte, de suas próprias decisões e iniciativas, mas estas terão maior ou menor sucesso em função do contexto que o cerca e das relações que o Estado estabelece com esse contexto, tanto mundial quanto nacional. Por isso, além dos condicionantes mundiais, outros, de caráter nacional, vão influenciar o futuro do estado. O trabalho mais relevante é o de identificar quais os condicionantes que terão maior influência no desenho desse contexto, repercutindo diretamente sobre a construção do futuro capixaba.

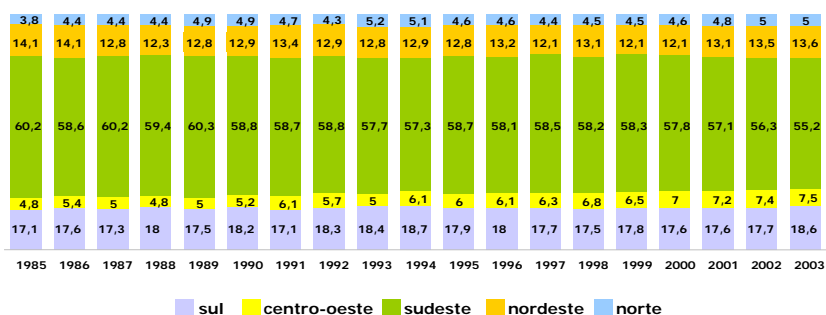
Do ponto de vista nacional, o ritmo e a forma de desenvolvimento são os primeiros condicionantes e os mais fortes. Se o País cresce, as possibilidades de crescimento no Espírito Santo são maiores do que se o País enfrentar uma situação de recessão, por exemplo. Mas, o crescimento do Brasil depende do contexto mundial, e dos movimentos próprios de sua economia.

Nesse sentido, um forte condicionante nacional é o processo de **reconfiguração econômica e espacial**.

Nas duas últimas décadas observa-se a emergência de um conjunto de alterações significativas nos padrões de localização das atividades produtivas. Se, historicamente, os investidores buscaram os grandes centros motivados pelas economias de aglomeração, essa preferência tem se reduzido progressivamente, provocando uma desconcentração espacial da base produtiva nacional.

Essa tendência pode ser verificada na evolução da participação das regiões no PIB nacional. Entre 1985 e 2003 a região Sudeste teve uma queda de 5%, enquanto regiões Norte e Centro-Oeste tiveram, inversamente, aumentos de 1,2% e 2,7%, respectivamente.

Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes 1985 - 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985 – 2003, microdados.

Esse movimento de **interiorização do desenvolvimento** é motivado por uma série de fatores, dentre os quais: o aumento dos incentivos fiscais; uma melhoria no desempenho da agroindústria; o maior direcionamento de centros de pesquisa para o interior; menores restrições ambientais no interior, particularmente Nordeste e Centro-Oeste; baixo desempenho sindical nas cidades pequenas e médias e o surgimento de deseconomias de aglomeração nos grandes centros.

Contudo, essas modificações nos padrões de localização das indústrias não se dão de forma homogênea para todos os setores da indústria. Isso indica que, na verdade, a despeito da existência da tendência de desconcentração, os produtos de maior valor agregado e intensivos em tecnologia permanecem concentrados nos principais centros nacionais. Dessa forma, os produtos que realmente têm sua produção interiorizada são os de menor competitividade, intensivos em mão-de-obra, com restrições na geração de inovações ou dificuldades de agregá-las. O caso do agronegócio é uma exceção nesse padrão de desconcentração de pouco valor agregado, pois tem se tornado cada vez mais intensivo em tecnologia.

É interessante observar que essa desconcentração industrial, no interior do Sudeste, poderá contribuir para o desenvolvimento capixaba, caso esse apresente fatores de atração importantes (logística, qualidade de vida, mão de obra qualificada, etc).

Essa reconfiguração, porém, não é acompanhada por fortes índices de crescimento, nem aumentos significativos de produtividade e competitividade da economia brasileira. Em grande parte pela adoção de políticas econômicas conservadoras, mas também pela não superação de importantes gargalos.

Um desses gargalos encontra-se no grau de **inserção da economia brasileira na economia mundial e sua capacidade de inovação**. A constituição de mercados globais traz consigo um aumento da concorrência entre os agentes econômicos, por meio da aceleração na

Ranking de abertura

1°		Cingapura
2°		Irlanda
3°		Suíça
4°		Estados Unidos
5°		Holanda
6°		Canadá
7°		Dinamarca
8°		Suécia
9°		Áustria
10°		Finlândia
57°		Brasil

Fonte: Revista Exame – 01/12/2005

adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, entre outros fatores. Dessa forma, uma das condições exigidas dos países para ampliar sua capacidade de crescimento econômico e melhorar sua inserção no mercado internacional reside na capacidade dos seus agentes econômicos em adotar técnicas produtivas e de gestão mais modernas, mais competitivas, incorporando com rapidez informações e conhecimentos que permitam uma redução ágil de custo e a melhoria de seus produtos, mediante a inovação de produtos e processos. Por outro lado, os setores mais produtivos e competitivos irradiam novos padrões de qualidade por toda a economia, forçando a inovação e a melhoria dos produtos e serviços nos demais setores. Portanto, o desenvolvimento do País depende, em grande parte, da sua capacidade de modernizar e diversificar o parque industrial de alto valor agregado e as redes de serviço de qualidade, concentrados fundamentalmente no Sudeste e Sul.

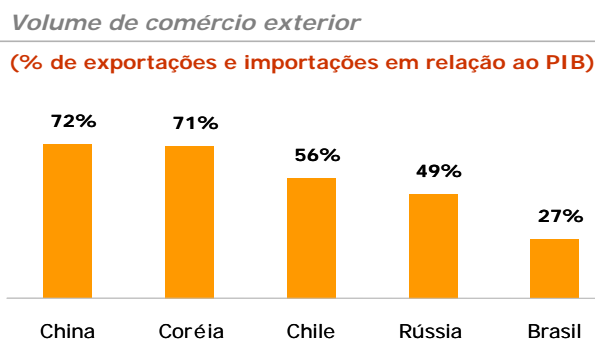
O fenômeno da inovação empresarial depende, entre outros fatores, da qualidade e robustez do **sistema de ciência, tecnologia e inovação** existente, da sua capacidade de articulação com o processo produtivo e da participação, direta e indireta, dos próprios empresários. Depende, também, do quadro jurídico-institucional vigente, na medida em que este favorece, ou não, as condições para o investimento produtivo e, conseqüentemente, a inovação.

Outro gargalo encontra-se no grau de **abertura e exposição à competitividade da economia mundial**.

Neste aspecto, o Brasil ocupa uma posição relativamente frágil, ficando atrás de 56 países. Contudo, esse é um obstáculo que o Brasil vem superando, mesmo que gradativamente, pois, o grau de abertura externa (importação + exportação sobre o PIB),

que se encontrava em torno de 18% na década de 1990, já alcança agora o percentual de quase 30%. É ainda uma abertura pequena, quando comparada a países como a China (72%) ou a Coréia (71%).

A inserção favorável do Brasil no mercado exterior ajuda o ES, que é um dos principais corredores de saída da produção nacional, e favorece o desenvolvimento da sua base exportadora, em especial a atração de novos investimentos.

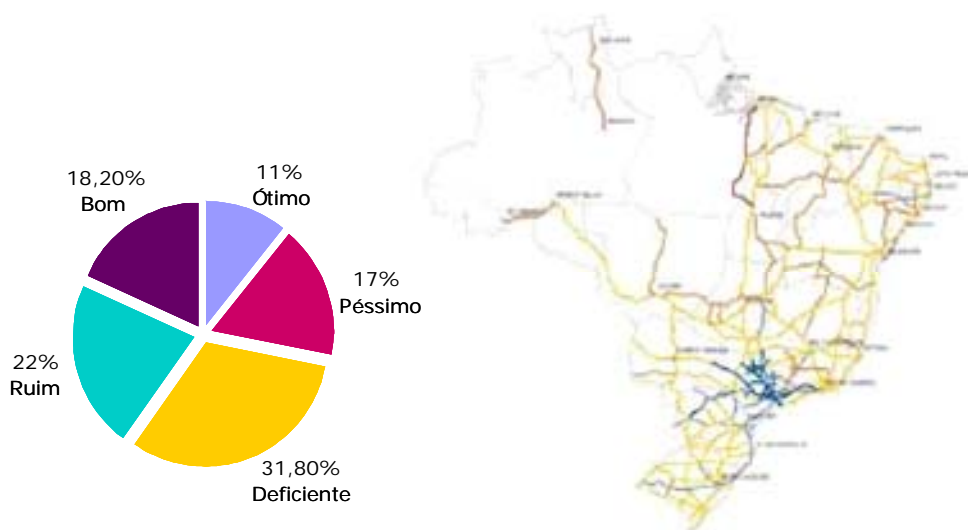


Fonte: Banco Central

O elevado crescimento econômico necessário ao País depende também do equacionamento do quadro macroeconômico, de forma a garantir a **estabilidade monetária e das contas públicas** e, com isso, favorecer a atração de novos investimentos. Registra-se, também, um movimento de melhoria nesse sentido: cria-se, aos poucos, uma percepção consolidada em torno da importância da estabilidade e da responsabilidade fiscal. Caso isso se confirme, permitirá ao País atingir, de maneira sustentada, lugar cativo entre os países melhor posicionados para receber investimentos externos diretos nos próximos anos, além de possibilitar o aumento das exigências de melhor qualidade do gasto público, criando, assim, uma espécie de círculo virtuoso.

Se há avanços no sentido da retomada efetiva e duradoura de índices significativos de crescimento, há condicionantes que atuam no sentido contrário, como é o caso da **infra-estrutura logística nacional**. Segundo dados do próprio Ministério dos Transportes, cerca de 70% das estradas brasileiras estão em situação precária de conservação. Este é um condicionante fundamental, na medida em que o desempenho da economia capixaba está intrinsecamente ligado à superação de gargalos presentes em outros estados.

Degradação da Infra-estrutura: classificação geral



Fonte: Pesquisa Rodoviária CNT, 2005

Portanto, do ponto de vista econômico, há tendências tanto positivas quanto negativas de desenvolvimento. Outra tendência positiva, não econômica, é a do **amadurecimento político da sociedade brasileira**.

Algumas das características mais visíveis deste processo de amadurecimento político podem ser observadas na relação a seguir:

- Consenso entre os grandes partidos em relação à importância da política de estabilidade econômica;
- Consolidação do processo de alternância política;
- Disseminação da aceitação e implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Adesão continuamente crescente, embora lenta, da população aos valores republicanos;
- Eficácia na realização de eleições em todo o País;
- Ampliação da cultura democrática no âmbito da sociedade;
- Aumento da cobrança de transparência por parte de múltiplas organizações da sociedade civil.

Com a consolidação das eleições como rotina, saudáveis alternâncias de poder, transições transparentes e respeito aos poderes constituídos, a democracia brasileira se fortalece a cada eleição e a cada superação de crise política. Esta é uma tendência que deve ser mantida e amadurecida nos próximos 20 anos, sem que as resistências deixem de se manifestar, sob diversas formas e múltiplos espaços.

Tais avanços no campo da política representam uma pré-condição na busca por outros efeitos importantes, tais como a estabilidade econômica, a adoção de programas mais eficientes de combate à pobreza e à desigualdade social e a busca, com segurança, de um caminho sustentável de retomada do crescimento econômico.

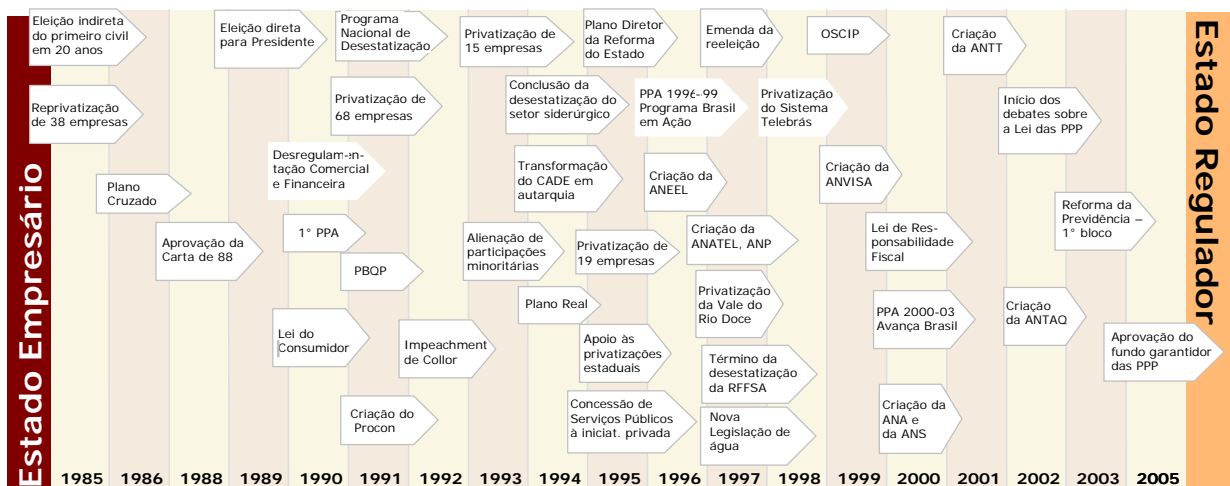
Com isso, espera-se um aumento da pressão para que se adotem modalidades de gestão pública mais eficazes e ágeis, com melhoria dos serviços públicos, maior ética e transparência na gestão dos recursos públicos, inclusive no ES.

O Brasil não enfrenta apenas obstáculos materiais (infra-estrutura) ou culturais (pouca capacidade empreendedora ou pouca valorização do sucesso) ao seu desenvolvimento, mas também **obstáculos institucionais** graves – possivelmente aqueles que representam o maior estorvo. O excesso de burocracia, que rouba tempo e dinheiro das empresas brasileiras; um aparato regulatório ineficiente, que prioriza a justiça social em detrimento do respeito aos contratos, inibindo a formação de um ambiente de negócios atrativo; uma justiça lenta, cara e pouco transparente, além de excessivamente politizada nos seus níveis mais elevados; uma carga tributária elevadíssima e complicada; uma legislação

trabalhista obsoleta, pesada e onerosa; uma previdência confusa e inadimplente; uma legislação política, partidária e eleitoral excessivamente permissiva e frágil para consolidar a democracia em um país de tamanha desigualdade social. E, sobretudo, com relevantes defasagens em relação a outros países, particularmente os nossos concorrentes.

Por isso, o futuro do Brasil depende, em grande parte, da capacidade política de resolução e remoção desses entraves, sendo que não existe qualquer certeza quanto ao tempo e a forma de solução. Os interesses são muitos e complexos; os atores, resistentes, diversos e difusos; e os procedimentos necessários à mudança, pesados, longos e burocráticos.

Construção de um novo espaço público



Fonte: Macroplan – Prospectiva, Estratégia & Gestão

No entanto, o Brasil tem feito um extraordinário esforço de aprimoramento de suas instituições nos últimos vinte anos, como a figura acima revela. O processo se iniciou pela reprivatização, ainda em 1985, de empresas que em nada tinham a ver com as funções tradicionais de Estado e que contribuíam para a dispersão, o excesso de burocracia e a corrupção do Estado.

Outro movimento importante neste sentido foi a criação de agências regulatórias, retirando dos Ministérios essa função, e entregando-a a instituições mais independentes e avessas à introdução de interesses políticos e sem relação com o interesse público. O movimento começou em 1996, com a criação da ANEEL, seguida da ANATEL, continuando até 2002, quando se encerrou este primeiro ciclo.

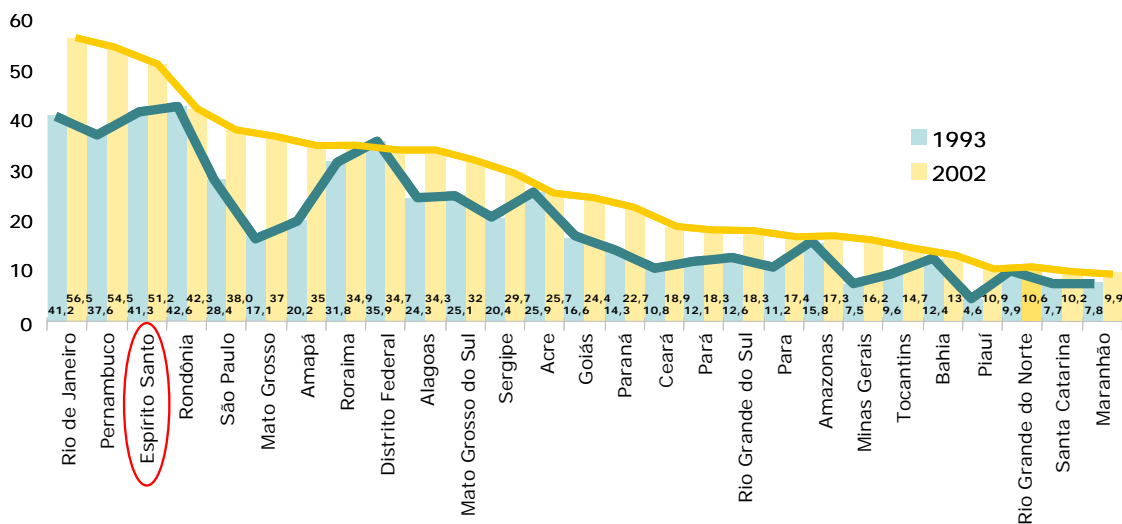
Se o quadro institucional, velho e arcaico, aos poucos se modifica, a **educação brasileira**, do ponto de vista da qualidade parece não se mover. O Brasil possui um dos piores índices de desempenho escolar do mundo, com um sistema obsoleto em sua grande parte, e um sistema de ciência, tecnologia e inovação desigualmente desenvolvido, com problemas de financiamento, articulação e alocação de recursos em prioridades definidas em função das necessidades do crescimento econômico.

Com a consolidação gradativa da economia do conhecimento e o desenvolvimento das novas tecnologias, o mundo e o Brasil conhecerão uma forte **pressão por mão-de-obra qualificada** e adaptada aos novos procedimentos do mundo do trabalho, e um sistema de C&TI ágil e integrado. Assim, os próximos anos continuarão a vivenciar uma intensificação da pressão da sociedade por ensino pré-escolar, básico, médio, profissionalizante e superior de qualidade, objetivando uma melhor inserção no mercado de trabalho, bem como a pressão pela ampliação de vagas, articulando setor público e privado, mas também, e aos poucos, sobretudo, pela sua melhoria.

Para o Espírito Santo, isso significa uma oportunidade para inovação e diversificação do sistema produtivo estadual e, simultaneamente, a necessidade de um esforço de investimento na melhoria da qualidade da educação e de inserção no sistema de ciência e tecnologia nacional.

Outro condicionante relevante do desenvolvimento nacional encontra-se no quadro social. Embora o Brasil tenha conhecido uma pequena melhora quanto à **desigualdade social e à pobreza**, as pressões sociais internas e externas continuarão a se fazer presentes no sentido de se adotar políticas mais eficientes de combate a estas mazelas. Em particular, chama a atenção o **agravamento da violência urbana**.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes



Fonte: Unesco/SNDH/IAS - Mapa da Violência, apud O Globo – 08/06/04

Há pouco mais de vinte anos a **questão ambiental** brasileira apenas despontava. Em não mais que vinte anos ocorreu uma mudança extraordinária. O País dotou-se de uma legislação ambiental completa e complexa, e de aparatos institucionais importantes, incluindo um Ministério específico para a questão. Inúmeras organizações da sociedade civil – que hoje constituem redes com conexões nacionais e internacionais – nasceram, cresceram e se consolidaram, constituindo-se hoje como organizações cada vez mais presentes e atuantes no quadro institucional brasileiro

Atualmente, diante do risco crescente de colapso no saneamento nas grandes metrópoles e algumas cidades médias brasileiras, a questão ambiental torna-se cada vez mais importante no espaço urbano. Com isso, somar-se-á às outras duas agendas – a verde (meio ambiente) e a marrom (urbana) –, a **agenda azul: das águas**.

Relação entre Demanda e Disponibilidade de Água no Brasil



Fonte: Agência Nacional de Águas, 2005.

Assim, um dos reflexos importantes do aumento da consciência ambiental é a intensificação de conflitos entre as atividades econômicas e a regulação, no Brasil e no ES.

Condicionantes de Futuro Exógenos Nacionais

Tendências consolidadas

1. Transições na demografia nacional: envelhecimento da população, crescimento urbano e dos fluxos migratórios, com mudanças no perfil das demandas sociais, na distribuição territorial e na estrutura do mercado de trabalho.
2. Universalização das telecomunicações e massificação dos computadores e da Internet, com fortes repercussões sobre a formação do capital humano e o processo produtivo.
3. Amadurecimento político da sociedade: consolidação da democracia e disseminação dos valores republicanos
4. Aumento da relevância da questão ambiental: crescimento da consciência e dos movimentos, das pressões e dos conflitos, particularmente em torno da poluição e dos recursos hídricos.

Gargalos e Tensões Estruturais

5. Pobreza, desigualdade e violência urbana.
6. Má qualidade dos serviços públicos e deficiências regulatórias: decorrentes da ausência de mudanças significativas nas instituições públicas.
7. Degradação da infra-estrutura: pouca capacidade de investimento do setor público e dificuldades em mobilizar recursos do setor privado.
8. Disparidades no desenvolvimento econômico e social dos estados fronteiriços ao ES.

Mudanças em andamento e fatos portadores de futuro

9. Reconfiguração econômica e espacial: interiorização do desenvolvimento, ampliação do agronegócio, desconcentração industrial e constituição de novos pólos de dinamismo econômico.
10. Abertura e relação com a economia mundial: modernização e diversificação do aparato produtivo e da rede de serviços; capacidade de inovação tecnológica e organizacional.
11. Expansão dos serviços de educação e do sistema de Ciência & Tecnologia e Inovação.
12. Construção de um novo espaço público: reformas do Estado e da Constituição, novo padrão de gestão pública e novas relações com a sociedade (accountability).
13. Emergência da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal como valores sociais.

3.2 Condicionantes Endógenos

A evolução do Espírito Santo depende do desenvolvimento de condicionantes externos, mas também do movimento de um conjunto de fatores internos. Trata-se de processos atuais ou potenciais que tendem a provocar alto impacto e que devem ser considerados em uma reflexão construção da melhor estratégia que conduzirá o Espírito Santo ao futuro desejado.

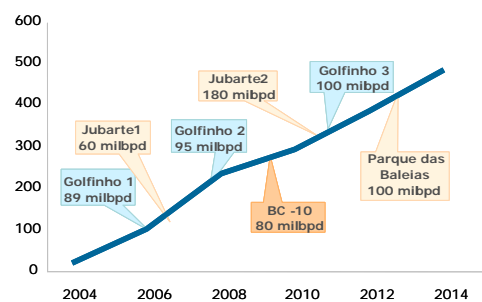
O principal condicionante interno do futuro do Espírito Santo, de uma perspectiva de longo prazo, relaciona-se à **expansão das atividades do setor petrolífero** que é esperada para os próximos

anos. As recentes descobertas de novos campos de petróleo e gás, mais particularmente em sua plataforma marítima, demonstram que o setor possui elevado potencial de crescimento (em torno de 400 a 500 mil barris/dia nos próximos 5 anos) no estado.

Uma característica que deve ser observada é sua **"diversidade"** – única no País até o momento – **na produção de óleo e gás natural**. O estado possui campos terrestres e marítimos – tanto em águas rasas como profundas e ultraprofundas – com óleos leves, médios, pesados e extrapesados, com gás associado ao óleo e também gás não-associado. Observa-se, ainda, a existência no Estado de campos produtores recém-descobertos, como também campos no estágio final de seu ciclo de produção, isto é, "maduros".

Evolução da Produção Estimada de Óleo no ES

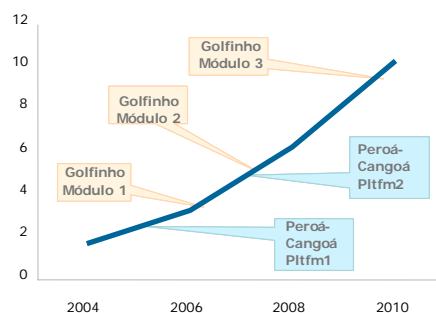
Produção média (Milbpd)



Fonte: Macroplan

Evolução da Produção Estimada de Óleo no ES

Oferta de Gás (milhões m3/d)

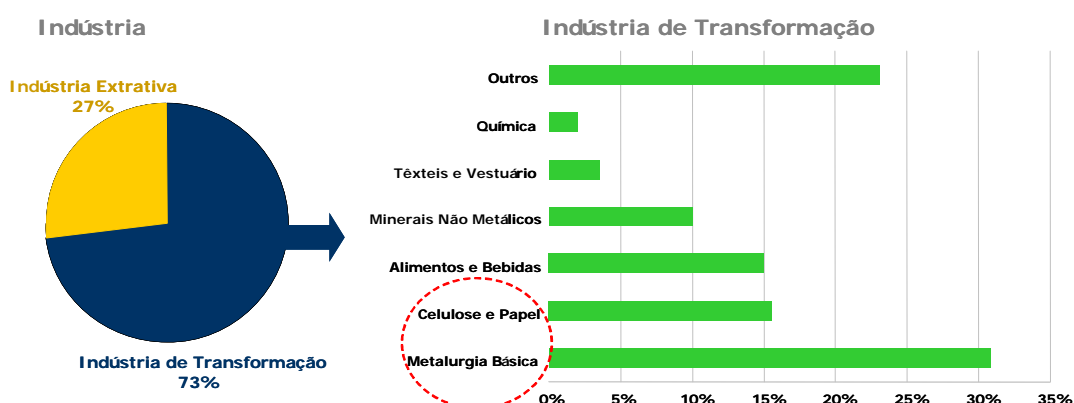


Fonte: Macroplan

Com isso, existe grande expectativa de que **as atividades de exploração, extração, transporte e beneficiamento de óleo e gás gerem profundas mudanças na economia capixaba**, não apenas pelo impacto direto que o crescimento do setor terá sobre o PIB estadual, mas também pela possibilidade de irradiação para outras cadeias. Há um vasto conjunto de atividades demandadas por esta indústria, tais como serviços de hotelaria, alimentação, transportes e logística. Além disso, o adensamento do setor petrolífero possibilita o surgimento de novos setores dentro da economia local, como a cadeia petroquímica e a de fertilizantes. A grande incerteza, nesse campo, é em que medida o Estado será capaz de internalizar os benefícios da expansão dessa indústria, seja por intermédio **do adensamento e da diversificação da estrutura produtiva local**, seja por meio do **uso sustentável dos recursos gerados por royalties e participações especiais**.

O crescimento do setor petrolífero, por sua vez, tende a reforçar um traço marcante da economia estadual: a expressiva **relevância das commodities na estrutura produtiva**. No setor secundário capixaba, a indústria extrativa de óleo e gás responde por 27% da indústria total, enquanto que a indústria de transformação – dominada pela produção de produtos metalúrgicos, siderúrgicos, papel e celulose – responde pelo restante. Portanto, a produção de energia (setor petrolífero) e das chamadas *commodities* industriais constitui o cerne do motor industrial capixaba. O mesmo acontece no setor primário, que representa 3,6% do PIB estadual: a cafeicultura responde por cerca de 52% do valor gerado, contribuindo para posicionar o estado como o 2º maior produtor nacional da *commodity*.

Perfil da Indústria Capixaba



Fonte: Contas Regionais 2003, IBGE

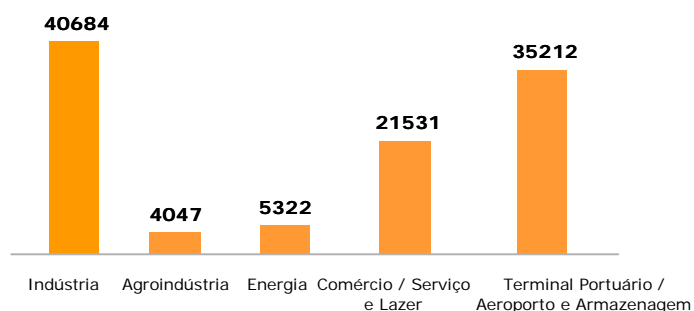
Assim, até 2025 as **commodities** devem permanecer como os principais componentes da pauta de exportação capixaba, reforçando outro traço marcante da economia estadual que tende a crescer nas próximas duas décadas: a **importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico**. Independentemente das mudanças fiscais que possam ocorrer no País e do surgimento de outros pólos de exportação mais competitivos, o estado não deve perder sua característica de **importante pólo de exportação e importação**, considerando-se a logística já implantada, a localização geográfica estratégica, os conhecimentos adquiridos e o capital humano formado. Já existe um conjunto de **investimentos impactantes em execução ou programados na área de logística** para os próximos anos, o que terá forte impacto sobre toda a cadeia de comércio exterior do Estado, em especial sobre o setor de serviços ligados ao setor.

Apesar de toda a expectativa quanto ao crescimento econômico do Estado, que para muitos já aparece como algo certo e líquido, a efetiva materialização ou potencialização do mesmo ainda é condicionada pela superação de **importantes gargalos estruturais**, dentre os quais a logística. No que se refere ao modal rodoviário, pesquisa realizada pela CNT (2002) indica que a situação das rodovias federais no Espírito Santo é considerada em condições ótimas por 7% dos usuários, em boas condições por 64% e em situação deficiente por 29%. No que se refere às rodovias estaduais, o quadro é mais grave, uma vez que apenas 50% das rodovias são pavimentadas e menos de 2%, duplicadas, fato que cria sérias limitações operacionais.

Quanto ao modal ferroviário, a malha capixaba é constituída por trechos da Linha Belo Horizonte-Vitória (Estrada de Ferro Vitória-Minas – EFVM), que liga o Espírito Santo à Região Centro-Oeste e integra o sistema mina-ferrovia-porto, da CVRD, em boas condições. As demais linhas que atravessam o estado pertencem à RFFSA e estão arrendadas à FCA - Ferrovia Centro-Atlântica, apresentando condições operacionais insatisfatórias. Já no modal marítimo, os principais gargalos relacionam-se à baixa disponibilidade da frota nacional para atender à navegação de

Empregos diretos gerados por setor

2006-2010



Fonte: IPES, 2005

cabotagem e a defasagem tecnológica dos portos públicos, enquanto que no modal aéreo destacam-se a oferta reduzida de vôos de carga e a falta de infra-estrutura (pista de pouso e decolagem e armazenagem refrigerada) no aeroporto de Vitória.

Uma conseqüência importante da expansão das atividades petrolíferas e do crescimento econômico que o Espírito Santo testemunhará nas próximas duas décadas será a **intensificação da demanda por mão-de-obra qualificada**. A indústria do petróleo o exige, assim como seus fornecedores, e parte destes serviços pode, perfeitamente, ter origem estadual. Ademais, a tendência de **agregação de valor e o adensamento das cadeias produtivas tradicionais** (alimentos e bebidas, têxteis e confecções e turismo) e **das APLs** (fruticultura, rochas ornamentais, metal-mecânica e móveis de madeira) aponta no mesmo sentido.

O Espírito Santo espera receber investimentos produtivos da ordem de R\$ 44 bilhões nos próximos cinco anos. Estes **investimentos estarão concentrados em setores altamente dinâmicos** – e, portanto, **de “grande impacto” sobre o mercado de trabalho local** – como a siderurgia, a metalurgia e a indústria metal-mecânica, além do próprio setor petróleo. Apesar destas atividades serem altamente intensivas em capital e, portanto, gerarem um moderado volume de empregos em relação ao montante de investimentos, serão estes setores que determinarão a dinâmica de absorção de mão-de-obra no mercado capixaba. Além disso, outros setores experimentarão um aquecimento nos próximos anos, como a construção civil (com uma expansão, sobretudo, dos trabalhos temporários) e o setor de serviços, com especial atenção ao comércio e ao lazer – áreas que crescerão a reboque da expansão industrial, do crescimento da população e da intensificação da urbanização.

Uma característica comum a essas atividades é o fato de todas elas demandarem mão-de-obra qualificada. Sendo assim, **a internalização dos benefícios da atração dos investimentos**, traduzida em aumento de empregos para a população local, somente acontecerá no caso de existir mão-de-obra local devidamente qualificada para o preenchimento dos postos de trabalho gerados. Disso decorre a extrema necessidade de aumento da qualidade do capital humano local, o que exigirá elevados investimentos na educação tradicional, visando aumentar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, além de expandir o ensino pré-escolar.

De fato, já existe no Espírito Santo uma visível **demand reprimida por mão-de-obra qualificada**. Uma repercussão direta deste quadro é a “importação” pelas empresas capixabas de mão-de-obra qualificada de

outros estados. A continuação desse processo sob uma perspectiva de longo prazo tende a gerar uma imensa **massa de excluídos**, o que reforça dois outros pontos críticos de tensão no estado: a magnitude da pobreza e da desigualdade social e a questão da violência urbana.

O Espírito Santo é um estado rico, porém com elevado grau de desigualdade social, ocupando a 11^a colocação no ranking nacional do desenvolvimento humano. Decompondo-se o índice, o estado apresenta um IDH-Renda de 0,719, IDH-Educação de 0,855 e IDH-Longevidade de 0,721, o que lhe permite ocupar, respectivamente, a 7^a, 12^a e novamente 12^a posições no ranking nacional para cada uma dessas subdivisões do indicador. No que se refere à rede de cidades, dos 78 municípios capixabas, apenas dois – Vitória e Vila Velha – apresentam elevado grau de desenvolvimento humano, com IDH de 0,856 e 0,817, respectivamente. Apresentam índice acima das médias estadual e nacional 14 municípios. Os demais municípios alcançaram um IDH abaixo de 0,765.

Índice de Gini

Posição	Estados	2004
1	Santa Catarina	0,475
2	São Paulo	0,516
3	Rio Grande do Sul	0,531
4	Rio de Janeiro	0,536
5	Bahia	0,536
6	Minas Gerais	0,542
7	Espírito Santo	0,546
8	Paraná	0,559
9	Distrito Federal	0,605

Fonte: IPEA

No que tange à pobreza, o percentual de pobres no Espírito Santo vem se reduzindo em ritmo maior do que aquele apresentado pelo País. Entre 1991 e 2000, podemos observar que:

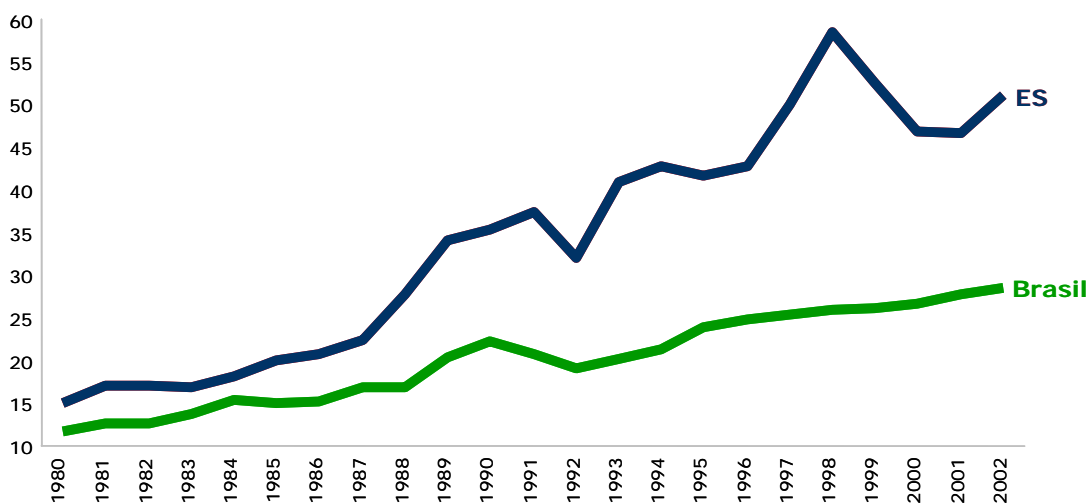
- A proporção de pobres caiu 33% no ES, e 18% no Brasil
- A proporção de indigentes caiu 42% no ES, e 19% no Brasil
- A renda no ES cresceu 48%, e 29% no Brasil

Uma comparação da elevação da renda *per capita* com a diminuição da pobreza e da indigência sugere que a renda deve ter se desconcentrado no Espírito Santo em ritmo inferior ao do restante do País ao longo da última década. Analisando-se o coeficiente de Gini do estado, a previsão se confirma: entre 1992 e 2004 o índice no estado apresentou aumento de 0,542 para 0,546, enquanto que a média nacional experimentou visível queda de 0,571 para 0,559. Em comparação com os demais estados, o Espírito Santo é apenas o 7^o menos desigual do País, e ficou na 14^a posição entre os que mais reduziram a desigualdade social nos últimos 14 anos.

A sociedade capixaba constitui uma espécie de síntese da sociedade brasileira, com seus altos índices de desigualdade social e bolsões de pobreza, implicando em níveis elevados de violência urbana. Estes fatores, aliados às dificuldades de governança na área de segurança pública, têm sido responsáveis por uma **significativa expansão da violência urbana, com disseminação também para o espaço rural**. De fato, o problema da violência tem assumido ares de verdadeira praga social, e vem aumentando sistematicamente desde meados da década de 1970.

Esta expansão da violência já começa a gerar repercussões no contexto externo, e pode ter um impacto sobre a atração de capitais e a imagem do estado. Em relação à distribuição territorial, observa-se que os homicídios têm uma incidência bem maior e mais concentrada na RMGV, atingindo níveis bastante altos para os padrões nacionais, ao passo que no interior tais índices se tornam mais moderados, com uma maior concentração no Norte do que no Sul.

Taxa de homicídios por 100.000 habitantes



Fonte: Ipea

Quanto à demografia, até 2025, em decorrência do crescimento vivenciado pela economia local, o Espírito Santo provavelmente receberá um **forte fluxo de imigrantes advindos de outras UFs**. As regiões fronteiriças ao ES – regiões deprimidas, de baixo desenvolvimento humano e dinamismo econômico incipiente – são um grande foco de migração para o estado, sobretudo para a RMGV.

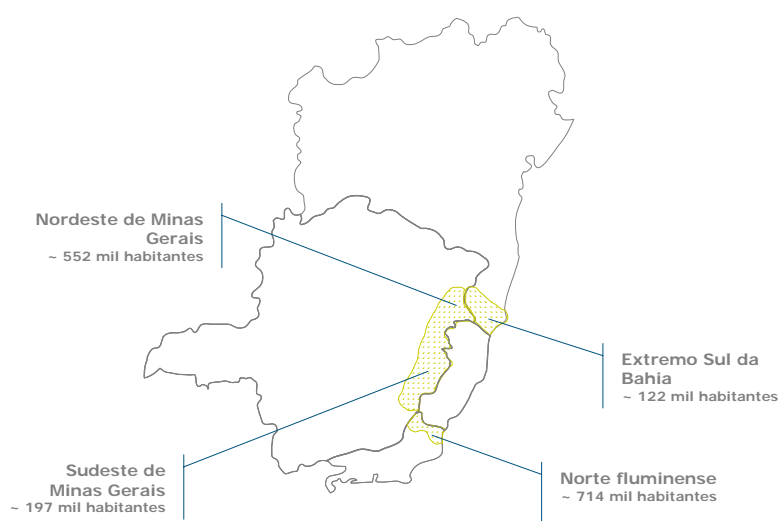
Com o aumento das disparidades regionais, o desenho futuro da distribuição territorial da população capixaba parece substituir a antiga

polarização Sul-Norte por outra, Oeste-Leste, com os pólos desta nova configuração sendo o interior (extremo oeste do estado) e o litoral. Este apresentará um crescimento populacional acima da média nacional, em particular na RMGV, onde se deve localizar a maior parte das novas indústrias e cadeias de serviços atraídas pela expansão do setor petróleo.

O aumento da concentração da população nos grandes centros urbanos, implicará no recrudescimento da **pressão pela expansão dos serviços de saúde, educação, transportes, saneamento básico e habitação**. Com isso, os sistemas públicos de educação e saúde, além da infraestrutura energética urbana, correm o risco de não conseguir fazer frente à demanda, tendo como principal consequência a queda de qualidade na oferta dos serviços.

A tabela abaixo sintetiza os principais riscos para as malhas urbanas do estado estadual nos próximos anos, decorrentes do crescimento populacional nos grandes centros:

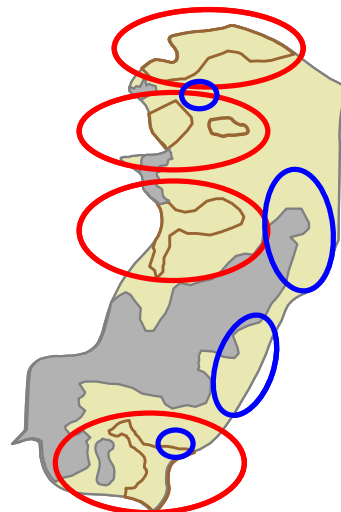
População nas regiões fronteiriças do ES



Déficit	Descrição
Educação	Diminuição do ritmo de queda do número total de pessoas analfabetas com 15 ou mais anos de idade.
Saúde	Não-atendimento pleno da demanda por serviços de saúde.
Energia	Aumento do consumo residencial, comercial e de outros setores.
Saneamento básico	Aumento do número de moradores sem acesso a saneamento básico, com impacto sobre os recursos hídricos.
Habitacional	Aumento do número total de pessoas que vivem em domicílios subnormais (favelas).

Além do crescimento populacional, a pirâmide demográfica capixaba sofrerá modificações em decorrência do **envelhecimento populacional** e perderá seu formato piramidal – seguindo uma tendência que também se verifica no Brasil e no mundo –, o que resultará em significativas **mudanças na natureza da demanda por serviços** prestados pelo poder público. Nesse sentido, a qualidade de vida da população dependerá ativamente da **capacidade de resposta do Estado às demandas emergentes** por intermédio da oferta de serviços de qualidade, intimamente relacionado ao padrão de governança que predominará no Espírito Santo ao longo dos próximos 20 anos.

Déficit Hídrico



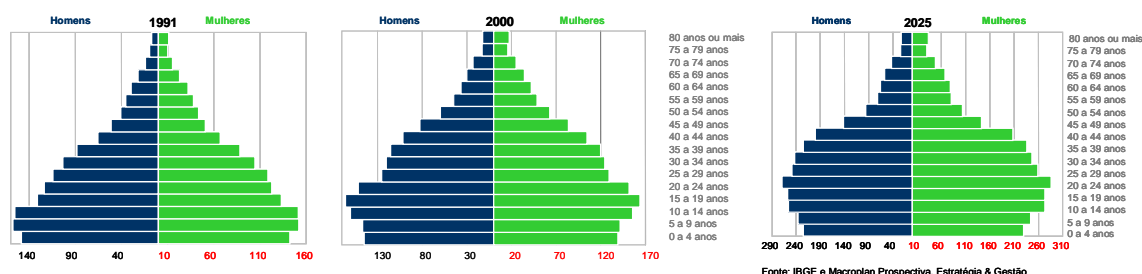
legenda

Área do Estado %	Déficit Hídrico (mm)		Déficit Hídrico (mm) (P-EPT)
	Verão	Annual	
8%	> 100	> 400	-350 a -550 mm
60%	40 a 100	200 a 400	-50 a -300 mm
32%	< 40	< 200	+50 a -1.000 mm

○ Áreas de uso potencialmente intensivo
○ Áreas críticas sob a ótica pluviométrica

Fonte: Incapere Macroplan

Perfil Etário da População Capixaba



Já pode ser percebida no País a propagação da necessidade e da busca por bons padrões de governança em todos os âmbitos do governo, que vem no bojo da reformulação do Estado inspirada pelos fundamentos da **Nova Gestão Pública**.

No caso do Espírito Santo, esta temática não é diferente: a história do estado evidencia a constante presença da cultura patrimonialista, coronelista e clientelista nas instituições públicas, herdada dos tempos do ciclo cafeeiro. Nesse caso, a necessária **reforma do Estado** pode ser compreendida em seu sentido mais restrito, como uma **reforma do gasto**, onde os recursos devem ser melhor direcionados para privilegiar quem efetivamente necessita. Na prática, isto tornaria a alocação de gastos públicos o principal instrumento de combate efetivo às imensas desigualdades sociais que assolam o Espírito Santo.

No campo fiscal, a mudança necessária seria **acoplar a gestão ao processo de desenvolvimento**, sob o risco de que os significativos recursos advindos da expansão do setor petrolífero no Espírito Santo sejam desperdiçados em políticas públicas inadequadas. Deve-se ter em mente, entretanto, que não se deve esperar do Estado que este desempenhe o papel de locomotiva do desenvolvimento: no mundo contemporâneo, a importância da iniciativa privada cresce visivelmente, levando o poder público a atuar, cada vez mais, como coadjuvante. Cabe ao setor público, no entanto, ter boas instituições, ser eficiente e oferecer bons serviços públicos, resultando na melhoria da qualidade do capital humano, na criação de uma ambiência favorável aos negócios e na expansão da capacidade de investimento do Estado.

No que se refere ao meio ambiente, por apresentar uma grande diversidade de ecossistemas, que abrange desde serras e montanhas até 400 km de litoral, **o Espírito Santo é um estado em que questões ambientais assumem grande importância** e uma atenção toda

especial deve ser dada aos impactos gerados pela ocupação destes ambientes.

As atividades econômicas desenvolvidas no estado são as grandes responsáveis (atuais e potenciais) por problemas relativos ao meio-ambiente. Como exemplo, temos os grandes projetos de mineração, siderurgia e celulose, atividades que envolvem uma intensa exploração dos recursos naturais e têm grande impacto sobre a região de entorno de suas instalações. Outra atividade merecedora de atenção é a exploração de pedras ornamentais, também altamente agressiva ao meio-ambiente devido à geração de resíduos ao longo de seu processo produtivo.

Além disso, o início das atividades de exploração de petróleo marcará também o crescimento das atenções sobre as conseqüências ambientais desta atividade. À medida que aumentam os riscos de acidentes com o crescimento da exploração, **a consciência ambiental na sociedade deve crescer e ampliar as pressões sobre o setor público** em relação à regulação, fiscalização e concessão de licenciamento ambiental.

Outro grande impacto exercido pelas atividades industriais sobre o meio-ambiente é a **pressão sobre os recursos hídricos**. Contribui para este quadro a ocupação humana, pois a falta de planejamento e infra-estrutura adequada pode levar a um sério agravamento da situação atual, especialmente em um quadro de crescimento da população urbana como o que vai ser experimentado pelo Espírito Santo nos próximos 20 anos.

Condicionantes de Futuro Endógenos

Tendências Consolidadas

1. Manutenção da importância das commodities na economia capixaba
2. Manutenção da relevância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico
3. Expansão do consumo de energia
4. Sensível aumento da demanda por mão-de-obra qualificada
5. Mudança do perfil da demanda sobre as redes de saúde pública e educação
6. Aumento da consciência ambiental e tendência de agravamento dos problemas ambientais (recursos hídricos)
7. Expansão das atividades do setor petróleo

Gargalos e Tensões Estruturais

8. Pobreza e Desigualdade Social: repercussão sobre as demandas sociais e restrições de mercado
9. Violência urbana, com disseminação para o espaço rural e repercussões sobre a atração de capitais e a imagem do estado
10. Gargalos no sistema logístico capixaba, prejudicando a irradiação do desenvolvimento econômico
11. Pressões do crescimento sobre a malha urbana: aumento da demanda por saúde, educação, transportes, saneamento básico e habitação

Mudanças em Andamento e Fatos Portadores de Futuro

12. Realização de investimentos impactantes na área de logística, ampliando sua competitividade sistêmica
13. Crescimento populacional, fluxo migratório e distribuição territorial
14. Evolução das cadeias produtivas e dos APLs
15. Reconstituição do espaço público: maior capacidade institucional, melhoria da gestão pública e responsabilização



4. Incertezas Críticas e Cenários para o Horizonte 2006-2025

Nos capítulos anteriores revisitamos o passado e mapeamos as principais forças, fenômenos e fatores inerciais que condicionam o futuro do Espírito Santo nas próximas duas décadas. Cabe agora focalizar as principais incertezas quanto à evolução do estado e combinar as diferentes hipóteses a elas relacionadas em cenários alternativos.

Incetezas são condicionantes do futuro com **baixo grau de previsibilidade e elevado impacto**. As incertezas, assim como os demais condicionantes de futuro, podem ter **origem exógena ou endógena ao estado**.

Fruto de inúmeros debates e reuniões envolvendo a Equipe Técnica Local do Projeto Espírito Santo 2025, foi levantado um conjunto de vinte grandes incertezas para o horizonte de vinte anos.

Externamente, são relevantes as incertezas relacionadas aos desdobramentos da evolução da demanda mundial por produtos exportados por intermédio do Complexo Portuário Capixaba (alimentos, *commodities* industriais e energia); o perfil da inserção externa da economia brasileira; o grau de enfrentamento aos principais gargalos do País, sobretudo aqueles relacionados à logística e à integração regional capixaba; o padrão de crescimento econômico e o grau de inclusão social no Brasil; e, por fim, mas não menos importante, os níveis de desenvolvimento (humano e econômico) das regiões deprimidas que fazem fronteira com o Espírito Santo.

No **plano interno**, as principais incertezas podem ser agrupadas sob três grandes blocos: político-institucional, econômico e sócio-ambiental.

Do ponto de vista **político-institucional**, as incertezas se relacionam com a qualidade e a robustez das instituições públicas capixabas; a natureza da aplicação dos benefícios do petróleo; a força, influência e articulação do

empresariado e do terceiro setor; e a relevância do Espírito Santo no cenário nacional, bem como a sua imagem no País e no exterior.

Sob a ótica **econômica**, as incertezas estão vinculadas à evolução das principais cadeias produtivas e APLs do estado; ao grau de diversificação da economia, e sua capacidade de agregação de valor; ao ritmo de crescimento do PIB estadual; à evolução da exploração de óleo e gás; e à distribuição espacial do desenvolvimento econômico ao longo do território.

No que se refere ao quadro **sócio-ambiental**, as incertezas estão relacionadas com a qualidade das redes de formação de capital humano, a qualidade do sistema de ciência, tecnologia e inovação; a evolução da pobreza, da indigência e da violência no estado; ao perfil da urbanização e aos impactos do crescimento econômico e populacional sobre as malhas urbanas; e a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, com suas implicações sobre a qualidade de vida e o desempenho das atividades econômicas.

Incertezas quanto ao futuro do Espírito Santo 2006-2025

1. Como evoluirá a **demanda externa** (preço e volume) por produtos exportados por intermédio do ES?
2. Como se darão o **crescimento econômico**, o perfil da **inserção externa** e o padrão de **inclusão social** do **Brasil**?
3. Qual será o modo de **inserção regional** do ES no que se refere à **logística**?
4. Como evoluirão os níveis de desenvolvimento nas **regiões deprimidas** dos estados adjacentes?
5. Como evoluirão a qualidade e a robustez das **instituições públicas** capixabas?
6. Qual será a relevância do **ES no cenário nacional**?
7. Qual será a natureza da aplicação dos **benefícios do petróleo** (royalties e receita fiscal)?
8. Como evoluirá a qualidade das redes de formação de **capital humano, informação e conhecimento**?
9. Qual será o grau de protagonismo e articulação do **setor empresarial** e do **terceiro setor**?
10. Como se dará a evolução da cadeia de **óleo e gás**?
11. Como se dará a evolução das cadeias de **ferro & aço** e **papel & celulose**?
12. Qual será o grau de desenvolvimento dos **APLs** (fruticultura, rochas ornamentais, metal-mecânica e móveis de madeira), das demais **cadeias produtivas tradicionais** (alimentos e bebidas, têxteis e confecções, cafeicultura) e do **terciário avançado**?
13. Como evoluirão a disponibilidade e a qualidade dos **recursos hídricos**?

14. Qual será o grau de **diversificação** da economia capixaba?
15. Qual será a taxa média de **crescimento econômico** do ES?
16. Como se dará a **distribuição espacial** do desenvolvimento?
17. Qual será o perfil da **urbanização** e seus impactos sobre as **malhas urbanas**?
18. Como evoluirão os níveis de **pobreza** e de **desigualdade social**?
19. Como evoluirão os indicadores de **violência e criminalidade**?
20. Que **imagem do ES** será predominante no País e no exterior?

Embora todas as incertezas mapeadas sejam altamente relevantes em uma reflexão prospectiva sobre a realidade capixaba, destacam-se **cinco incertezas** que podem ser denominadas de **críticas**, pois sua evolução balizará e diferenciará os cenários traçados. Um mapeamento sumário dessas incertezas críticas é essencial para a construção dos do Espírito Santo. É o que está feito a seguir.

4.1 Incertezas Críticas

Ambiente Externo

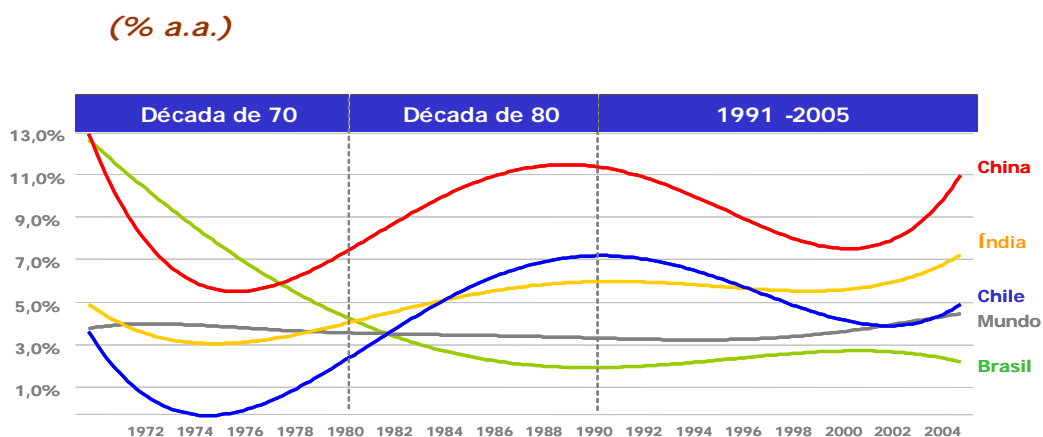
1. Como evoluirá o ambiente externo ao Espírito Santo?

O mundo atravessa atualmente um período de prosperidade sem precedentes. A taxa média de expansão da economia mundial entre 1995 e 2005 gira em torno de 4% anuais, e o que realmente chama a atenção é sua dispersão geográfica: graças a um volume recorde no comércio global, os bons ventos têm soprado não apenas para as nações ricas, mas também para as emergentes. Nesse contexto, se destaca o extraordinário desempenho das “baleias”, em particular China e Índia, cujo crescimento vem implicando no crescente aumento da demanda por alimentos, *commodities* industriais e energia, com impacto direto sobre seus preços no mercado internacional. Entretanto, existem alguns fatores de risco que, se não neutralizados, podem contribuir decisivamente para que a janela de oportunidades atualmente aberta se feche. Dentre eles, destacam-se o preço do petróleo; os “déficits gêmeos” dos EUA (déficit orçamentário e déficit externo) e seus efeitos sobre os juros da economia norte-americana; e uma possível freada no

crescimento econômico da China motivada por fatores internos de natureza política, social ou ambiental.

Apesar da conjuntura externa amplamente favorável, o Brasil e o mundo seguem caminhando em ritmos diferentes. Há mais de dez anos o País vem crescendo menos que a média mundial. Desde a euforia do Plano Real, a economia brasileira acumulou crescimento de 25%, ante uma expansão global de 46%, quase o dobro do resultado nacional. Além de não ter um projeto e uma estratégia de longo prazo, o Brasil possui vários obstáculos estruturais ao crescimento – impostos altos, dinheiro caro, infra-estrutura insuficiente e de má qualidade, excesso de burocracia, informalidade excessiva, lei trabalhista obsoleta e gestão pública e fiscal de má qualidade – que resultaram em um crescimento médio de apenas 2,2% anuais na última década. Assim, o padrão de crescimento da economia brasileira nos próximos vinte anos dependerá do efetivo grau de enfrentamento dado pelo poder público e pela sociedade a estes gargalos que, se superados, permitirão ao País retomar sua trajetória de crescimento sustentado.

Taxa de crescimento do PIB 1970 - 2005



Fonte: FMI, 2006

Resultante da combinação de baixo crescimento econômico e dificuldades de governança pública, o País, embora venha reduzindo gradualmente a pobreza e a indigência, se mantém entre os mais desiguais do mundo, atrás apenas de países como Namíbia, Lesoto e Serra Leoa, todos da África Subsaariana, continente com os piores indicadores sociais do mundo. Com um Coeficiente de Gini de 0,597, a desigualdade social no Brasil é reflexo, em grande parte, das imensas disparidades de desenvolvimento inter e intra-regional, que permitem a

coexistência de grandes centros como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro lado a lado a regiões altamente deprimidas, como o norte fluminense, o leste mineiro e o sul da Bahia. A redução destas disparidades e seu impacto direto sobre a dinâmica migratória estariam condicionados pela evolução da economia local e pela efetiva adoção de políticas de desenvolvimento regional para estas áreas.

A incerteza quanto à evolução do ambiente externo (mundo, Brasil e entorno regional) se reflete em duas hipóteses extremas de desdobramento futuro:

- **Hipótese 1 – Evolução favorável:** crescimento sustentado da economia brasileira – acompanhando o forte crescimento da economia mundial que mantém elevada a demanda externa por alimentos, *commodities* industriais e energia –, com inclusão social e redução das disparidades de desenvolvimento das regiões deprimidas adjacentes ao Espírito Santo.
- **Hipótese 2 – Evolução desfavorável:** crescimento baixo e errático da economia brasileira – em grande parte decorrente do ambiente de crise que se dá em escala mundial e que reduz a demanda externa por alimentos, *commodities* industriais e energia –, com exclusão social e acentuação das disparidades de desenvolvimento das regiões deprimidas adjacentes ao Espírito Santo.

Político-Institucional

2. Como evoluirão a qualidade e a robustez das instituições públicas capixabas?

Como acontece em todo o Brasil, as imensas desigualdades sociais que assolam o Espírito Santo devem ser combatidas utilizando o gasto público como principal instrumento. Nesse âmbito, a grande revolução a ser feita é colocar o serviço público efetivamente a favor da população. Para tal, para exercer seus direitos assegurados por lei, a sociedade precisa ter um setor público minimamente organizado e bem gerido, sob a pena de não ter acesso ao pleno exercício de sua cidadania. Soma-se a isso ainda a necessidade de ter um capital social (atores sociais, políticos e econômicos) e institucional articulados, mobilizados e capazes de pressionar seus governantes pela obtenção de serviços públicos promotores da melhoria da qualidade de vida.

É percebida no Brasil a propagação pelos principais estados dos fundamentos que permeiam a Nova Gestão Pública, surgida no bojo da reformulação do Estado que vem ocorrendo em esfera mundial. No caso do Espírito Santo, essa temática não é diferente: após conhecer uma grave crise de Estado em finais dos anos noventa, o setor público capixaba vem se recuperando, resgatando a credibilidade institucional e incorporando a ética como princípio básico da governança pública. Entretanto, sua história revela que o patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo herdados do período anterior são alguns traços marcantes da cultura estadual e, por vezes, revelam sua face nas instituições de interesse público por intermédio da disseminação de práticas nocivas de corrupção, desvio de recursos públicos e “aparelhamento” estatal, com graves conseqüências sobre a quantidade e qualidade dos gastos públicos.

A incerteza quanto à continuidade ou não dos avanços recentes que se traduziriam na consolidação de um aparato político-institucional profissional, transparente, ético e comprometido com a obtenção e divulgação de resultados concretos para a sociedade capixaba pode ser ilustrada por intermédio de três desdobramentos futuros alternativos que esta componente pode assumir nas duas próximas décadas:

- **Hipótese 1 – Profissionalização e transparência, com elevados padrões de qualidade e desempenho:** sistema de gestão descentralizado, focado e preocupado com a obtenção de resultados, estimulando as iniciativas dos atores sociais e regionais.
- **Hipótese 2 – Baixos padrões de qualidade e desempenho coexistindo com algumas “ilhas de excelência”:** sistema de gestão centralizado, “aparelhado” e patrimonialista, desarticulado e ineficiente coexistindo com algumas “ilhas de excelência” articuladas com as demandas da sociedade, descentralizadas e preocupadas com a obtenção e divulgação de resultados concretos.
- **Hipótese 3 – Deterioração sistêmica, com baixos padrões de qualidade e desempenho:** sistema de gestão desarticulado e ineficiente na busca por resultado, que demonstra sérias dificuldades em estimular as iniciativas dos atores sociais e regionais e incapacidade de oferecer serviços e bens públicos demandas pela população.

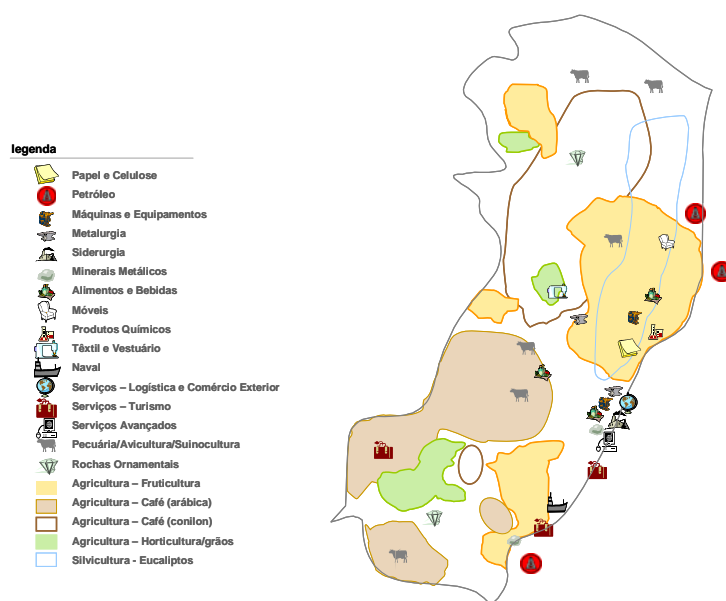
Econômico

3. Qual será o perfil do sistema produtivo capixaba e como evoluirá a base de informação e conhecimento?

A economia capixaba tem como principal característica a expressiva relevância das *commodities* para a geração de riqueza. A indústria extrativa mineral, que compõe 27% do setor secundário, tem como principais motores as cadeias de minerais não metálicos (extração de rochas ornamentais) e de óleo e gás, que vem garantindo importância crescente dentro do PIB estadual em decorrência do desenvolvimento de novas áreas de exploração e descoberta de novos campos, tanto em águas rasas como em águas profundas e ultraprofundas. A indústria de transformação, responsável por 73% da indústria local é movida, sobretudo pela produção de *commodities* industriais (produtos metalúrgicos, siderúrgicos, papel e celulose) cujas plantas se instalaram no âmbito da atração dos Grandes Projetos para o Espírito Santo. Até o setor primário, que representa menos de 4% do PIB, é dominado pela produção de *commodities*: a produção de café arábica e de café conilon responde por mais de 50% do valor gerado na agropecuária e faz do Espírito Santo o 2º maior produtor do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais.

Espírito Santo 2006 - Estrutura Produtiva

Mapa esquemático - Atividades Econômicas Dominantes



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do IPES; Sidra / IBGE (PAM 2002 e PPM 2003); Contas Regionais/IBGE; Atualização do Estudo dos Eixos; Estudos do IPEA, 2005

Apesar da manutenção da importância da economia de *commodities* como principal determinante do crescimento do PIB capixaba nas duas próximas décadas ser reforçada pela expansão do setor petróleo, a experiência internacional revela que os países seguiram trajetórias distintas quando defrontadas com uma realidade desta natureza.

Alguns países da África, Oriente Médio e Venezuela vem experimentando aquilo que se convencionou chamar de “maldição dos recursos naturais” ou “doença holandesa”. Isso se explica pelo fato de que, quando um país encontra hidrocarbonetos, um fluxo repentino de receitas excessivamente concentrados no setor petróleo tende a tornar os setores não-petrolíferos, como agricultura e indústria, menos competitivos no mercado, o que leva ao seu progressivo abandono e excessiva concentração no petróleo, que passa a dominar a economia. Contudo, outros países como Inglaterra e Noruega, quando estiveram diante desta mesma situação investiram os recursos advindos da expansão petrolífera de maneira produtiva e sustentável e se viram menos expostos em relação à evolução do setor. Para tal, passaram a agregar maior valor à produção, dinamizaram suas bases de informação e conhecimento e incentivaram um maior adensamento da economia local, tendo como resultado uma economia mais diversificada, de maior valor agregado e menos dependente em relação ao petróleo.

A incerteza quanto à evolução do perfil da estrutura produtiva capixaba se reflete em três hipóteses de desdobramento futuro:

- **Hipótese 1 – Crescimento acelerado e diversificado, com adensamento das cadeias e elevada articulação com as bases de informação e conhecimento:** elevado grau de diversificação da estrutura produtiva local, resultante de um longo processo de adensamento e agregação de valor das principais cadeias produtivas instaladas (óleo e gás, ferro e aço, papel e celulose, café, fruticultura, metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira) que, por sua vez, mostram-se altamente articuladas com as bases de informação e conhecimento.
- **Hipótese 2 – Crescimento moderado e pouco diversificado, com reduzido adensamento das cadeias e restrita articulação com as bases de informação e conhecimento:** visível expansão da economia, embora com adensamento marginal das grandes cadeias de ferro e aço e papel e celulose; já as principais cadeias do setor primário (cafeicultura e fruticultura) experimentam maior adensamento a jusante, estimulando a cadeia de alimentos e bebidas.

- **Hipótese 3 – Crescimento baixo e especializado, sem adensamento das cadeias e baixa articulação com as bases de informação e conhecimento:** baixo grau de diversificação da estrutura produtiva local, resultante de um inexpressivo processo de adensamento e agregação de valor das principais cadeias produtivas instaladas (óleo e gás, ferro e aço, papel e celulose, café, fruticultura, metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira) que, por sua vez, mostram-se altamente desarticuladas com as bases de informação e conhecimento.

Sócio-Ambiental

4. Como evoluirá a qualidade das redes de formação de capital humano?

A educação de qualidade e com ampla utilização da tecnologia da informação consiste em elemento de altíssimo valor estratégico tanto do ponto de vista social, ao criar condições para a promoção da inclusão social, quanto do econômico, desde que fortalecida a sinergia entre meio acadêmico e setor produtivo. Neste campo, a taxa de analfabetismo no Espírito Santo de cerca de 8% da população total, o acesso à escola das crianças entre 0 e 6 em torno de 40%, abaixo da média nacional, a escolaridade dos jovens de 15 a 17 de 79% e a média da escolaridade da população da ordem de 6,2 anos conferem restrição para que o estado construa vantagens competitivas no que se refere aos aspectos educacionais.

Outro desafio existente na esfera educacional consiste na expansão do acesso ao ensino superior. Apenas 4,6% da população capixaba com idade superior a 20 anos está matriculada no ensino superior, o que sinaliza que o acesso ao 3º grau ainda é insuficiente no estado. No Brasil, 8,6% da população nessa faixa etária encontra-se matriculada no 3º grau. Na Argentina este percentual é de 30%.

Esses indicadores têm implicação direta sobre a qualidade da mão-de-obra local e, por conseguinte, sobre a competitividade sistêmica da economia capixaba. Indício revelador dessa deficiência é que parte importante dos quadros dirigentes das grandes e médias empresas é recrutada de fora do estado.

As exigências decorrentes da revolução científico-tecnológica e dos paradigmas atuais que norteiam as atividades econômicas têm levado ainda ao aumento significativo da importância da educação digital e da

disseminação de redes de informação e conhecimento para a qualificação profissional. Neste campo, o Espírito Santo possui um dos menores percentuais do País de alunos matriculados na escola pública, da quinta à oitava série e no Ensino Médio, com acesso a laboratórios de ciências e informática e à internet. Grandes avanços precisam ser trilhados ainda no campo da ciência, tecnologia e inovação (C&T&I), cuja capacidade de absorção e adaptação de novas tecnologias, bem como seu relacionamento com o aparato produtivo são essenciais para que o Espírito Santo se insira efetivamente na chamada Sociedade do Conhecimento.

A incerteza quanto à evolução da qualidade das redes de formação de capital humano, informação e conhecimento e o sistema de C&T&I, tal como seus efeitos sobre a competitividade da economia e o potencial de inclusão social no estado pode ser ilustrada por intermédio de três desdobramentos futuros alternativos que esta componente pode assumir nas duas próximas décadas:

- **Hipótese 1 – Elevada qualidade do capital humano, formado em um sistema moderno e articulado:** o sistema de educação é alvo de um volume elevado de investimentos em mudanças de estrutura, projetos e rede de aprendizagem e ensino que incorpora as mais novas tecnologias, com um corpo docente extremamente bem qualificado, apresentando índices de desempenho bem acima da média nacional.
- **Hipótese 2 – Mediana qualidade do capital humano, formado em um sistema dual e pouco integrado:** um moderado volume de investimentos na rede de formação de capital humano consolida a dualização do sistema, em que ao lado de setores de baixa performance convivem “ilhas de excelência”, que incorporam as mais novas tecnologias, com um corpo docente bem qualificado. Assim, o desempenho da escolaridade capixaba coloca-se na média nacional.
- **Hipótese 3 – Insuficiente qualidade do capital humano, formado em um sistema desarticulado e defasado:** as redes de formação de capital humano revelam um sistema estagnado e que é alvo de um baixo volume de investimentos em estrutura, projetos, oferta de serviços e em redes de aprendizagem e ensino à distância.

5. Como evoluirão os níveis de pobreza e de desigualdade social?

Entre 1991 e 2000 a renda per capita do Espírito Santo se elevou em 48%, o segundo maior aumento do País, atrás apenas de Santa Catarina, com quase 54% de aumento, e bem acima da média nacional, que apresentou elevação de 29%. Apesar da boa performance em

relação aos demais estados em termos de renda *per capita*, no tocante à pobreza e à indigência o Espírito Santo não apresenta evolução tão favorável. Entre 1991 e 2000 nota-se uma redução sensível no percentual de pobres (25%), com um desempenho superior à média nacional (17%). Com relação à indigência, a taxa diminuiu 31%, também acima da média brasileira, que apresentou uma queda de 24% no número de indigentes.

Estado	% de indigentes 1991	% de indigentes 2000	% de pobres 1991	% de pobres 2000
Brasil	20.2	16.3	40.1	32.7
Espírito Santo	18.5	10.7	41.7	28.0
Minas Gerais	19.7	12.6	43.3	29.8
Rio de Janeiro	9.2	7.9	25.5	19.2
São Paulo	3.9	5.9	12.9	14.4

Fonte: PNUD, 2000

Entretanto, a comparação da elevação da renda *per capita* com a diminuição da pobreza e indigência (a elevação da primeira foi maior que a queda das duas últimas) revela que a renda se desconcentrou no Espírito Santo em ritmo inferior ao do restante do País ao longo da última década. Com um Coeficiente de Gini de 0,546, o Espírito Santo é o 7º pior estado do Brasil em termos de distribuição de renda, o que, somado às dificuldades de governança em finais do século XX.

A incerteza quanto à evolução dos níveis de pobreza, indigência e desigualdade social se traduz em três hipóteses de desdobramento futuro:

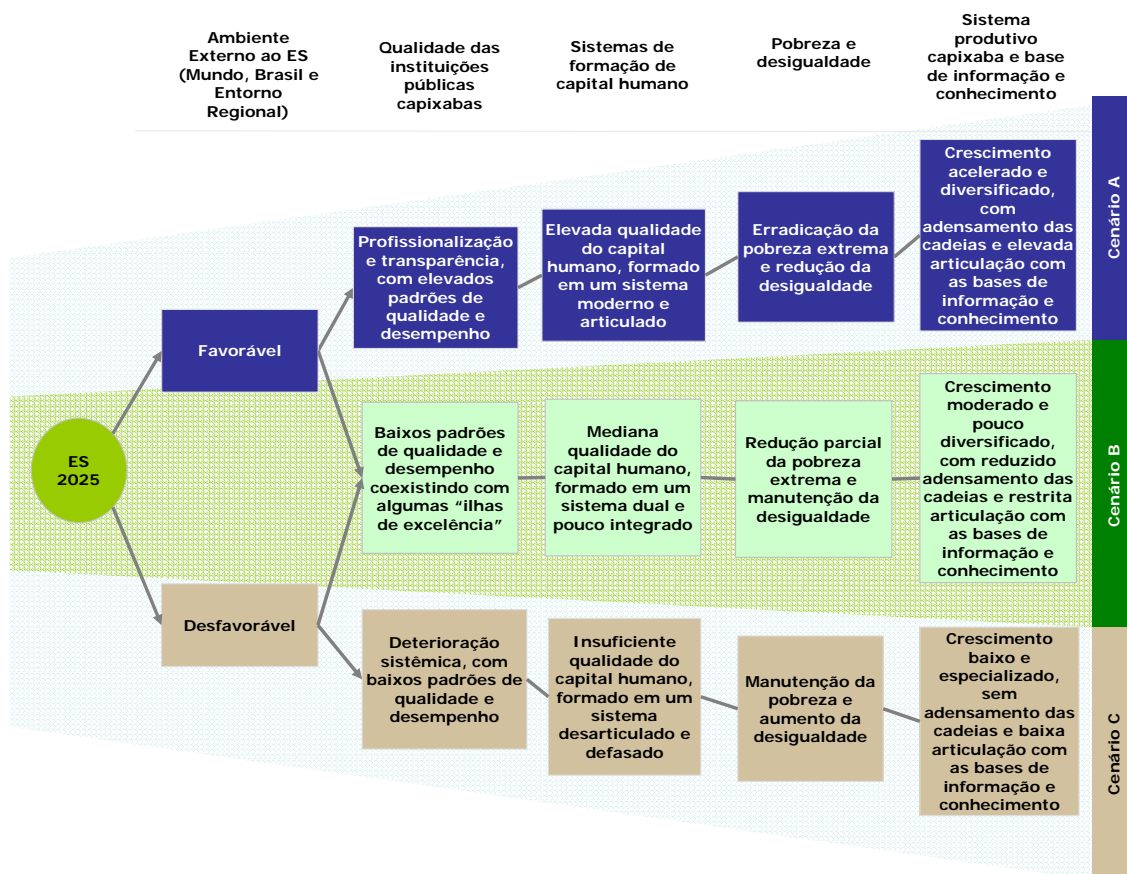
- **Hipótese 1 – Erradicação da pobreza extrema e redução da desigualdade:** A erradicação da indigência, a existência de um número de pobres inferior a 3% da população e o arrefecimento da desigualdade social contribuem para um aumento da expectativa de vida do capixaba ao nascer e para criar uma ambiente favorável ao investimento e ao crescimento econômico
- **Hipótese 2 – Redução da pobreza e manutenção da desigualdade:** Apesar da queda dos índices de pobreza e indigência, o Espírito Santo permanece ostentando elevados índices de desigualdade social, desestimulando iniciativas que repercutem sobre o crescimento econômico.

- Hipótese 3 – Manutenção da pobreza e aumento da desigualdade:** A persistência de um elevado número de indigentes no estado e a permanência dos índices de pobreza em elevados patamares, combinados ao recrudescimento da desigualdade social contribuem para o afastamento de investidores, inibindo iniciativas empreendedoras na economia e, assim, limitando o desenvolvimento, em meio a um círculo vicioso de pobreza e desigualdade.

4.2 Os Cenários Resultantes

Como resultado da combinação das hipóteses subsequentes às incertezas críticas exógenas e endógenas, surge três alternativas que constituem os cenários do Espírito Santo para o horizonte 2006-2025, representados na figura abaixo e descritos nos capítulos a seguir.

Três Cenários para o Espírito Santo - 2006-2025



4.3 Três Cenários para o Espírito Santo 2006-2025

O conjunto de cenários pode ser representado ainda, de uma maneira mais detalhada e completa, por intermédio de uma matriz que combina as diferentes hipóteses para cada uma das vinte incertezas mapeadas. Essa matriz, denominada de **Matriz de Investigação Morfológica**, é apresentada a seguir:

Incerteza	Hipóteses		
1 Demanda externa (preço e volume) por produtos exportados por intermédio do ES	Crescimento forte e estável da economia mundial, com extraordinária expansão das "baleias" e da demanda externa (3,5-4,5%)	Crescimento mediano e estável da economia mundial, com significativa expansão das "baleias" e da demanda externa (2,5-3,4%)	Crescimento baixo e errático da economia mundial; disseminação de crises e conflitos; e forte redução do crescimento da demanda (1,0-2,4%)
2 Crescimento econômico, perfil da inserção externa e padrão de inclusão social do Brasil	Elevado crescimento econômico, inserção competitiva baseada em valor agregado e inclusão social	Crescimento econômico mediano, inserção competitiva baseada em baixo custo e gradual redução das desigualdades	Crescimento econômico baixo, inserção competitiva baseada em baixo custo e exclusão social
3 Modo de inserção regional do ES quanto à logística e conectividade	Superação dos principais gargalos, forte expansão, salto de qualidade nos serviços e forte conectividade regional	Manutenção de alguns gargalos, moderada expansão, melhoria incremental dos serviços e conectividade regional seletiva	Permanência de grandes gargalos, expansão marginal, melhoria incremental dos serviços e conectividade regional limitada
4 Níveis de desenvolvimento das regiões deprimidas nos estados adjacentes	Crescimento do IDH semelhante à taxa de crescimento regional, com leve e gradual redução dos fluxos migratórios	Crescimento do IDH abaixo da taxa de crescimento regional, com contínua intensificação dos fluxos migratórios	
5 Qualidade e robustez das instituições públicas capixabas	Renovação das instituições públicas, com salto de qualidade e melhoria generalizada do desempenho	Manutenção de baixos padrões de qualidade e desempenho das instituições públicas, com algumas "ilhas de excelência"	
6 Relevância do ES no cenário nacional	Muito expressiva	Pouco expressiva	Inexpressiva
7 Natureza da aplicação dos benefícios do petróleo (royalties e receita fiscal)	Aplicação dos recursos na sustentabilidade do desenvolvimento	Aplicação pouco produtiva dos recursos	
8 Investimento em capital humano	Forte investimento com inovação radical dos sistemas educacional e de qualificação profissional	Moderado investimento com "ilhas de excelência" nos sistemas educacional e de qualificação profissional	Estagnação dos sistemas de educação e qualificação profissional
9 Protagonismo do setor empresarial e 3º setor capixabas	Forte, influente e articulado nacional e internacionalmente	Forte, porém pouco influente e desarticulado	Fraco, pouco influente e desarticulado
10 Expansão e adensamento da cadeia de óleo e gás	Forte expansão com adensamento	Forte expansão com pouco adensamento	Moderada expansão sem adensamento
11 Expansão e adensamento das cadeias de ferro e aço, papel e celulose	Forte expansão com adensamento	Forte expansão com baixo adensamento	Pequena expansão com baixo adensamento
12 Desenvolvimento dos APLs (fruticultura, rochas ornamentais, metal-mecânica e madeira), cadeias tradicionais (alimentos e bebidas, têxteis e confecções, cafeicultura, turismo) e terciário avançado	Forte crescimento com adensamento	Moderada expansão com pouco adensamento	
13 Disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos	Situação confortável	Situação preocupante	Situação crítica
14 Diversificação econômica	Economia diversificada		Economia especializada
15 Crescimento Econômico	Alto		Baixo
16 Distribuição espacial do desenvolvimento	Desenvolvimento distribuído em todo território, com forte ênfase na RMGV e litoral	Desenvolvimento concentrado na RMGV e litoral com leve redução das disparidades com o interior	Desenvolvimento concentrado apenas na RMGV e litoral
17 Desenvolvimento urbano	Planejado, ordenado e organizado		Não planejado, desordenado e desorganizado
18 Evolução dos níveis de pobreza e de desigualdade social	Erradicação da indigência e redução da pobreza e da desigualdade	Redução da pobreza e da indigência, com manutenção da desigualdade	Manutenção da pobreza e da indigência, com aumento da desigualdade
19 Violência e Criminalidade	Violência urbana e rural moderadas e em redução	Violência urbana aguda e moderada no campo, mas em elevação	Altos índices na capital e no interior
20 Identidade e imagem do ES no país e no exterior	Identidade reforçada e imagem muito positiva	Identidade frágil e imagem neutra	Identidade frágil e imagem negativa
	Cenário A	Cenário B	Cenário C



5. Cenário A – Desenvolvimento Sustentado

5.1. Filosofia

A lógica do **Cenário A** se baseia na combinação de um conjunto de fatores favoráveis, com destaque para (i) o contexto mundial e nacional de crescimento; (ii) a iniciativa estratégica de atores políticos, sociais e econômicos endógenos para a conquista do desenvolvimento sustentável; e (iii) a confirmação e realização das descobertas do setor de óleo e gás, e o uso correto dos recursos dele provenientes.

O contexto mundial favorável permite o forte aumento da demanda de produtos que fazem parte da pauta de exportação capixaba há mais de duas décadas, como minério de ferro, produtos siderúrgicos, café, papel e celulose. Essa conjuntura favorável, combinada à trajetória da economia nacional de crescimento e intensificação da agregação de valor, permite que o Espírito Santo aumente sua inserção externa por intermédio da exportação de produtos de alto valor agregado.

O crescimento da economia brasileira é complementado por mudanças institucionais que fortalecem as medidas tomadas internamente no Espírito Santo por seus governantes e que são apoiadas pelo empresariado e opinião pública. Assim, não apenas há uma recuperação e modernização do aparelho de Estado, mas uma verdadeira revolução que cria novas institucionalidades e promove uma articulação mais produtiva entre Estado, mercado e sociedade civil.

Atores políticos e econômicos não apenas conduzem esse processo de inovação institucional, como direcionam os investimentos no fortalecimento da infra-estrutura econômica e no aumento dos benefícios para o tecido social. Como resultado do forte investimento

em capital humano, o Espírito Santo conhece uma verdadeira revolução educacional, em todos os níveis.

A melhoria dos padrões de governança pública e a confirmação das excelentes potencialidades dos campos petrolíferos capixabas possibilitam a aplicação dos royalties e participações especiais na efetiva sustentabilidade do desenvolvimento.

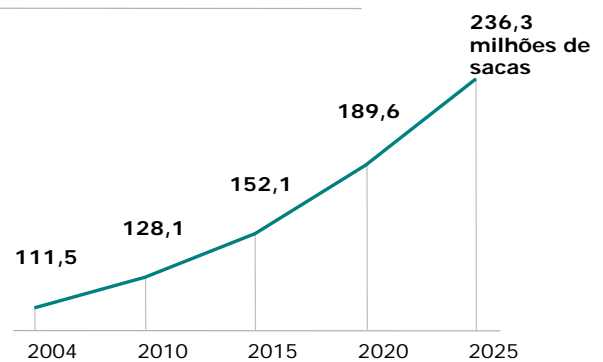
Assim, imbuídos de uma visão estratégica que os permite aproveitar oportunidades e agir no sentido de dotar o Estado e a sociedade de instrumentos de desenvolvimento, os atores políticos, sociais e econômicos aproveitam o ambiente favorável e sintonizam o Espírito Santo com a chamada Sociedade do Conhecimento e da Informação que se desenha em escala mundial.

5.2. Cena de Chegada: 2025

Mundo

Ninguém acreditava. Há um quarto de século, **desde o início do século XXI, que o mundo não pára de crescer**. Esse extraordinário crescimento econômico deve-se, em grande parte, ao bom desempenho da economia norte-americana, que conseguiu controlar o seu déficit, e das “baleias”, que conseguiram superar seus principais gargalos. Merece destaque a China, que apesar dos conflitos internos, mantém um forte crescimento econômico e vem sendo um das principais responsáveis pelo desenvolvimento mundial. Índia, Rússia e Brasil também crescem bem acima da média mundial e figuram entre as 10 primeiras economias no ranking mundial. Como resultado, milhões de novos consumidores ingressam no mercado, a cada dia mais globalizado.

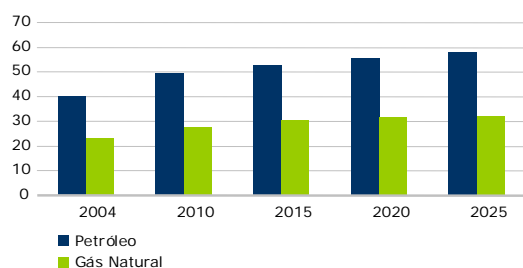
Consumo Mundial de Café



Fonte: Macroplan

Consumo Mundial Petróleo e Gás natural

Quadrilhões de IBTU



Fonte: Macroplan

Esse extraordinário crescimento econômico, da ordem de 4% a.a., não se faz sem conflitos e resistências, mas estes se restringem as repercussões locais ou conjunturais. Para isso, contribui o **contínuo processo de globalização**, integrando em uma vasta rede todas as economias nacionais, com exceção de algumas poucas, no continente africano e no mundo árabe. Estas economias marginalizadas, por seu turno, alimentam um terrorismo internacional que tem causado estrago, particularmente na atividade turística, mas sem maiores desdobramentos. Já os riscos de pandemia, embora persistam, têm efeitos circunstanciados, graças às medidas profiláticas tomadas pelos países, sob a égide da OMS, sem impactos significativos sobre a demografia global. O crescimento populacional se mantém declinante, decorrente da queda da natalidade, com um movimento inverso da população idosa, que continua a crescer graças às descobertas no campo da saúde que prolongam a vida e fazem surgir **a primeira geração centenária**.

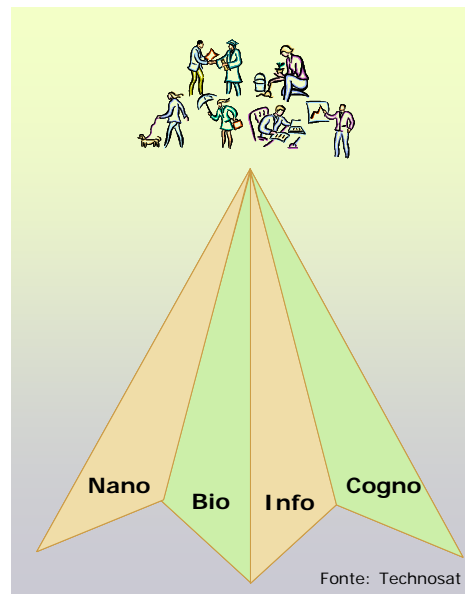
Com 7,7 bilhões de habitantes, o mundo goza de uma relativa paz, não apenas porque artefatos destruidores inibem o confronto mais acirrado, mas porque a integração das economias nacionais por meio de empresas multinacionais que operam e produzem em escala global, as tornam dependentes entre si, inibindo as medidas belicosas.

Entretanto, o grande estímulo ao crescimento econômico reside no rico e intenso **processo de inovação tecnológica**, articulando ao redor do mundo redes de pesquisa e desenvolvimento que são alimentadas pela constante elevação da demanda de novos produtos, por mudanças nos sistema de comunicação e transmissão de dados, por novas ferramentas de pesquisa e pela revolução educacional ocorrida na maioria dos países no mundo, possibilitada, sobretudo, pela expansão e disseminação da nova ciência cognitiva. A sociedade do conhecimento se mostra muito diferente da sociedade industrial, que apenas aos poucos os homens percebem.

A América Latina, que perdia espaço na economia mundial no começo do século XXI, consegue reverter a tendência graças às mudanças institucionais, econômicas e educacionais que parte de seus países realizam, com Chile e

Nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia da informação e ciências cognitivas

Convergência para melhoria da qualidade de vida e aumento da performance humana



Brasil na liderança. Favorece muito o seu crescimento econômico a **demanda de energia, alimentos e minerais ferrosos por parte dos países asiáticos**, a maior abertura da economia norte-americana aos seus produtos mas, sobretudo, a sua capacidade em incorporar as inovações tecnológicas, aumentando a produtividade das economias e a qualidade de vida da maioria de seus países. Além disso, com o deslocamento do eixo da economia mundial para o Pacífico no bojo do extraordinário crescimento dos “gigantes asiáticos”, os projetos de **integração econômica latino-americana** se consolidam, tornando a região mais próspera e competitiva frente a outras partes do mundo.

Graves problemas ambientais persistem e se agravam, mas as pressões sociais para sua mudança começam a dar resultado, sobretudo após a acentuação de desastres naturais, demonstrando claramente, e para a maioria de seus habitantes, que a terra encontra-se ameaçada: o clima muda, os desastres ambientais crescem, a camada de ozônio se esgarça e a água falta em muitas localidades.

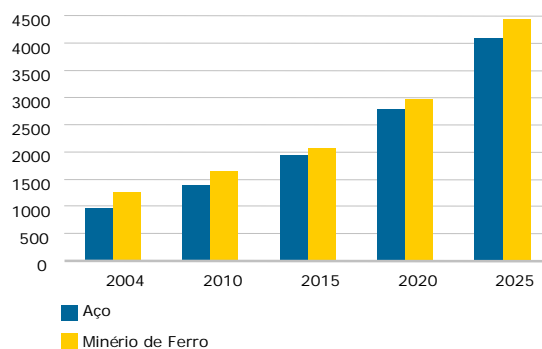
Brasil

O Brasil, com uma **população de 226,4 milhões de habitantes**, é um País bastante diferente daquele dos primórdios do século XXI. Com uma taxa geométrica de crescimento populacional de 1,07% nos últimos vinte anos, que se reduz a 0,8% entre 2020 e 2025, a população brasileira está mais velha e mais concentrada na área urbana.

No campo político, os valores democráticos gradativamente se consolidam no País, de tal forma que a sociedade brasileira já acumula mais de 35 anos de representação direta, com claro amadurecimento político, graças, em grande parte, a reforma política

Consumo Mundial de Ferro e Aço

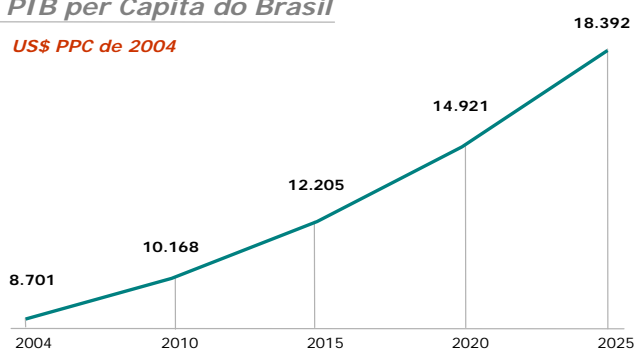
milhões de toneladas



Fonte: Macroplan

PIB per Capita do Brasil

US\$ PPC de 2004



Fonte: Macroplan

que permitiu o fortalecimento do sistema partidário, mas também ao aumento da escolaridade e do posicionamento cidadão da maior parte da sociedade.

Após atravessar um longo período de reformas (fiscal, política, trabalhista e previdenciária) e avançar bastante no campo micro institucional, criou-se **uma ambiência extremamente favorável ao desenvolvimento dos negócios e à execução e atração de investimentos**.

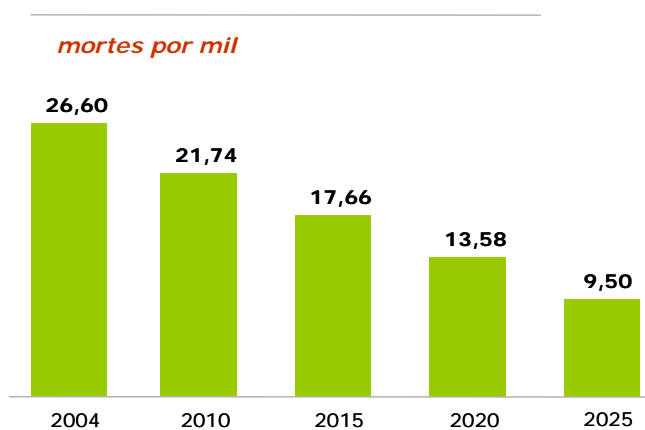
Soma-se a isso a adoção de novas formas de governança no Estado, mais ágeis e integradas aos atores da sociedade civil e do mercado, e corretamente focada na obtenção e divulgação dos resultados demandados daqueles que constituem a sua razão de ser: a sociedade. Assim, a consolidação deste novo espaço público no País, que

envolve não só o Estado como também outras instituições da sociedade civil, tem, como resultado principal, uma contínua melhoria do gasto e dos serviços públicos, impactando diretamente sobre os índices de pobreza, desigualdade e violência e, também, sobre as redes de infra-estrutura e logística, que são alvo de elevado volume de investimentos e aumentam seu grau de conectividade e integração.

No campo social, o patamar do crescimento econômico associado à melhoria de gestão e a adoção de políticas públicas efetivas, reduzem o percentual de pobres a 20%. O analfabetismo praticamente desapareceu, com índice inferior a 6%, e o PIB *per capita*, em trajetória ascendente, alcança US\$ 18.392. Por sua vez, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro é superior a 78 anos, e a taxa de mortalidade infantil gira em torno de 9,5 por mil.

Desde o final da primeira década do século XX, **o Brasil** deixou para trás duas décadas perdidas em termos de crescimento do PIB e **voltou a crescer de forma sustentada**. Aqueles que eram considerados os principais gargalos ao desenvolvimento econômico nacional, tais como impostos altos, dinheiro caro, infra-estrutura deficiente e de má qualidade, excesso de burocracia, informalidade, lei trabalhista obsoleta e gestão pública e fiscal de má qualidade, já fazem parte do passado, o que vem permitindo ao País acumular **crescimento médio da ordem de 4,8% anuais** nos últimos 20 anos.

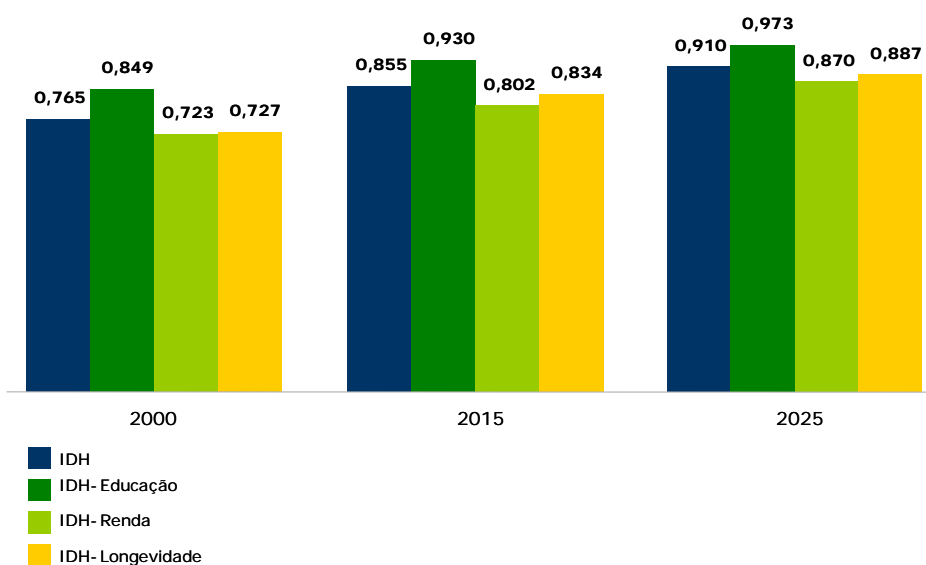
Mortalidade Infantil no Brasil



Fonte: Macroplan

Com um IDH de 0,910 e um PIB de US\$ 4,165 trilhões, o Brasil não é mais um país emergente, tendo se consolidado como uma “baleia”, ao lado de China, Índia e Rússia, e tendo garantido lugar entre as dez maiores economias do mundo. Com isso, seu ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas traduz o reconhecimento mundial de sua liderança no Hemisfério Sul.

IDH no Brasil



Fonte: Macroplan

A economia brasileira se insere de forma competitiva na nova divisão internacional do trabalho, com o aumento de competitividade frente às outras economias do mundo como resultado, em grande parte, do processo empreendido de intensificação da abertura econômica e absorção da inovação tecnológica.

O País destaca-se na produção de alimentos (agroindústria) – em expansão principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte Oriental – de produtos de alto valor agregado (máquinas e equipamentos, eletro-eletrônicos, bioindústria etc) e serviços avançados, produzidos especialmente nas Regiões Sul e Sudeste. As Regiões Nordeste e Norte Ocidental também vivenciam forte desenvolvimento, participando do ciclo virtuoso de desenvolvimento. Assim, de maneira geral, há um **leve e contínuo processo de desconcentração econômica intra e inter-regional**, em um processo de gradual e consistente interiorização do desenvolvimento.

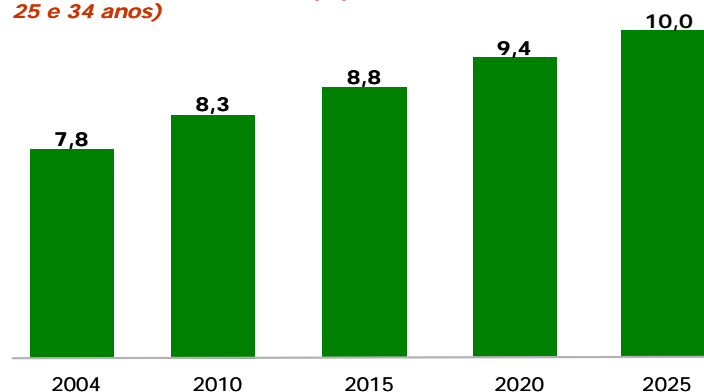
Como resultado conjunto desse processo de interiorização do desenvolvimento e da execução de políticas efetivas de desenvolvimento

regional, **as regiões deprimidas fronteiriças ao Espírito Santo emitem claros sinais de recuperação sócio-econômica**, com impacto positivo para o ES na redução do fluxo migratório. Com IDH e índices de escolaridade e de qualificação de capital humano em alta, e desigualdade social e pobreza em queda, tais regiões começam a conhecer um período próspero o qual as mesmas jamais haviam presenciado. Com isso, embora o fluxo migratório ainda exista, este se faz, sobretudo, pela existência de outros pólos mais atrativos do que, exclusivamente, pela ausência completa de perspectivas nessas regiões.

O desenvolvimento nacional é igualmente estimulado pelas **reformas no sistema de educação, ciência, tecnologia e inovação**. O ensino pré-primário universaliza-se, assim como o ensino médio, enquanto o fundamental melhora substantivamente de qualidade. Um amplo sistema de ensino profissional estabelece-se no País, com entidades de ensino superior integradas a outras no campo internacional de altíssima qualidade.

Escolaridade Média no Brasil

Número de anos de estudo (população na faixa etária entre 25 e 34 anos)



Estado, empresas e ONGs voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico integram-se na formulação e implementação de políticas de ampliação e modernização do sistema de ciência e tecnologia, que se integra grandemente com o

sistema produtivo. O parque produtivo brasileiro, à semelhança do resto do mundo, conhece um rico processo de inovação tecnológica. Em todos os estados, embora uns mais que outros, ampliam-se a rede de fibra ótica, a alfabetização digital e o acesso aos novos meios de comunicação e trabalho. Várias empresas e universidades integram redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

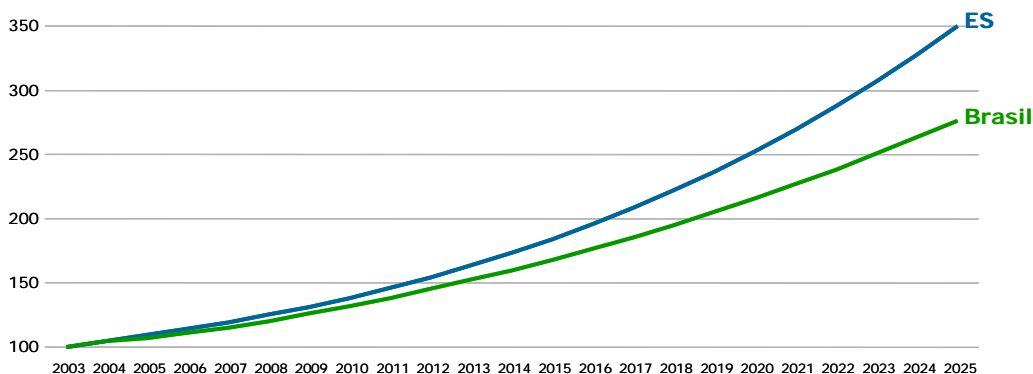
No campo ambiental, a preocupação com o meio ambiente dissemina, na sociedade, um bom sistema de gestão dos recursos hídricos e, sobretudo, o abandono das políticas de comando e controle por aquelas baseadas na lógica econômica conservacionista, que se expande pelo mundo. Esse processo possibilita a **redução das pressões e impactos sobre o meio ambiente**. Assim, a questão ambiental não é mais vista como entrave ao desenvolvimento econômico, mas parceira do novo modelo, oferecendo ricas oportunidades de negócio e de geração de renda e ocupação.

Espírito Santo

Apesar de permanecer como um estado essencialmente urbano, com apenas 15% dos residentes vivendo em áreas rurais, o Espírito Santo evidencia uma **distribuição mais equilibrada de sua população** de cerca de 4,3 milhões de habitantes ao longo do território capixaba. A população concentra-se, de maneira não exagerada, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e no litoral, embora outros pólos comecem a atrair população, indicando um caminho de desconcentração.

Mesmo diante do forte ritmo de crescimento da economia brasileira, que permite ao País consolidar sua posição entre as 10 maiores economias do mundo, o Espírito Santo mantém a tradição de crescimento mais elevado do que a média nacional. Após 20 anos de expansão média de 6% anuais, o Espírito Santo atinge um **PIB da ordem de US\$ 88,6 bilhões** e amplia sua participação no valor da produção nacional. A pujança da economia capixaba é vista ainda por intermédio de seu **PIB per capita**, estimado em **US\$ 20,4 mil**, que coloca o estado entre os mais ricos da Federação.

PIB do Brasil e do Espírito Santo



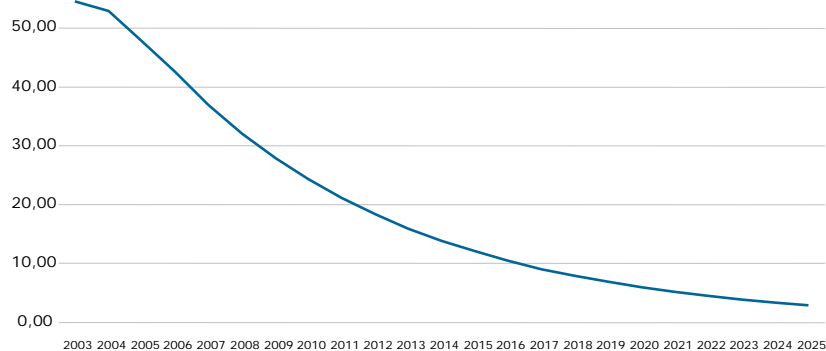
Fonte: Macroplan

A **erradicação da pobreza** e o **arrefecimento da desigualdade social** - medido por um Coeficiente de Gini de 0,412 -, contribuem para a **redução da violência** e para um aumento da expectativa de vida para 78,6 anos. A erradicação do analfabetismo soma-se a excelentes indicadores educacionais para que se tenha no estado um dos melhores padrões de qualidade de vida, refletidos em um IDH de 0,917. Com isso, o Espírito Santo é **um estado de alto desenvolvimento humano**, e disso seus habitantes têm orgulho.

Vive, no entanto, um delicado problema social, o de gerir a emergência de **novas demandas sociais** advindas tanto do crescimento dos fluxos migratórios, que são alimentados pelo momento de prosperidade e euforia vivido pelo estado, como também pela mudança do perfil da

Violência no Espírito Santo

Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes

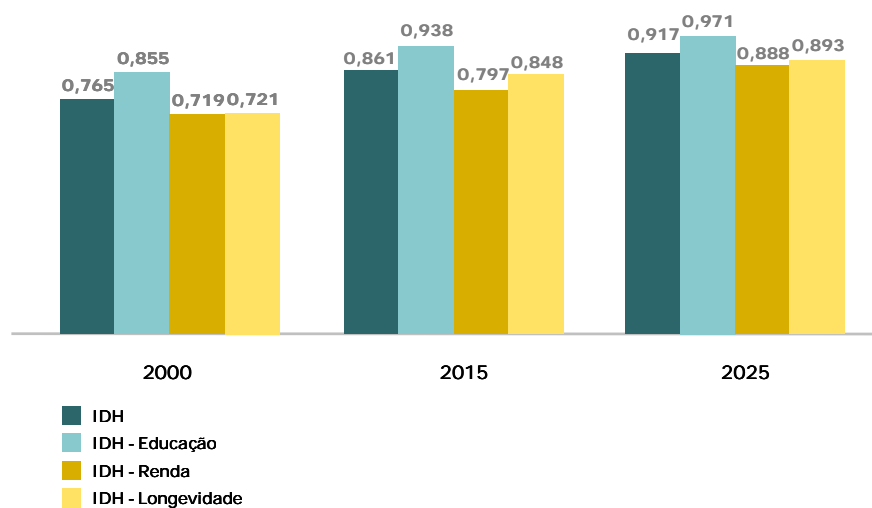


Fonte: Macroplan

pirâmide demográfica, resultante do envelhecimento da população. A pressão dessas forças sobre a malha urbana (saneamento, transportes, habitação e saúde) é absorvida por uma **rede de cidades planejadas e com infraestrutura suficiente** que, assim, possibilita ao ES **crescimento ordenado e equilibrado**, porém, com problemas pontuais e conflitos regionais.

No contexto ambiental, a **situação dos recursos hídricos se mostra confortável**, com **exceção da RMGV e do noroeste**, onde a eficiente gestão ambiental tem permitido que não ocorra o estrangulamento da oferta. Além disso, a desertificação no sudoeste apresenta sinais de recuo.

IDH no Espírito Santo

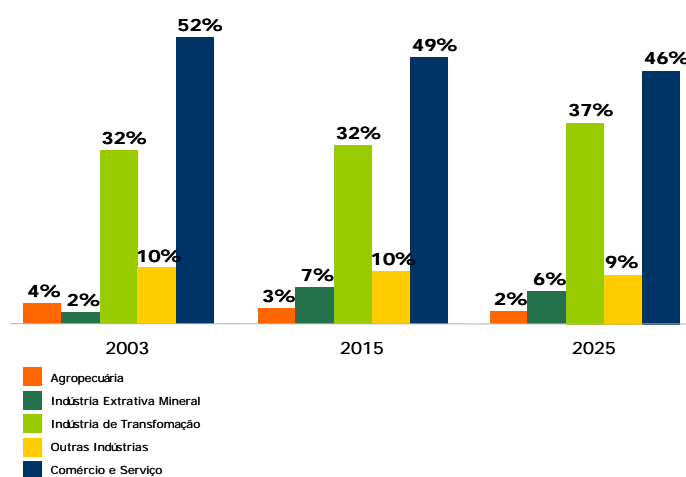


Fonte: Macroplan

O Espírito Santo ocupa as manchetes do noticiário virtual por ter conseguido zerar sua taxa anual de desmatamento antes do prazo, apresentando cerca de 16% de sua área coberta por vegetação nativa preservada, conservada ou em estágio de recuperação. A expansão da cafeicultura e da silvicultura não mais se mostra como entrave à integração ambiental. Assim, um **vasto**

corredor ecológico se instala no estado e contribui para com a crescente recuperação da biodiversidade. Soma-se a isso, a expansão do número de unidades de conservação (10% da área territorial do estado) bem geridas e reguladas, que funcionam como verdadeiros “laboratórios verdes” e impulsionam a pesquisa científica, sobretudo no interior.

Composição do PIB Capixaba



Fonte: Macroplan

Apesar da maior parte dos estímulos ao crescimento econômico provir da forte expansão do setor petróleo, o traço marcante da economia capixaba consiste no **elevado grau de diversificação da estrutura produtiva local**, resultante de um longo

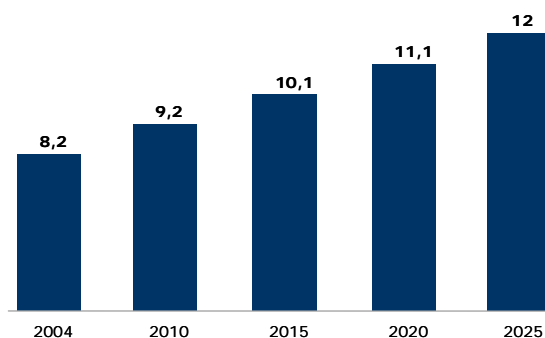
processo de adensamento e agregação de valor das principais cadeias produtivas instaladas (óleo e gás, ferro e aço, papel e celulose, café, fruticultura, metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira). Mesmo com o excelente desempenho do segmento petrolífero – que leva a extração do óleo à cifra de **500 mil barris/dia em 2025** e contribui para que a indústria extrativa mineral compreenda 7% do total nacional – a economia do Espírito Santo não se mostra dependente desta atividade, uma vez que os benefícios da cadeia se mostram internalizados na indústria de transformação, que responde por 37% do PIB estadual. Assim, **novos setores apresentam alto grau de desenvolvimento**, como a indústria petroquímica, de fertilizantes e a cadeia de fornecedores de produtos e serviços (indústria naval, *supply* e transportes).

Além da elevada demanda externa por *commodities* industriais e dos altos níveis de produtividade dos grandes projetos, contribui ainda com a expansão da indústria de transformação capixaba o adensamento a jusante das principais cadeias do setor primário (cafeicultura e fruticultura), cuja irradiação para o restante da cadeia produtiva permite à agropecuária capixaba aumentar sua fatia de participação no total nacional (1,05%). Os **demais APLs** (metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira) e **cadeias tradicionais** (têxteis e confecções e pecuária), assim como o **setor terciário** (turismo e serviços avançados⁴) também revelam **elevado grau de dinamismo e competitividade**.

Os efeitos da diversificação econômica e da intensificação da agregação de valor nas cadeias produtivas também se fazem sentir no comércio exterior, cujo **valor aumenta significativamente** e alcança a marca de US\$ 650 mil/t. Para isso, contribui decisivamente um **sistema logístico eficiente e de elevada conectividade intra-regional** que permite a irradiação do desenvolvimento para o interior e o escoamento da produção pelo moderno e bem estruturado Complexo Portuário Capixaba.

Escolaridade Média do Espírito Santo

Nº de anos de estudo (população na faixa etária entre 25 e 34 anos)



Fonte: Macroplan

⁴ Informática, consultoria, língua estrangeira, medicina, serviços de logística, ensino superior, profissionalizante e pós-graduação.

A diversificação econômica no estado decorre também da visível **melhoria do capital humano**. Uma rede de entidades ligadas à formação e qualificação profissional alimenta a alta demanda por mão-de-obra qualificada, estimulando o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento de um emergente setor de serviços avançados.

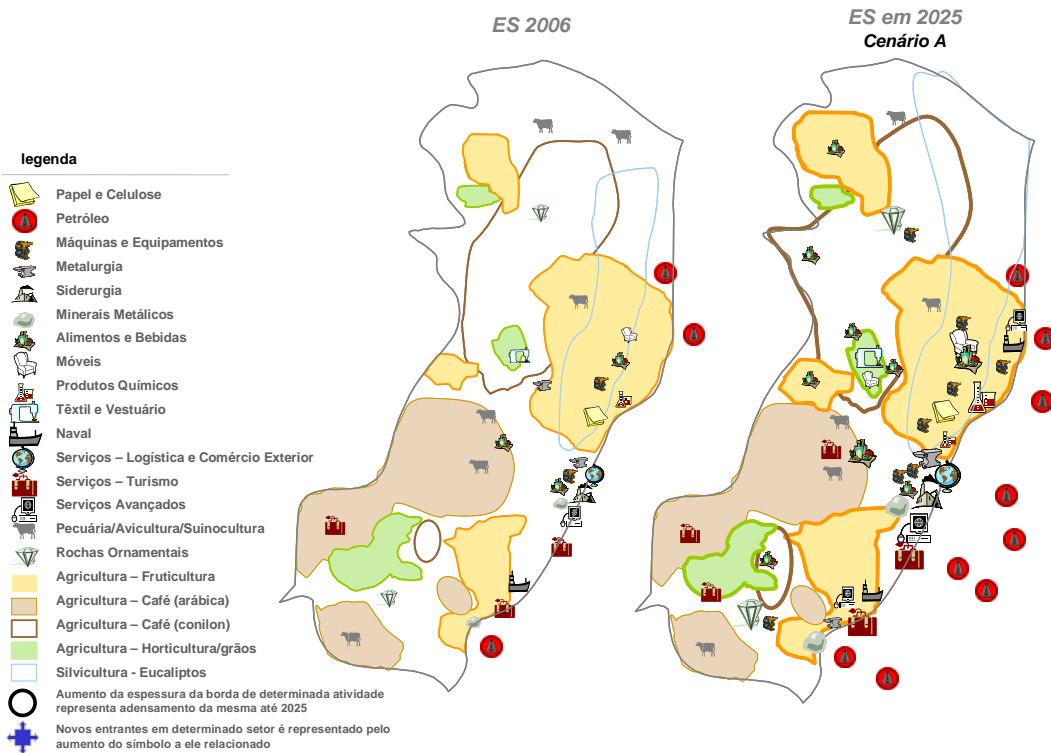
De fato, a crescente demanda por mão-de-obra qualificada surgida no bojo da expansão das grandes cadeias produtivas é atendida por profissionais formados em um sistema de educação e ciência e tecnologia que é alvo de elevado volume de investimentos em mudanças de estrutura, projetos e sistema de aprendizagem e ensino que incorpora as mais novas tecnologias, com um corpo docente extremamente bem qualificado. Como resultado dessa verdadeira "revolução educacional", **a população capixaba na faixa etária entre 25 e 34 anos alcança uma escolaridade média de 12 anos, com boa qualidade.**

Esse ambiente favorável à melhoria do capital humano e à atração de novos investimentos de envergadura decorre de uma verdadeira transformação do quadro institucional, resultante da renovação política, do empreendedorismo empresarial e do adensamento do 3º setor. A presença de investidores nacionais e internacionais dissemina uma **forte cultura de negócios e empreendimento**. Este aspecto acarreta em pressões crescentes, por parte da sociedade, em favor da adoção de bons procedimentos na administração pública, que adota práticas eficazes de gestão e articulação com a sociedade, guardando um papel de eficiente regulador das relações econômicas e estimulador das soluções sociais.

Assiste-se na terra dos beija-flores a um **sistema de gestão descentralizado, focado e preocupado com a obtenção de resultados**, estimulando as iniciativas dos atores sociais e regionais. E que não se resume à instância estadual, mas se manifesta **em grande parte das municipalidades**, em particular aquelas com maior população.

Estrutura Produtiva

Mapa esquemático



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do IPES; Sidra / IBGE (PAM 2002 e PPM 2003); Contas Regionais/IBGE; Atualização do Estudo dos Eixos; Estudos do IPEA , 2005

Regionalização da Cena de Chegada (2025)

Macrorregião Metropolitana	<p>Concentrando alta densidade populacional, a Macrorregião Metropolitana desenvolve-se de forma integrada. Favorecida pelas vantagens da infra-estrutura e logística, a região se vê ainda mais integrada à lógica exportadora (prestação de serviços e logística) e também se consolida como centro de empreendedorismo e de difusão de modernas técnicas gerenciais e tecnologia, possibilitando o estabelecimento de um moderno setor de serviços avançados. No campo social, a redução das desigualdades, o controle da violência e a qualidade dos serviços públicos ofertados permitem um dos melhores índices de qualidade de vida do País.</p> <p>Na Macrorregião Expandida Sul, a expansão das atividades de beneficiamento do minério de ferro e do petróleo propicia o surgimento de uma rede de cidades, que cresce de maneira planejada e ordenada e se beneficia do elevado dinamismo do setor de turismo e da atividade pesqueira. Já as Macrorregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana, beneficiadas pela melhoria do sistema logístico endógeno, conhecem maior integração com a RMGV e alcançam elevado nível de renda média graças a expansão da cafeicultura (cafés especiais), do agroturismo e da agricultura orgânica.</p> <p>O Pólo Linhares se mostra um dos mais dinâmicos e economicamente ativos. Beneficiando-se da exploração de óleo e gás, da expansão e adensamento das cadeias de papel e celulose, móveis de madeira, e fruticultura e de uma crescente integração com a RMGV, apresenta elevado ritmo de crescimento econômico e integração com a economia mundial, adquirindo importância crescente no cenário estadual.</p>
Macrorregião Norte	<p>A expansão da silvicultura, a recuperação da pecuária e a formação de pólos de fruticultura (goiaba, maracujá e mamão) e cafeicultura (café conilon) de elevada densidade técnica, aliados a uma maior integração com o sul da Bahia, permitem aos municípios da Macrorregião Norte experimentarem uma significativa redução da concentração no litoral. A rede de cidades litorâneas conhece uma expansão do terciário e desenvolve um tipo de turismo semelhante àquele realizado no sul baiano. No interior, formam-se pólos de elevado dinamismo econômico que contribuem para a geração de emprego e renda e melhoria significativa dos indicadores sociais.</p>
Macrorregião Noroeste	<p>Uma situação dos recursos hídricos apenas estável é compensada por inovações na agricultura, principalmente na cultura do café conilon, que abrem novas fronteiras para o setor na Macrorregião Noroeste. Soma-se a isso uma maior diversificação econômica da região - que é favorecida pelo aumento da conectividade da logística endógena e inclui a expansão e adensamento dos pólos de rochas ornamentais, têxteis e confecções e fruticultura e a recuperação de da pecuária e da aqüicultura – resultando em maior integração e redução das desigualdades de renda e da pobreza.</p>
Macrorregião Sul	<p>O Pólo Cachoeiro recupera importância no cenário estadual e apresenta elevado dinamismo econômico, ancorado na integração econômica com o norte fluminense e na consolidação do APL de rochas ornamentais, que propicia a Cachoeiro de Itapemirim e aos municípios de seu entorno uma especialização na extração e beneficiamento de mármore, além da prestação de serviços ao longo da cadeia produtiva. Soma-se, a isso, a modernização da agricultura local (em especial, o café) e da pecuária leiteira, a recuperação do pólo sucro-alcooleiro na região e o sistema logístico de alta conectividade, integrando a sua economia com as demais regiões, em especial a RMGV.</p> <p>Na Macrorregião Caparaó, o agroturismo e o desenvolvimento de atividades como a floricultura e a aqüicultura, aliados a uma política de maior integração econômica com o norte do Rio de Janeiro e, em especial, com o sul de Minas Gerais possibilitam a recuperação dos seus indicadores sociais e econômicos. No bojo da melhoria do sistema logístico endógeno e emergência de novos padrões de governança pública, que se dá em todo o estado, a gestão ambiental mais orientada para resultados concretos tem como principais resultados a recuperação das áreas de conservação ambiental e o estancamento do processo de desertificação em toda a região.</p>

5.3. Trajetória de Construção do Cenário A

Nenhum **cenário** se constrói de um dia para o outro. **É sempre o resultado de um processo, de um conjunto imenso de decisões de atores diversos que ocorre em meio a mudanças de inúmeras variáveis** e de suas diferentes combinações. Estas, por sua vez, criam condições mais propícias à tomada de algumas decisões e menos favoráveis a outras. Nesse jogo, retroalimentado, de atores e variáveis é que os cenários vão se construindo ao longo do tempo.

O Cenário A, como visto anteriormente, nasce da combinação de fatores favoráveis e decisões estratégicas que permitem aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças externas e, ao mesmo tempo, potencializar as forças e reduzir as fraquezas do Espírito Santo, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Assim, os cenários se constroem por etapas denominadas “**cenas**”. Divide-se a evolução do Espírito Santo segundo a lógica do Cenário A em três cenas: (i) a primeira transcorre de 2006 a 2010; (ii) a segunda avança até 2015; (iii) e a terceira até 2025.

5.3.1. Primeira Cena: 2010

O mundo se mantém em crescimento acentuado, graças ao bom desempenho da economia dos EUA, da China e da Índia. Contribui ainda a recuperação da Europa e do Japão e o forte crescimento de alguns outros países de menor peso na economia mundial.

O Brasil consegue reduzir sua dívida pública; ampliar os investimentos públicos e privados, expandindo a poupança interna e a capacidade de atrair capitais internacionais; e adotar uma reforma trabalhista que flexibiliza as relações de trabalho e favorece o investimento e a contratação de assalariados, com repercussões positivas sobre o grau de formalidade e o emprego na economia. Registra-se ainda uma melhoria da gestão pública, com um relativo incremento da qualidade dos gastos públicos. Dessa forma, enquanto a economia global mantém sua taxa de crescimento em torno de 4% a.a., **o Brasil consegue sair do “atoleiro”** dos últimos vinte e cinco anos, quando cresceu em torno de 2,2%, **e se alça a um patamar de crescimento do PIB similar ao do resto do mundo.**

O aumento da demanda mundial, associado às políticas estaduais e locais, favorece o crescimento econômico das regiões circunvizinhas ao Espírito

Santo, que ampliam a cultura do café, a pecuária e a silvicultura. Dessa forma, as regiões adjacentes mais deprimidas começam a registrar pequenos sinais de dinamismo econômico, favorecidas ainda por políticas federais e estaduais de transferência de renda, ampliação do micro crédito urbano, apoio à agricultura familiar e melhoria das condições jurídicas e institucionais para a criação de pequenos negócios.

O dinamismo exportador iniciado nos anos 90 persiste, incentivando o governo federal e os governos estaduais da região, juntamente com o capital privado, a investirem na **melhoria da logística** que fazem o Espírito Santo um portal de exportação e importação relevante. A instalação da Ferrovia Litorânea-Sul, ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, se conclui e o alargamento da BR 101 começa, assim como a construção do porto de apoio às atividades de exploração do petróleo *offshore* por parte da Petrobras.

O governo prossegue no processo de modernização da máquina do Estado e no estreitamento de suas relações com a sociedade, fomentando o surgimento e crescimento de Organizações da Sociedade Civil (ONGs e OSCIP). Um forte programa de capacitação do servidor público se instala, assim como, se reduz, gradativamente, o número de cargos comissionados, atribuindo uma maior profissionalização ao aparato estatal.

Pressões locais, mas, sobretudo nacionais, se fazem sentir sobre o Poder Judiciário, aumentando o contraditório em seu interior entre a corrente dos seus membros que querem uma modernização e transparência de seus processos e aqueles comprometidos com práticas antigas de nepotismo e morosidade.

O mesmo processo ocorre no plano do Legislativo e das Prefeituras. A opinião pública, nacional e local, ancorada por uma forte campanha de mídia, pressiona por mudanças das normas que regem as eleições e as organizações partidárias, que agora se encontram em número menor, tendo em vista que vários partidos não alcançaram a cota mínima para continuar existindo. O Congresso Nacional dá início a uma grande discussão sobre a reforma política, buscando definir normas mais claras e precisas sobre o processo eleitoral, o que resulta em redução dos custos das campanhas eleitorais e aumento do controle social e maior transparência do mesmo. Tais avanços já se traduzem, ainda que parcialmente, nas eleições municipais de 2008.

Esses processos fundam condições favoráveis para uma definição mais clara e, sobretudo, mais comprometida com a sustentabilidade do desenvolvimento, quanto ao uso dos *royalties* advindos da extração do petróleo no Espírito Santo, que já chega a casa dos **500 mil barris/dia**. Esses, somados à intensa exploração na costa fluminense, já fazem do Brasil um país exportador de óleo pesado.

Os **avanços no campo da gestão pública permitem também que o aparato estatal capixaba amplie sua capacidade de investimento**, em grande parte dirigida para melhorar o sistema de ensino. Com isso, as redes de formação de capital humano, informação e conhecimento conhecem efetivo processo de desburocratização, passando a deter melhor aparato físico, equipamentos mais modernos e professores mais capacitados. O ensino pré-primário abarca 80% das crianças entre 4 e 5 anos; o ensino fundamental, universalizado, passa a adotar gradualmente a jornada integral; o ensino médio se amplia, incorporando mais da metade dos jovens entre 15 e 17 anos; e o ensino superior se expande visivelmente, estimulado, em grande parte, pelo sistema de crédito escolar capitaneado pelo governo estadual e apoiado pelo governo federal.

Como resultado do crescimento econômico, da expansão do setor petróleo, da intensificação da urbanização na RMGV e do maior acesso ao ensino superior, **começa a se desenhar no estado a um novo sistema de ciência, tecnologia e inovação** fortemente articulada com algumas unidades de ensino superior, empresas e governo.

Paralelamente, **observam-se melhorias em todos os serviços públicos**. Nesse campo, destaca-se o desempenho da saúde primária que, com a extensão do programa saúde da família, abarca praticamente todo o estado e descongiona, em parte, os hospitais. As reclamações persistem, sobretudo, nas áreas rurais e cidades pequenas, mas também na RMGV, que conhece crescimento extraordinário decorrente da manutenção de significativo número de migrantes advindos da Bahia, de Minas Gerais e do próprio o interior do estado.

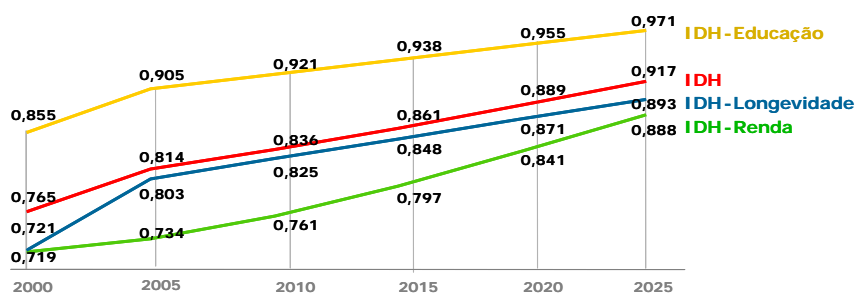
Preocupado com o inchaço da RMGV, o governo adota uma **forte política de interiorização do desenvolvimento**, utilizando grande parte de seus recursos para criar condições favoráveis de crescimento econômico nas cidades de porte médio. Com isso, são disseminados programas que, com apoio do governo federal e uso de recursos captados externamente, visam à melhoria das condições urbanas, tais como a recuperação das moradias subnormais e ampliação das redes de esgotamento sanitário, abastecimento e transportes.

Estimuladas por tais políticas e favorecidas pelo ambiente externo favorável, **algumas cadeias produtivas localizadas fora da RMGV crescem**, destacando-se o mármore e granito, silvicultura e fruticultura, além do café. Pequenos esforços se fazem sentir também em relação ao turismo, tanto de praia e mar, com novos investimentos, inclusive estrangeiros, nas atividades do eco-turismo e do turismo rural.

O crescimento populacional da RMGV, acompanhado do crescimento de renda de seus habitantes, fomenta o **surgimento**, embora ainda muito incipiente, **de um setor de serviços de qualidade**, particularmente no campo da saúde, mas também na de consultoria nas áreas de petróleo e gás, construção civil, informática e desenvolvimento de pequenos e médios negócios.

A geração de emprego cresce - embora os cargos mais bem remunerados ainda sejam predominantemente ocupados por profissionais provenientes de outros estados –, **reduzindo a pobreza**. Essa redução se faz também graças à intensificação do programa de transferência de renda sob a direção do governo federal e apoiado pelos governos estadual e municipais.

Evolução do IDH no Espírito Santo



Fonte: Macroplan

O IDH do Espírito Santo se eleva a 0,836, não apenas pela melhoria no campo da educação mas também no da renda. Diante dessa nova situação, os programas de prevenção e

repressão ao crime começam a surtir efeito e **a violência cai persistentemente**, chegando a uma situação que retira a RMGV do rol das áreas mais violentas do País. Assim, o número de homicídios por 100 mil habitantes cai para 24,3.

Com um PIB de US\$ 35,1 bilhões e PIB *per capita* de US\$ 9.510, **o Espírito Santo começa a emergir no cenário nacional como um estado promissor**, mudando sua imagem de “parte pobre do Sudeste”, para a imagem de um “estado dinâmico e socialmente agradável”, que se farão presentes, sobretudo, na cena seguinte.

5.3.2. Segunda Cena: 2015

O mundo, apesar das turbulências que conheceu na segunda década, **retoma seu crescimento**, porém no patamar de 3%. Essas turbulências foram de diversas ordens: étnicas, políticas e sociais na China e na Índia, que conseguiram superá-las e se transformaram, respectivamente, na terceira e sexta economias do mundo; os EUA, apesar das turbulências econômicas e

financeiras, conseguiram, graças aos extraordinários esforços na área institucional e tecnológica, superá-las e recuperaram os bons índices de produtividade que lhes mantêm na *pole position* da economia mundial, embora cada vez mais ameaçados; a Europa, que enfrentou as piores turbulências sociais em todo o mundo, mas vem conseguindo redefinir seu aparato estatal e recuperar sua produtividade e competitividade; e o Japão, que conseguiu consolidar a retomada do crescimento graças a sua capacidade empreendedora e ao aproveitamento do desempenho dos demais países asiáticos, conservando, assim, parte de seu prestígio e poder econômico.

Dessa forma, **cada vez mais as transações comerciais se efetuam em torno do Pacífico e do Índico**. Esta tendência se reforça pelo fato da Indonésia começar a conhecer um crescimento extraordinário, da ordem de 8% a.a., juntamente com outros países do Sudeste Asiático que adotaram novas formas de gestão pública, melhoraram sensivelmente a qualidade de sua mão-de-obra e adentraram no terreno das novas tecnologias, conectando-se com as redes de pesquisa e serviço mundiais. Por outro lado, **os grandes riscos de pandemias e ataques terroristas foram controlados** com a inserção dos países árabes na economia de mercado e, no primeiro caso, com a adoção de medidas internacionais de profilaxia por todos os países, conduzindo a uma profunda democratização das Nações Unidas e reformulação das entidades multilaterais.

O Brasil, por sua vez, **consegue manter seu crescimento** no patamar alcançado em 2008, **pouco acima de 4% e superior ao crescimento mundial**. Graças às mudanças que conheceu no campo institucional (fruto de reformas diversas, como a previdenciária, trabalhista, política, urbana e fundiária), no Poder Judiciário (modernização e melhoria na qualidade e temporalidade das tomadas de decisões) e na gestão pública, com a profissionalização do aparato estatal e, sobretudo, a adoção de novas de relação com a sociedade.

Dessa forma, não apenas o agronegócio – que fez do Brasil o país mais importante no fornecimento internacional de alimentos – se consolida como também há um aprofundamento do grau de agregação de valor de sua economia, resultando na modificação parcial da pauta de exportação. Para isso contribui também os esforços realizados pelos atores econômicos, sociais e políticos que tiveram como resultado significativa melhoria da educação, da qualificação profissional e, sobretudo, das redes de ciência, tecnologia e inovação.

Nas **regiões circunvizinhas do Espírito Santo**, o agronegócio voltado para a cafeicultura, silvicultura e fruticultura criam uma **nova dinâmica econômica local**, revertendo seu processo migratório. Além disso, quase todos os municípios dessas regiões adjacentes conheceram melhorias

substanciais em seu IDH graças, sobretudo, aos avanços nos campos da educação e renda.

O Espírito Santo transforma-se no estado de maior crescimento econômico do Brasil sendo a sua 7ª economia, com um PIB da ordem de US\$ 46,5 bilhões, e uma população de 4 milhões de habitantes. Em grande parte isso se deve à manutenção da exploração do petróleo na casa dos 500 mil barris/dia, ao adensamento das cadeias produtivas do óleo e gás, ferro e aço e do agronegócio (café, madeira, mármore e granito e fruticultura), além do desenvolvimento do setor de serviços avançados.

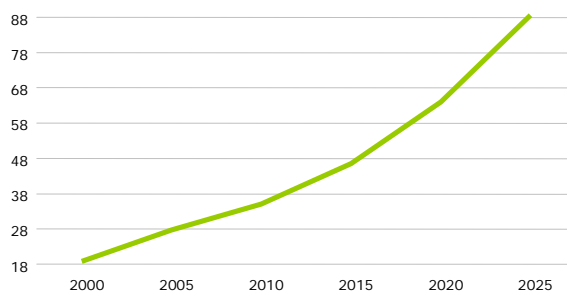
Também são responsáveis pelo forte crescimento econômico os sucessivos governos, dotados de estratégia e de competência para mudar; os atores econômicos, sobretudo o setor empresarial; os atores sociais, em especial novas organizações da sociedade civil; e culturais, tais como formadores de opinião, pesquisadores e intelectuais de modo em geral.

Os royalties continuam sendo usados de forma produtiva, fortalecendo a infra-estrutura econômica e social do estado.

O aparato estatal conhece uma grande transformação. Começa a emergir **um novo desenho institucional**, articulando agências especializadas e competentes com forte controle social, dando ao Estado uma extraordinária capacidade de otimizar o fornecimento de serviços e bens públicos, assim como apresentar uma formidável qualidade do gasto. Parte importante da população, acompanha e opina sobre as prioridades governamentais e seus gastos, graças à disseminação das novas tecnologias, do *e-gov* e das Organizações da Sociedade. Estas, especializadas no acompanhamento dos gastos públicos, nas sugestões de formulação de

Evolução do PIB do Espírito Santo

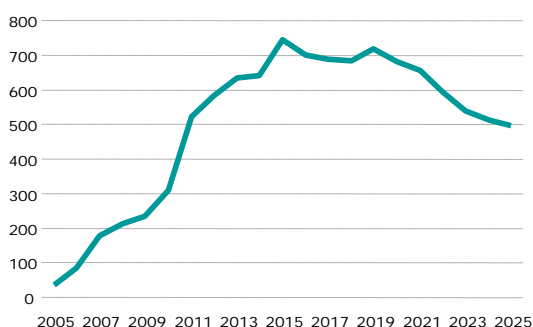
Em US\$ Bilhões PPC de 2004



Fonte: Macroplan

Curva de Produção de Óleo no ES

Mil bpd (média anual)



Fonte: Macroplan

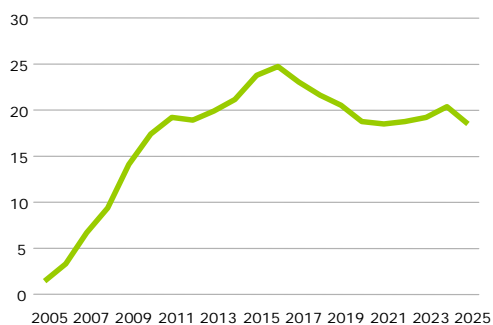
políticas, na operacionalização de projetos e programas, mas, sobretudo, no processo de monitoramento e avaliação de resultados que começam a dar qualidade aos programas e projetos governamentais. Um sistema informatizado, descentralizado e participativo colhe a opinião dos capixabas sobre a alocação de recursos e, antes de tudo, garante a **interiorização do desenvolvimento e a disseminação de serviços públicos, cada vez de melhor qualidade, por todo o estado.**

A educação conhece uma mudança substantiva. Novos sistemas de ensino, projetos e equipamentos são implantados, que tornam o Espírito Santo um dos melhores estados no desempenho educacional. Um novo estilo de gestão, desburocratizado, fortalece as unidades de ponta. A educação básica é praticamente universalizada. O ensino fundamental tem jornada integral. Após diversos programas de aperfeiçoamento e qualificação, que permitiram a eliminação dos professores leigos, a educação básica conta com um corpo docente extremamente capacitado e bem remunerado. Expande-se o ensino médio, profissional e superior. As creches, ofertadas para todas as crianças, permitem a inserção da mulher no mundo do trabalho, onde apresenta um desempenho superior aos homens, com salários praticamente equivalentes.

O velho inchaço da RMGV se desfaz proporcionalmente ao crescimento mais acentuado de algumas cidades pólos de desenvolvimento, tanto no norte quanto no sul e no oeste, como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Domingos Martins, São Mateus e Anchieta. Para isso contribui uma política persistente de interiorização do desenvolvimento permitindo um dinamismo econômico regional baseado nas diversas competências distribuídas pelo estado. O sucesso do novo programa de cidades pólos de porte médio permitiu que todas elas tivessem o esgotamento sanitário universalizado, além de fortes melhorias na malha de habitação e transportes.

Os serviços de saúde conhecem um extraordinário crescimento, sobretudo em qualidade, graças à disponibilidade de recursos, a formulação de políticas preventivas, aos programas de educação disseminados em toda população e aos bons serviços secundários de saúde. Esses serviços no campo privado atraem clientes de todo o Brasil e, até mesmo, de países vizinhos.

Curva de Produção de Gás no ES
Milhões m³/d (média anual)



Fonte: Macroplan

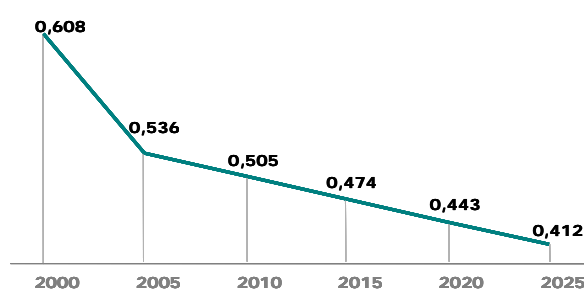
A forte consciência ecológica desenvolvida no estado permite que os recursos hídricos não se tornem um entrave ao desenvolvimento econômico. Os comitês de bacia, distribuídos em todo o estado, com pessoal competente e equipamentos sofisticados, têm permitido a aplicação plena dos novos instrumentos de gestão e a execução de estudos sobre a disponibilidade hídrica nos aquíferos, que são aproveitados corretamente para garantir um abastecimento de qualidade e o fornecimento às atividades econômicas de maior valor agregado ou geradoras de renda para uma massa significativa de pessoas.

A dinâmica econômica, associada a políticas de combate à pobreza, praticamente erradica a situação de indigência e reduz substancialmente o número de pessoas em situação de pobreza. Dessa forma, **uma nova situação social se cria**

no Espírito Santo, com forte qualidade de vida do ponto de vista da renda, da educação, da saúde, do meio ambiente, mas também da segurança pública. O número de homicídios por 100 mil habitantes segue trajetória de pleno declínio e chega a 12.

Com um IDH de 0,861, o Espírito Santo é um dos estados de melhor qualidade de vida do País, e seu índice de Gini de 0,474 – um dos mais baixos do Brasil, porém ainda elevado quando comparado ao padrão dos países desenvolvidos – revela que **o extraordinário crescimento econômico que o estado vem experimentando tem sido acompanhado por um contínuo e benéfico processo de inclusão social.**

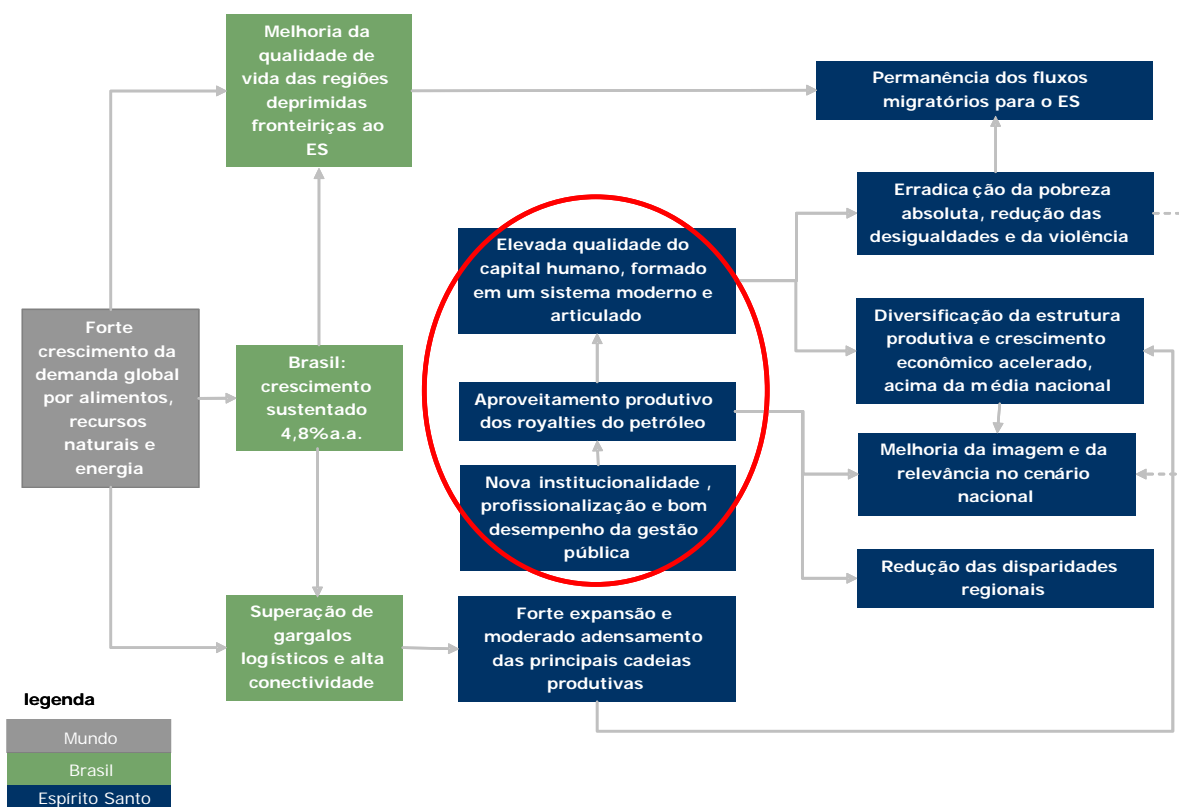
Evolução do Coeficiente de GINI no Espírito Santo



Fonte: Macroplan

5.4. A Lógica do Cenário A

Cenário A – Desenvolvimento Sustentado 2006-2025



Elaboração Macroplan

5.5. O Desenvolvimento Sustentado em Números

	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Mundo						
População (em milhões de hab.)	5.857	5.987	6.388	6.862	7.318	7.755
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	35.553	42.773	57.460	72.434	91.743	116.871
PIB per capita (em US\$ PPC de 2004)	6.070	7.145	8.996	10.556	12.537	15.070
Brasil						
Demografia						
População (em milhões de hab.)	169,8	184,2	195,9	207,6	217,9	226,5
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	1.450	1.616	1.992	2.533	3.251	4.165
PIB per capita (em US\$ de 2004)	8.539	8.776	10.168	12.205	14.921	18.392
Taxa de Investimento (em % do PIB)	22,0%	20,5%	23,8%	27,1%	30,4%	33,0%
Social						
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	7,8	8,3	8,8	9,4	10,0
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,6	71,9	73,5	75,1	76,6	78,2
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	39,3	25,8	21,7	17,7	13,6	9,5
IDH	0,765	0,805	0,829	0,855	0,882	0,910
IDH-Educação	0,849	0,887	0,908	0,930	0,951	0,973
IDH-Renda	0,723	0,747	0,771	0,802	0,835	0,870
IDH-Longevidade	0,727	0,781	0,808	0,834	0,861	0,887
Espírito Santo						
Demografia						
População (em milhões de habitantes)	3,1	3,4	3,7	3,9	4,1	4,3
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	18,81	27,65	35,12	46,56	63,93	88,63
PIB per capita (em US\$ PPC de 2004)	6.011	8.113	9.549	11.857	15.415	20.446
Taxa de Crescimento do PIB dos últimos 5 anos (em % a.a.)	3,5	4,5	4,9	5,8	6,5	6,7
Extração de Óleo (em mil bpd)		45	300	750	700	500
Oferta de Gás (em mil bpd)		3,5	18	25	18	18
Social						
Coeficiente de Gini	0,608	0,536	0,505	0,474	0,443	0,412
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	28,9%	21,3%	12,4%	8,0%	3,5%	0,0%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	10,0%	5,4%	2,7%	1,0%	0,0%	0,0%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	8,2	9,2	10,1	11,1	12
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,2	73,2	74,5	75,9	77,2	78,6
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	0,3	23,2	18,7	14,5	10,9	7,6
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	46,78	47,71	24,28	12,05	5,98	2,97
IDH	0,765	0,814	0,836	0,861	0,889	0,917
IDH-Educação	0,855	0,905	0,921	0,938	0,955	0,971
IDH-Renda	0,719	0,734	0,761	0,797	0,841	0,888
IDH-Longevidade	0,721	0,803	0,825	0,848	0,871	0,893
Meio Ambiente						
Cobertura Vegetal (em % do território)	9%	8%	10%	12%	14%	16%
Unidades de Conservação (em % do território)	3%	3%	6%	7%	10%	10%
Comitês de Bacias Hidrográficas em Operação (em unid.)	0	0	8	10	12	12

Elaboração Macroplan com base em dados do IBGE, IPEA, IEMA e Instituto Jones



6. Cenário B – Crescimento Excludente

6.1. Filosofia

A lógica do **Cenário B** é a de que os atores políticos, econômicos e sociais capixabas não conseguem aproveitar plenamente as imensas oportunidades oferecidas por um mundo em ascensão econômica e um Brasil em desenvolvimento, com taxas de crescimento acima da média dos últimos 25 anos. Soma-se a isso a excelente disponibilidade de recursos de *royalties* e participações especiais advindas da confirmação das expectativas iniciais do setor petróleo, que conhece excelente desempenho.

Como a demanda global por energia, alimentos e *commodities* industriais se mantém elevada, o estado continua a ser um grande portal de exportação. Contudo, com a gradual transferência do eixo mais dinâmico da economia global para o Pacífico, este papel somente é consolidado com mais força a partir de 2015, quando são realizados investimentos estruturadores em âmbito nacional que se seguem a um período de reforma fiscal do Estado brasileiro.

Por outro lado, a grande disponibilidade de *royalties* atrai para o estado políticos sem visão de futuro e sem compromisso republicano, sobretudo no plano municipal, desviando recursos públicos para os interesses privados e obras de ostentação.

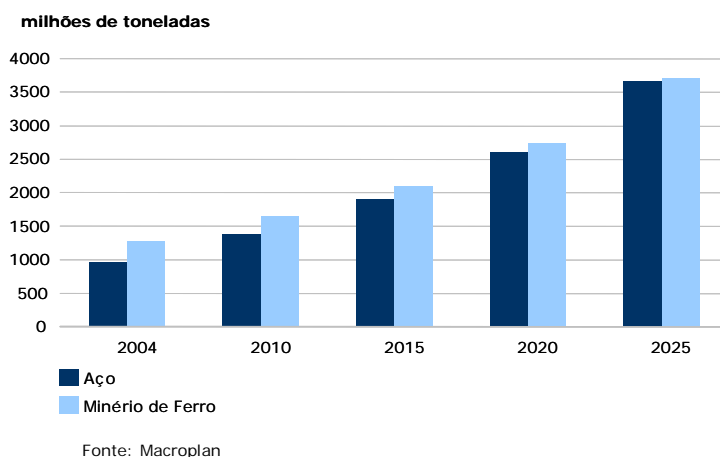
Mesmo assim, o Espírito Santo conhece mudanças e melhorias, mas não se mostra capaz de transformar o aparato estatal, revolucionar o sistema educacional, nem melhorar significativamente a situação social, particularmente a questão da violência urbana. Assim, potencialidades internas são pouco aproveitadas, o grau de adensamento e agregação de valor é baixo e a economia não se diversifica, embora cresça. Aos poucos o atraso social cria limites a esse crescimento econômico.

6.2. Cena de Chegada: 2025

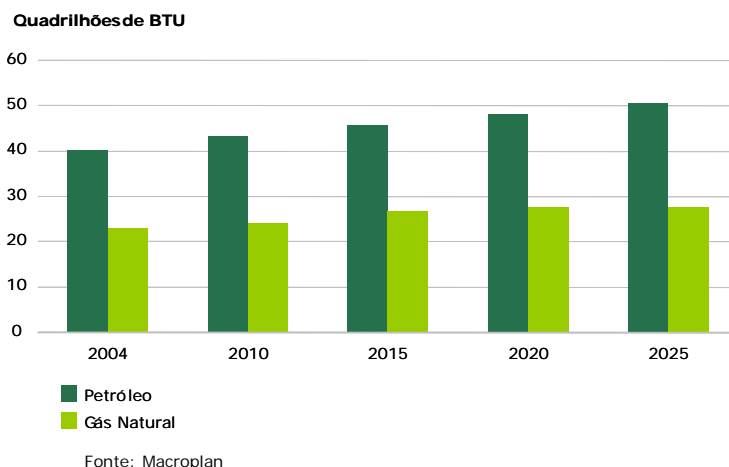
Mundo

Faz exatamente 20 anos que a economia mundial não cresce acima de 3,4% a.a.. Com uma população superior a 8 bilhões de habitantes, combina períodos de modesta expansão do PIB com outros de maior crescimento. Apesar do intenso processo de inovação tecnológica que se articula no mundo inteiro em redes de pesquisa e desenvolvimento, os EUA, que se mantém na vanguarda do campo de C&T&I, não conseguem solucionar seus graves entraves estruturais (déficits gêmeos). A insegurança proveniente dos atos terroristas, das ameaças constantes de pandemia, dos desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas que crescem em frequência e a maior atração da economia asiática não permitem à economia norte-americana crescer acima de 2%.

Consumo Global de Ferro e Aço



Consumo Global de Petróleo e Gás Natural



Diante do fraco desempenho das outras economias avançadas – União Européia e Japão -, a expansão econômica se deve ao **extraordinário desempenho das “baleias”**. Nesse campo, destaca-se a China - a segunda maior economia do mundo – que, apesar dos conflitos internos e das turbulências políticas, vem mantendo um crescimento econômico elevado. Índia e Rússia também crescem acima da média mundial e já figuram entre as 10 primeiras economias no ranking mundial. Com isso, o mundo vem

conhecendo **crescimento da demanda por alimentos, commodities industriais e energia**, com impacto direto sobre seus preços no mercado internacional, que são mantidos em patamares elevados, além de se deslocar acentuadamente para o Pacífico. No que se refere aos preços do petróleo, sua permanência em níveis excessivamente altos, nas últimas décadas, inibe o crescimento da economia global, mas estimula seu aproveitamento em águas profundas.

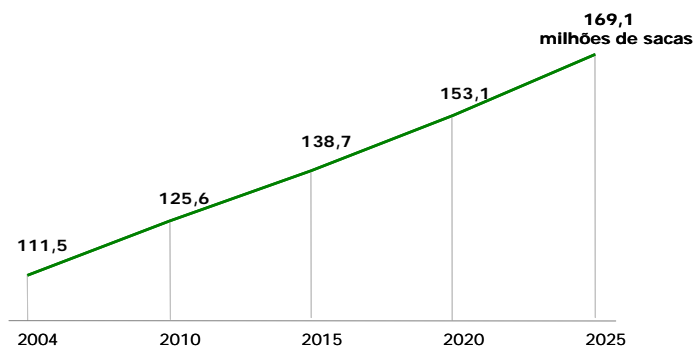
Apesar dos conflitos existentes manterem seu caráter restrito regionalmente, em particular

no Oriente Médio, **o terrorismo cresce em escala global e não permite ao mundo gozar de um clima de relativa paz**. Este clima de insegurança está restrito aos países desenvolvidos e aqueles que estão diretamente envolvidos nos conflitos em curso. Ademais, são potencializados pelo fato de os principais catalisadores do terror não terem sido alvo de enfrentamento eficiente, apesar dos esforços constantes do aparato policial e de inteligência dos países desenvolvidos. De fato, ainda existem grandes bolsões de pobreza, com países marginalizados, em particular na Ásia e na África, o que, em conjunto a governos fracos e pouco atuantes, cria um clima propício ao surgimento de células terroristas.

O mundo se desenha como uma grande sociedade de risco que os homens conseguem enfrentar com êxito. Graças à ação eficiente da OMC, as **pandemias têm tido sempre efeitos circunstanciados**. Apesar das pequenas turbulências e tensões, o sistema financeiro internacional apresenta estabilidade, em grande parte em função das medidas tomadas pelos grandes países na economia-mundo.

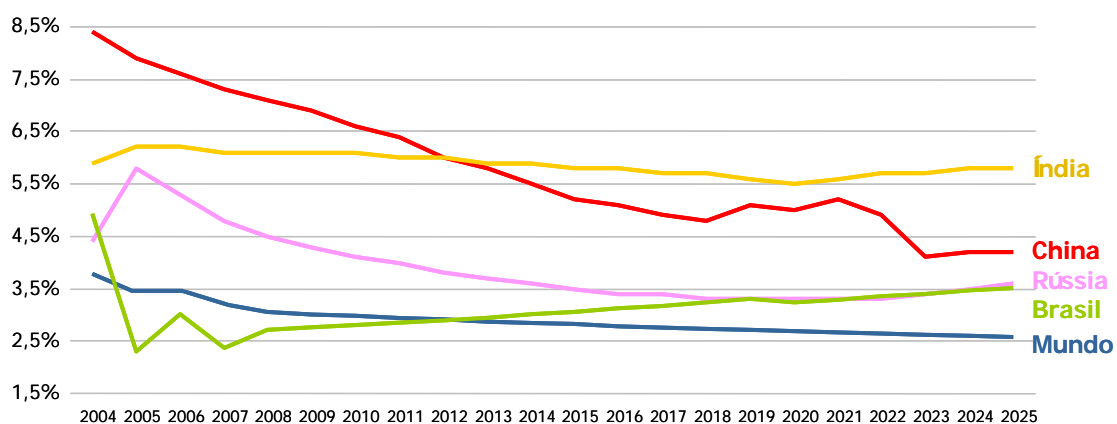
A América Latina, que perdia espaço na economia mundial no começo do século, conseguiu reverter a tendência graças as mudanças institucionais, econômicas e educacionais que parte de seus países realizaram, com o Chile na liderança. Favoreceu muito o seu crescimento econômico a capacidade de incorporar as inovações tecnológicas surgidas na esfera mundial, aumentando a produtividade e a competitividade de parte de suas economias. Além disso, o deslocamento do eixo da economia mundial para o Pacífico forçou a que os projetos de **integração econômica latino-americana** se acentuassem visivelmente.

Consumo global do Café



Fonte: Macroplan

O Crescimento Econômico no Mundo



Fonte: Macroplan

Brasil

Após atravessar mais da metade do século passado sob um regime político de exclusão, os valores democráticos finalmente se consolidaram no País, de tal forma que a sociedade brasileira já acumula mais de 35 anos de representação direta e amadurecimento político. Mesmo com a saudável alternância de poder que a democracia brasileira vem experimentando nos últimos anos, **um Estado excessivamente liberal se consolidou no Brasil** neste primeiro quarto do século XXI. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que tem obtido **significativos avanços em algumas áreas que foram alvo de reformas** (fiscal, política, trabalhista e previdenciária), o País segue **“patinando” em algumas outras em que o modelo político-institucional dominante reduziu demasiadamente a ação reguladora do Estado**, que se mostra pouco eficaz no que se refere à consideração do interesse do consumidor. Isto vem ocorrendo tanto na área social como na ambiental, onde a proteção está restrita aos interesses de curto prazo dos grupos econômicos interessados.

Este quadro vem permitindo a **implementação apenas parcial dos investimentos estruturadores**, sobremaneira aqueles relacionados às áreas de infra-estrutura e logística. Com isso, o setor exportador somente aproveita as oportunidades oferecidas pelo crescimento das “baleias”, estimulando a criação de um dinamismo desequilibrado das atividades econômicas voltadas ao uso dos recursos naturais, com fortes impactos sobre o meio ambiente.

Após 20 anos de intensificação de suas relações internacionais e maior abertura econômica em relação ao mundo, que lhe permitiu obter uma

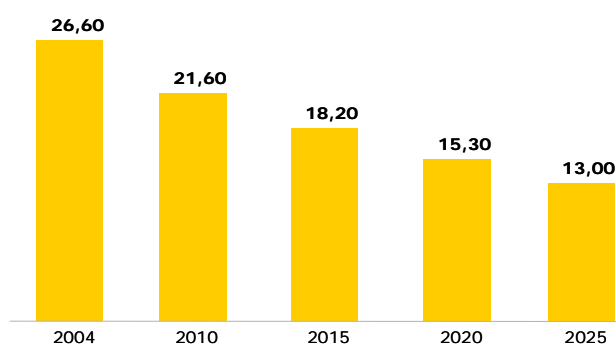
expansão média de 3,1% anuais, **o Brasil possui um PIB da ordem de US\$ 2,961 trilhões**. Isto possibilita ao País consolidar sua posição de liderança não só na América Latina: seu ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas e uma forte posição em favor dos países mais pobres traduzem o **reconhecimento mundial de sua liderança no Hemisfério Sul**.

Contudo, apesar de crescer acima da média mundial, o Brasil se “descolou” das outras “baleias”, de tal maneira que **a economia brasileira vem se expandindo em ritmo bem inferior ao da China, Índia e Rússia**, principais motores da economia global.

Como agravante, percebe-se ainda uma crescente perda de capacidade de planejar o longo prazo por parte do Estado. Esta tendência, todavia, é compensada pelo forte empreendedorismo do setor privado em alguns setores que conhecem visível melhoria de seu ambiente de negócios, e pelas melhorias no aparelho estatal, com avanços na qualidade do gasto público. Como resultado principal, percebe-se uma significativa melhoria dos serviços públicos, impactando diretamente sobre os índices de pobreza, desigualdade e violência.

Mortalidade Infantil do Brasil

mortes por mil



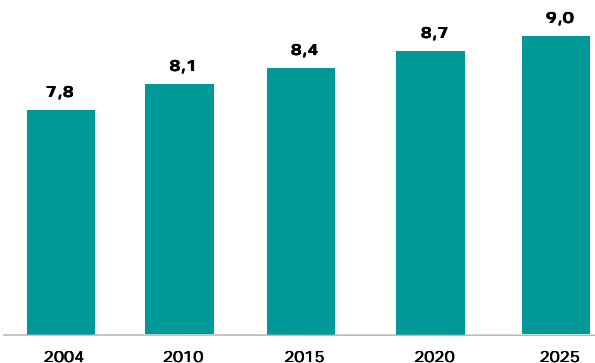
Fonte: Macroplan

Com uma população de 228,8 milhões de habitantes e um PIB *per capita* de US\$ 12.940, o Brasil é um país onde a **pobreza e a indigência caem**. Graças a políticas sociais mais consistentes, a desigualdade social também é menor, de maneira que **o Brasil não ocupa mais o pódio mundial da má distribuição de renda**. Como resultado, a violência apresenta leve trajetória descendente na maioria dos grandes centros urbanos. A expectativa de vida do brasileiro ao nascer chega a 78 anos, a mortalidade infantil situa-se na casa de 13 por mil, com um IDH de 0,880.

O desenvolvimento social é igualmente estimulado pelas **reformas no sistema de educação**. O ensino pré-primário universaliza-se, assim como o ensino médio, enquanto o ensino fundamental melhora de qualidade, mas de forma incremental. Consolida-se o sistema de ensino profissional, mas anda restrito. O ensino superior, por sua vez, conserva as características da dualidade, articulando segmentos de baixa qualidade com unidades de elevada qualidade. Estas, integradas a outras no campo internacional de alta qualidade, compondo redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Assim, o sistema de C&TI apresenta alguns avanços, embora de maneira incremental.

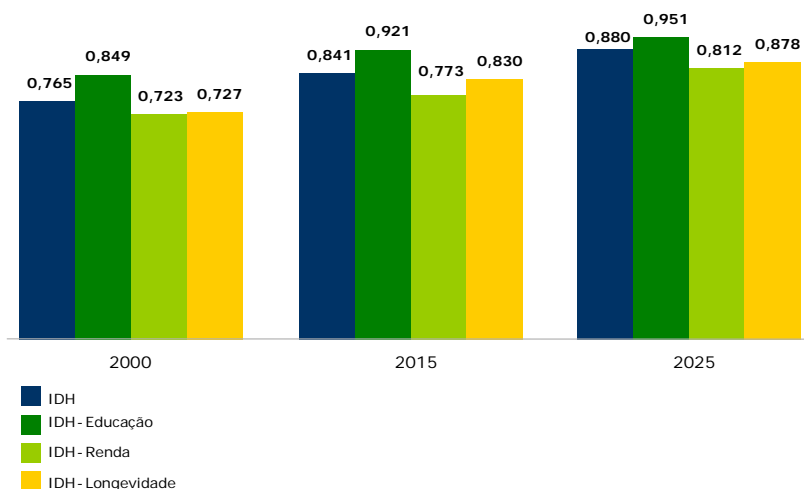
Escolaridade Média do Brasil

Número de anos de estudo (faixa etária entre 25 e 34 anos)



Na maioria dos estados, embora uns mais que outros, se ampliam a rede de fibra ótica, a alfabetização digital e o acesso aos novos meios de comunicação e trabalho, enquanto que em outros observa-se apenas melhorias pontuais e restritas. Já a integração entre Estado, empresas e institutos superiores de pesquisa não se difunde de maneira significativa, e o parque produtivo brasileiro apresenta **expansão da inovação restrita a alguns nichos competitivos**.

IDH do Brasil



Fonte: Macroplan

Entretanto, o padrão de crescimento econômico e a ausência de efetivas políticas de desenvolvimento regional não permitem a irradiação do desenvolvimento econômico para regiões que tradicionalmente perdem espaço no cenário nacional, de maneira que a **concentração do PIB no Centro-Sul**, passados um quarto do século XXI, é ainda mais forte do que na década de 1990. Destaca-se a produção de alimentos (agroindústria), principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte Oriental, principal motor da economia nacional, que é motivada pelo extraordinário crescimento das “baleias”. A produção de produtos de maior valor agregado (máquinas e equipamentos, eletro-eletrônicos, bioindústria etc) e serviços avançados, produzidos especialmente nas Regiões Sul e Sudeste, voltados para o mercado interno e sul-americano apresentam elevado dinamismo, movidos pelo aumento do poder de compra do mercado interno e pela maior integração latino-americana.

Como resultado, **as regiões deprimidas que fazem fronteira com o Espírito Santo apresentam um incremento marginal de seus indicadores sociais**, detendo assim um grau de desenvolvimento socioeconômico acentuadamente distante daquele existente na Região Sudeste como um todo. Dessa forma, **estas áreas se consolidam como pólos irradiadores de mão-de-obra pouco qualificada** que, diante da ausência de melhores perspectivas em sua terra natal, não vêem alternativa que não migrar para regiões mais prósperas, particularmente o Espírito Santo.

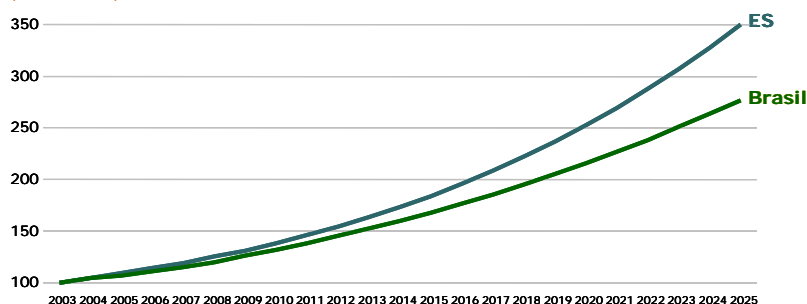
Espírito Santo

O Espírito Santo, com **cerca de 4,5 milhões de habitantes, tem uma das economias que mais cresce em todo o País** (3,5% de expansão anual média nos últimos 20 anos). Por outro lado, sofre forte pressão social, em grande parte, advinda de uma

significativa **intensificação dos fluxos migratórios** para o estado - oriunda, em grande parte, das regiões deprimidas fronteiriças. Esse crescente estoque de imigrantes que passa a residir em território capixaba instala-se majoritariamente na RMGV e no litoral, atraídos pelas oportunidades trazidas pela expansão do setor petróleo.

PIB do Brasil e do Espírito Santo

(Base 2003 = 100)



Fonte: Macroplan

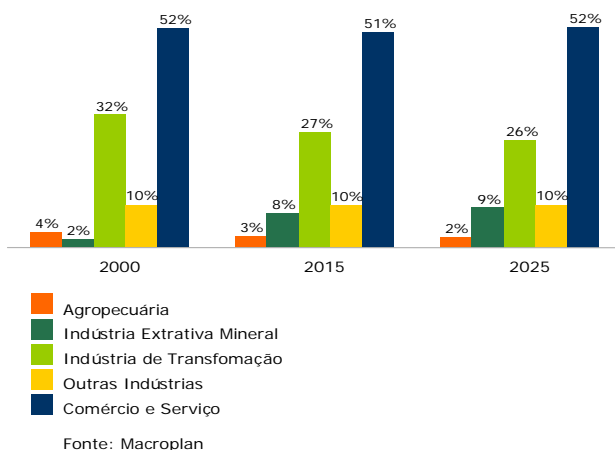
Este e o setor de ferro e aço são os principais responsáveis pelo crescimento da economia capixaba. Depois de um período de contínuo crescimento, a extração do óleo se estabilizou em torno de **450 mil barris/dia**, o que contribui para que a indústria extrativa mineral capixaba responda por 6,5% do total nacional. Entretanto, **o forte crescimento das atividades petrolíferas não veio acompanhado de**

um significativo adensamento da cadeia produtiva: o pólo petroquímico e a indústria de fertilizantes ficaram no papel e existe atualmente no estado apenas uma tímida rede de fornecedores de produtos e serviços (indústria naval, *supply* e transportes).

Com um PIB estimado em US\$ 53,9 bilhões e um PIB *per capita* de US\$ 12 mil, a economia capixaba está mais especializada e, portanto, mais dependente em relação ao setor petróleo. A indústria extrativa mineral, que no início do século representava 3% do PIB estadual, hoje responde por 9% desse total. Já a indústria de transformação, perdeu participação no mesmo período: responde por 26% do PIB capixaba frente os 31% de vinte anos antes.

Embora com adensamento marginal das grandes cadeias de ferro e aço e papel e celulose, a crescente demanda global por alimentos estimula o adensamento a jusante das principais cadeias do setor primário (cafeicultura e fruticultura), cuja irradiação para o restante da cadeia produtiva permite à agropecuária manter sua fatia de participação no total nacional (0,65%). O pólo metal-mecânico conhece

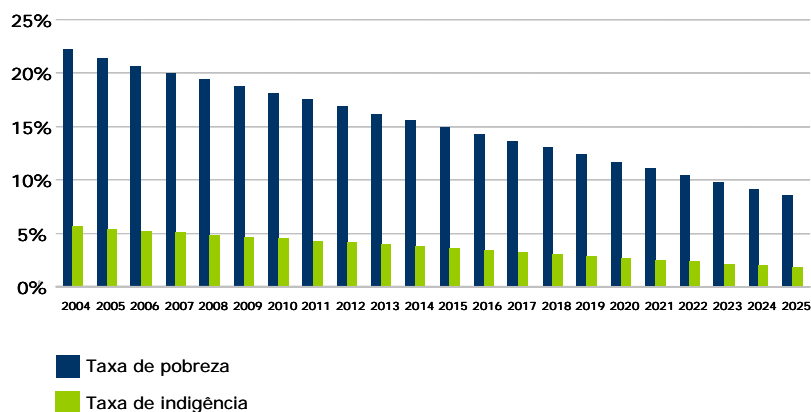
Composição do PIB Capixaba



Fonte: Macroplan

Pobreza e Indigência no Espírito Santo

% da pop. total



Fonte: Macroplan

significativa expansão a reboque dos grandes projetos. Os demais APLs (rochas ornamentais e móveis de madeira) e cadeias tradicionais (têxteis e confecções e pecuária), assim como o setor terciário (turismo e serviços avançados⁵) revelam moderado grau de dinamismo e competitividade. Já no comércio exterior, **o estado tem reforçado sua vocação de portal de entrada e saída de produtos do País** e o valor de suas exportações gira em torno de US\$ 138 mil/t, beneficiado, em grande parte, por alguma melhoria que o estado tem conhecido no que se refere ao seu sistema logístico.

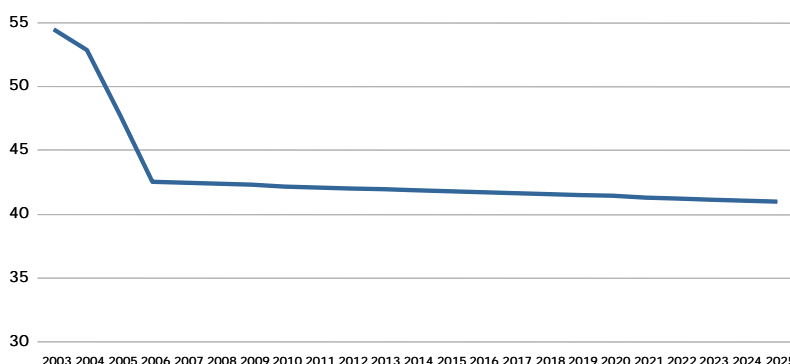
A migração **na RMGV** e ao longo da faixa litorânea capixaba, gera um **problema social** considerável nesta rede de cidades. Coexistem ao longo da rede urbana cidades planejadas e organizadas, que crescem de maneira ordenada, com outras sem planejamento, gerando poluição ambiental e pressões sociais insatisfeitas. Soma-se a isso a necessidade de gerir novas demandas sociais emergentes da mudança do perfil da pirâmide demográfica que decorre do envelhecimento da população, contribuindo para uma **melhoria pouco expressiva dos principais indicadores sociais** ao longo do estado.

Apesar da queda dos índices de pobreza e indigência que acompanham a expansão da renda decorrente do crescimento econômico, **o Espírito Santo permanece ostentando**

elevados índices de desigualdade social – medido por um Coeficiente de Gini de 0,535 – que o marca profundamente no cenário nacional. Como conseqüência, **a violência permanece em parâmetros elevados** em todo o estado. Soma-se a isso uma redução insuficiente do analfabetismo no

Violência no Espírito Santo

Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes



Fonte: Macroplan

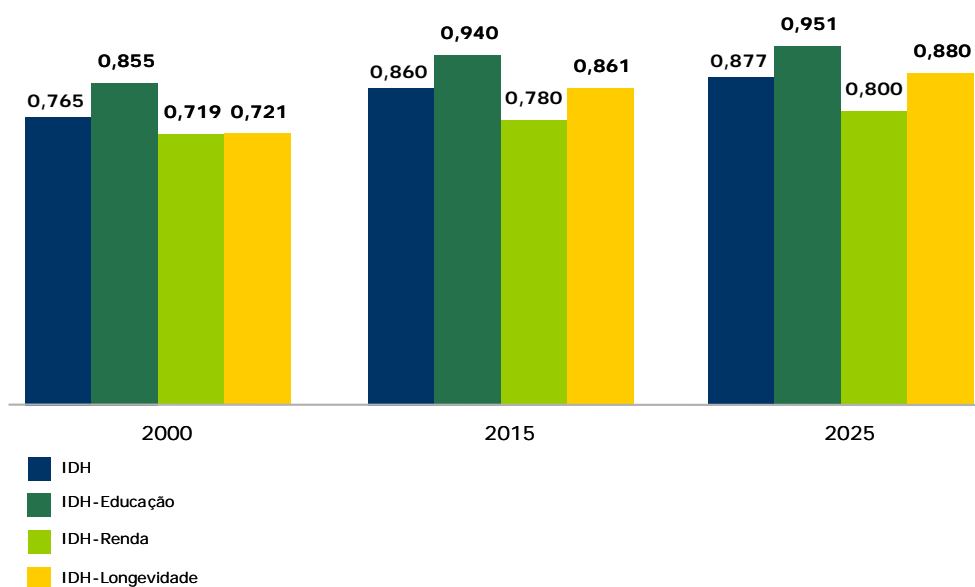
estado, contribuindo para que o Espírito Santo atinja um **IDH de 0,877**, pouco inferior à média nacional.

⁵ Informática, consultoria, língua estrangeira, medicina, serviços de logística, ensinos superior, profissionalizante e pós-graduação.

Grande parte dos problemas que o Espírito Santo conhece decorre dos **baixos padrões de qualidade e desempenho das suas instituições públicas**. Apesar do processo de renovação política, do adensamento do 3º setor e do forte empreendedorismo empresarial, que dissemina a cultura de negócios pelo estado, o grau de articulação e mobilização dessas forças no sentido de pressionar por melhores práticas na administração pública é limitado. Com isso, permanece um sistema de gestão centralizado, “aparelhado” e patrimonialista, coexistindo com algumas “**ilhas de excelência**” articuladas com as demandas da sociedade, descentralizadas e preocupadas com a obtenção de resultados. Além disso, este quadro não se resume à instância estadual e se generaliza na maioria das municipalidades.

O traço dual do modelo institucional capixaba se reflete diretamente sobre as esferas educacional e ambiental. O uso pouco produtivo dos recursos advindos da extração do petróleo, tem como principal reflexo um **moderado volume de investimentos na rede de formação de capital humano e no sistema de ciência, tecnologia e inovação**.

IDH no Espírito Santo



Fonte: Macroplan

Dessa forma, o sistema educacional melhora incrementalmente. A educação básica universalizada melhora seu desempenho, sobretudo no ensino fundamental, com mudanças em sua estrutura, na oferta de serviços e nos métodos de aprendizagem. Mas, sobretudo, na qualificação de seu corpo docente. Há também melhoras no ensino médio, embora menos significativas. O ensino profissional se expande, mas não alcança universalização,

guardando sua qualidade. Na estrutura educacional, particularmente no ensino superior consolida-se a estrutura dual dominante no País, em que convivem “ilhas de excelência” com entidades de baixo desempenho. O sistema educacional capixaba tem um desempenho levemente superior a média do País.

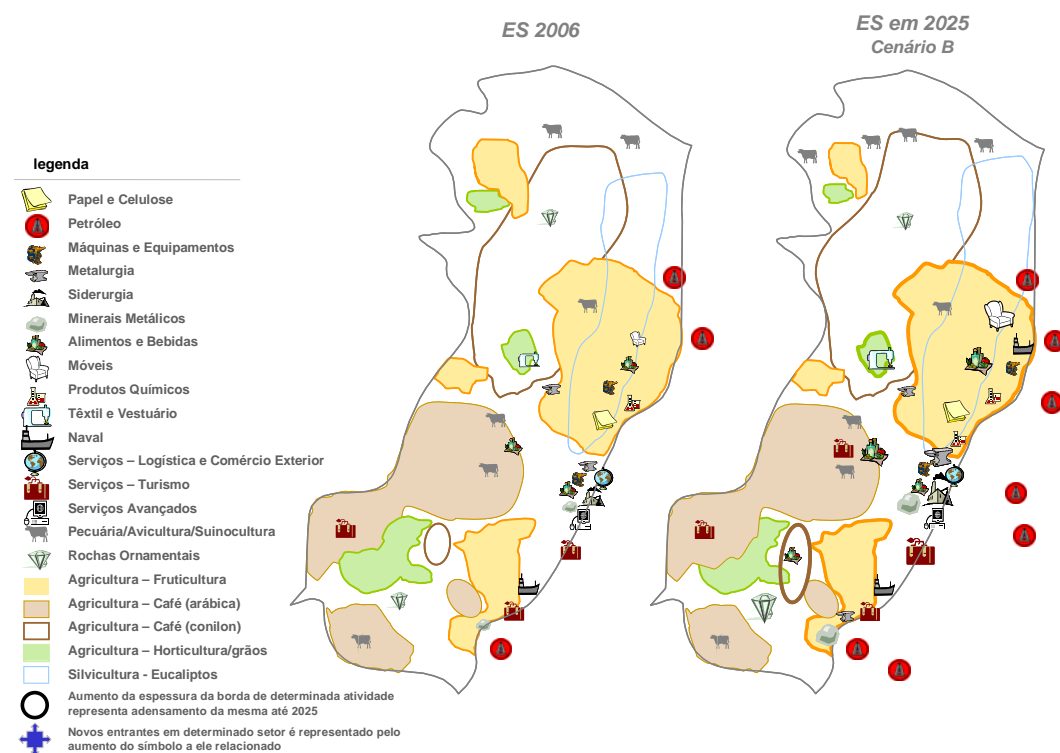
Dado o moderado volume de investimentos para a formação de capital humano, a rede de entidades ligadas à formação e qualificação profissional não consegue suprir a alta demanda por mão-de-obra qualificada. Com isso, grande parte dos postos de trabalho que surgem em decorrência da expansão da economia é absorvida por **trabalhadores capacitados vindos de outros estados**.

No campo ambiental, as debilidades do campo da gestão assumem grande importância quando vistas sob a ótica dos recursos hídricos. Fruto da expansão das diversas atividades econômicas (mineração e agricultura irrigada) e da intensificação da urbanização (saneamento básico), bem como dos fortes impactos sobre a sua disponibilidade e qualidade, o Espírito Santo, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), apresenta uma **situação preocupante quanto aos recursos hídricos**.

As altas taxas de desmatamento no Espírito Santo também chamam a atenção por impossibilitar uma maior recuperação da cobertura vegetal no estado. Como resultado, a cobertura vegetal nativa, que pela legislação deveria cobrir 20% do território capixaba, cobre menos de 10% e se distribui sob a forma de “ilhas de conservação” mal geridas e pouco reguladas pelo poder público.

Estrutura Produtiva

Mapa Esquemático



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do IPES; Sidra / IBGE (PAM 2002 e PPM 2003); Contas Regionais/IBGE; Atualização do Estudo dos Eixos; Estudos do IPEA , 2005

Regionalização da Cena de Chegada (2025)

Macrorregião Metropolitana	<p>Recrudescer a dicotomia entre a economia e a área social na Microrregião Metropolitana. Se, por um lado, as vantagens logísticas lhe garantem maior integração à lógica exportadora e consolidam a região como centro de empreendedorismo e de difusão de modernas técnicas gerenciais, por outro, a intensificação dos fluxos migratórios acentua o processo de “favelização” e o inchaço populacional de seus municípios. Soma-se a manutenção dos índices de violência em patamares elevados e o recrudescimento do déficit hídrico, contribuindo para uma gradual e crescente deterioração da qualidade de vida em toda a região.</p> <p>Ao longo da Microrregião Expandida Sul distribui-se uma rede de cidades marcada pela dualidade. Com o crescimento econômico e demográfico impulsionado pela expansão do setor petróleo e da cadeia de ferro e aço, coexistem cidades que crescem de maneira ordenada e planejada com outras desestruturadas onde a falta de instrumentos de planejamento se reflete em indicadores sociais decadentes e gradual deterioração do desenvolvimento humano. Já as Microrregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana conhecem maior vigor econômico decorrente tanto da expansão do agroturismo quanto do adensamento de sua indústria de alimentos e bebidas (avicultura).</p> <p>O Pólo Linhares sofre os mesmos impactos sobre suas malhas urbanas que aqueles demais municípios da faixa litorânea capixaba que se beneficiam da expansão do setor petrolífero experimentam. Coexistem cidades que crescem ordenadamente e outras que, pela ausência de planejamento, vivenciam deterioração de seus indicadores sociais. O crescimento econômico é potencializado ainda pela expansão das cadeias de papel e celulose, móveis de madeira e fruticultura. Graças a um gradual adensamento desta última, começa a se desenvolver na região uma promissora cadeia de alimentos e bebidas, contribuindo para que a região seja uma das mais economicamente dinâmicas do estado.</p>
Macrorregião Norte	<p>A expansão da silvicultura, a recuperação da pecuária e a formação de pólos de fruticultura (goiaba, maracujá e mamão) e cafeicultura (café conilon), aliados a uma crescente integração com o sul da Bahia, permitem aos municípios da Macrorregião Norte experimentarem uma leve redução da concentração no litoral. Entretanto, a falta de planejamento urbano e o crescimento desordenado de algumas cidades que se beneficiam do petróleo se reflete em crescimento do número de habitações subnormais e intensificação da violência na região. No campo ambiental, a silvicultura se expande indiscriminadamente, resultando em aumento da área desmatada, maior erosão do solo e redução de sua produtividade.</p>
Macrorregião Noroeste	<p>A Macrorregião Noroeste se constitui como uma das mais pobres do País. Com uma situação dos recursos hídricos crítica, que inviabiliza o desenvolvimento econômico de algumas partes da região, os municípios experimentam forte deterioração de seus indicadores sociais e se constituem em pólos irradiadores de mão-de-obra pouco qualificada para outras regiões do estado, especialmente para a RMGV. Esta situação é compensada pelo maior dinamismo dos municípios que se situam mais ao sul da região, que se beneficiam da maior conectividade da logística endógena e da relativa expansão dos pólos de rochas ornamentais, têxteis e confecções e fruticultura – resultando em maior integração deste pólo com o restante do estado e com a economia mundial, via Complexo Portuário Capixaba.</p>
Macrorregião Sul	<p>O Pólo Cachoeiro recupera lentamente a importância econômica e política da primeira metade do século passado. Uma situação pouco confortável dos recursos hídricos, decorrente sobretudo da má gestão de resíduos, limita uma maior expansão e adensamento do APL de rochas ornamentais. Entretanto, uma maior integração com o norte fluminense e a crescente demanda global por alimentos incentiva a modernização da agricultura local (em especial, o café), da pecuária leiteira e a recuperação do pólo sucro-alcooleiro, intensificando a integração de sua economia com as demais regiões, em especial a RMGV.</p> <p>A Microrregião do Caparaó permanece com baixos indicadores sociais e não consegue dinamizar a economia local. Decorrente da ausência de políticas de desenvolvimento regional e de integração com o sul de Minas Gerais, o turismo não se viabiliza e a agropecuária (fruticultura, cafeicultura e pecuária leiteira) entra cresce marginalmente. Soma-se a isso a situação crítica dos recursos hídricos, contribuindo para que os municípios da região apresentem dos mais baixos níveis de renda de todo o estado.</p>

6.3. Trajetória de Construção do Cenário B

Milhares de decisões de atores diversos, que ocorrem em meio a mudanças de inúmeras variáveis e de suas diferentes combinações, constroem os diversos cenários. O Cenário B, como visto anteriormente, nasce da combinação de fatores favoráveis e da ausência de decisões estratégicas que permitem aproveitar as imensas oportunidades e neutralizar as ameaças externas e, ao mesmo tempo, potencializar as forças e reduzir as fraquezas do Espírito Santo. Assim, cria-se um círculo vicioso de deterioração do aparato institucional e recrudescimento do quadro sócio-ambiental contrabalançado tão somente pelo elevado crescimento econômico.

Dessa forma, os cenários se constroem por etapas denominadas “cenas”. Divide-se a evolução do Espírito Santo segundo a lógica do Cenário B em três cenas: (i) a primeira transcorre de 2006 a 2010; (ii) a segunda avança até 2015; (iii) e a terceira até 2025.

6.3.1. Primeira Cena: 2010

Apesar do excelente desempenho das “baleias”, o mundo está crescendo, em média, bem menos do que crescia em finais dos anos 90 e no início deste novo século. **Os déficits da economia norte-americano se tornaram insustentáveis e acarretaram em reversão de sua política monetária.** Com isso, os EUA vivem o que muitos têm chamado de a “2ª política do dólar forte”, resultando em juros elevados, pouco crescimento econômico e liquidez internacional em relativo declínio, tal como já ocorrera em finais dos anos 1970. A Europa também cresce pouco, resultado dos efeitos do envelhecimento populacional e da disseminação de graves conflitos sociais internos, que impedem sua modernização. O Velho Mundo assiste perplexo ao crescimento da violência, à intensificação dos protestos e ao recrudescimento da xenofobia, sobretudo entre os jovens.

Na Ásia, o Japão vem, gradualmente, conseguindo recuperar seu dinamismo econômico graças a sua capacidade empreendedora e, especialmente, ao aproveitamento do desempenho dos demais países asiáticos. **As “baleias”, em particular China e Índia, seguem apresentando extraordinárias taxas de crescimento do PIB,** se consolidam como motores da economia global e **mantém elevada a demanda global por commodities industriais, alimentos e energia.**

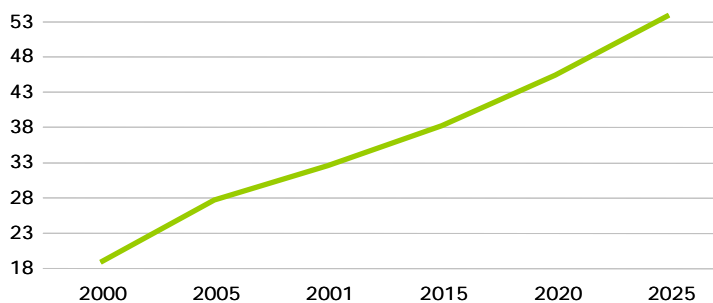
O Brasil intensifica seu processo de desregulamentação comercial e financeira e se insere de maneira mais consistente no comércio internacional, com

efeitos positivos sobre os níveis de produtividade e competitividade da economia. **O agronegócio é o motor da economia brasileira** e o País adquire o *status* de maior produtor internacional de alimentos.

O problema da previdência é alvo de efetivo enfrentamento após novo ciclo de reformas – que envolve também a política e a trabalhista – e um forte “arrocho fiscal” se instala no Estado, melhorando a qualidade do gasto e limitando o investimento público. Com isso, **importantes**

investimentos em infra-estrutura e logística são adiados, impossibilitando que a economia brasileira cresça no ritmo das outras “baleias”.

Evolução do PIB do Espírito Santo



Fonte: Macroplan

O Espírito Santo é uma das economias que mais cresce no País, atrás apenas de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, cujo extraordinário crescimento se ancora no desempenho do agronegócio.

A elevada demanda mundial estimula a expansão das cadeias de ferro & aço e papel & celulose: as plantas atraídas no bojo dos Grandes Projetos ampliam a capacidade instalada e um novo pólo metalúrgico se consolida nas proximidades do Porto de Ubu, ganhando projeção nacional. Contudo, o grande sustentáculo do crescimento consiste no extraordinário desempenho do setor petróleo: a extração de óleo já chega à casa de **300 mil barris/dia**.

Entretanto, pequena parte dos benefícios da expansão do setor petrolífero é internalizada pela economia local. O óleo e o gás extraídos são exportados para beneficiamento em outras localidades, especialmente Rio de Janeiro e Nordeste, e surge apenas uma tímida rede de fornecedores de produtos e serviços (indústria naval, *supply* e transportes).

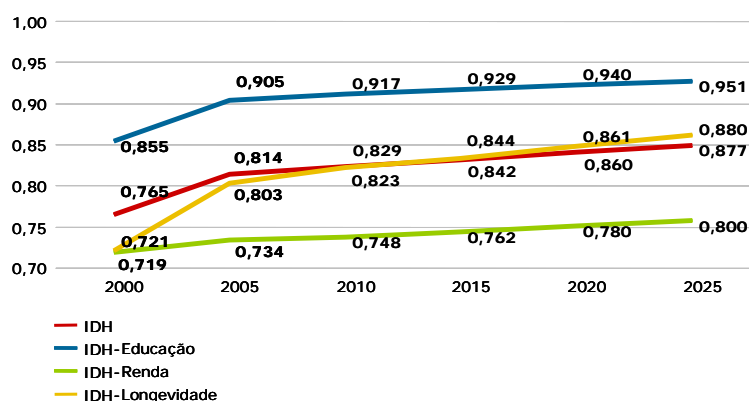
A política fiscal contracionista que se verifica no plano nacional limita o alcance das políticas regionais de estímulo ao desenvolvimento econômico das regiões circunvizinhas ao Espírito Santo. Com isso, **a qualidade de vida nas regiões deprimidas adjacentes ao estado melhora marginalmente** e grande parte de sua população passa a residir em território capixaba, atraídos pelas boas perspectivas trazidas pelo crescimento.

Os royalties não são usados de maneira produtiva e o Estado ausenta-se de uma política de interiorização do desenvolvimento. Com isso, a maior parte dos novos migrantes se instala na RMGV e em uma rede de cidades que cresce de maneira desordenada no litoral.

O sistema político-institucional segue experimentando um contínuo processo de renovação política, e o Terceiro Setor, tal como o empresariado, torna-se mais forte. Contudo, **o aumento da qualidade da classe política e o fortalecimento da sociedade civil organizada** não são capazes de pressão suficiente para modificar as instituições públicas, particularmente o Legislativo e o Judiciário.

O governo estadual, acompanhado de algumas municipalidades, prossegue no processo de modernização da máquina do Estado e no estreitamento de suas relações com a sociedade, fomentando o surgimento e crescimento de Organizações da Sociedade Civil (ONGs e OSCIP). Um forte programa de capacitação do servidor público se instala e se reduz, gradativamente, o número de cargos comissionados, atribuindo uma maior profissionalização ao aparato estatal.

Evolução do IDH no Espírito Santo



Fonte: Macroplan

Entretanto, esses avanços no campo da governança pública são exclusivos a algumas “ilhas de excelência”: o Poder Judiciário permanece comprometido com as antigas práticas de nepotismo e morosidade, gozando de ínfima credibilidade junto à sociedade; e o Legislativo e algumas autarquias não refletem a demanda dos cidadãos-eleitores e permanecem comprometidas com a defesa de interesses corporativistas e particulares.

Os **serviços públicos prestados melhoram de maneira incremental e insuficiente** para atender às crescentes demandas sociais, resultando em inexpressivo avanço nos principais indicadores sociais. A expansão do programa saúde da família não é suficiente para descongestionar os hospitais; o ensino fundamental não alcança a universalização, e são poucas as instituições em que a jornada é integral; o ensino pré-primário não “decola”; e o ensino superior se expande incrementalmente, mantendo seu caráter restrito, estimulado, em grande parte, pelas dificuldades de gestão do sistema

de crédito escolar capitaneado pelo governo estadual e apoiado pelo governo federal.

Com um PIB de US\$ 32,5 bilhões e um PIB per capita de US\$ 8.8 mil, o IDH do Espírito Santo se eleva a 0,829, em grande parte pelo aumento da renda. **As tensões sociais se agravam**, em especial nas cidades maiores. Com um número de homicídios por 100 mil habitantes em torno de 42, o Espírito Santo mantém-se como um dos estados mais violentos do País, com destaque para a RMGV.

Assim, o Espírito Santo começa a emergir no cenário nacional como um estado promissor do ponto de vista econômico-financeiro: o elevado empreendedorismo empresarial, as imensas oportunidades emergentes e o crescimento econômico tornam o ambiente de negócios capixaba altamente rentável e lucrativo. Entretanto, **o quadro social não acompanha o desempenho da economia**, mudando sua imagem de “parte pobre do Sudeste”, para a imagem de um “estado dinâmico e injusto”, que se consolidará na cena seguinte.

6.3.2. Segunda Cena: 2015

Os EUA obtêm avanços no equacionamento de seus “déficits gêmeos”, de tal maneira que já ensaiam tímida retomada de crescimento econômico na medida em que distende, gradualmente, sua política monetária. A Europa, após a execução de uma profunda reforma trabalhista que abarcou a quase totalidade de seus países-membros, também volta a registrar taxas médias de crescimento do PIB superiores a 3% anuais, mesmo patamar alcançado pelo Japão, que vem conservando, assim, parte de seu prestígio e poder econômico.

A China começa a sofrer os efeitos do envelhecimento populacional e do crescimento das tensões sociais internas, decorrentes da pouca efetividade das reformas política, previdenciária e fundiária executadas no período anterior. Assim, embora ainda cresça em ritmo elevado, a economia chinesa segue perdendo espaço frente à Índia, Rússia e, em menor parte, Indonésia, que crescem acima de 6% a.a. e sustentam a demanda global por alimentos, energia e *commodities* industriais em altos patamares.

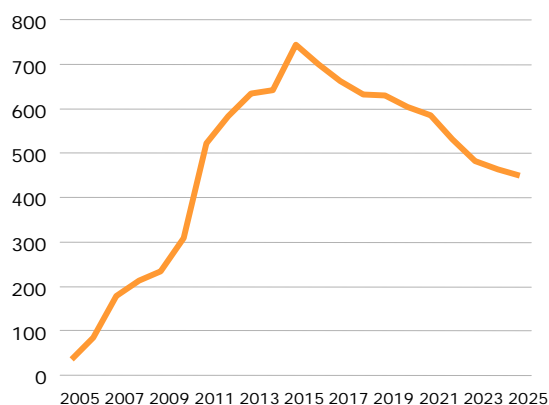
A disseminação de conflitos e o recrudescimento da ameaça de ataques terroristas acentuam o clima de insegurança no mundo, em especial no Oriente Médio, e os **preços do petróleo são mantidos em níveis muito elevados**. Contudo, as Nações Unidas e os organismos multilaterais conseguem manter seus efeitos restritos regionalmente, permitindo ao mundo gozar de um ambiente de grande estabilidade no **sistema financeiro**

internacional. Este, por sua vez, torna-se **cada vez mais favorável aos países emergentes**, especialmente à medida que é inundado por “petrodólares” e são atenuados os principais fatores de risco da economia-mundo.

No Brasil, a reforma previdenciária e o longo período de “arrocho fiscal” possibilitam reduzir a dívida pública e aumentar o investimento público e privado. **Boa parte dos investimentos estruturadores atrasados ou parados começam, gradativamente, a sair do papel.** A reforma do Estado tem como resultado uma melhora expressiva da gestão pública, resultando em melhoria dos serviços públicos, com efeitos positivos sobre os indicadores sociais.

Entretanto, o modelo político-institucional excessivamente liberal do Estado vem reduzindo demasiadamente sua ação reguladora, com resultados negativos em algumas áreas do social e sobre o meio ambiente, em especial no que se refere à gestão de recursos hídricos, onde não se consolida a gestão descentralizada e participativa. **O aparato estatal carece de capacidade de planejar o longo prazo**, e esta deficiência se faz sentir com mais intensidade em regiões deprimidas que historicamente vem sendo alijadas do processo de desenvolvimento econômico. Com isso, as regiões pobres vizinhas ao Espírito Santo apresentam melhoria incremental na qualidade de vida, consolidando-se como pólos irradiadores de mão-de-obra pouco qualificada.

Curva de Produção de Óleo no ES
Mil bpd (média anual)



Fonte: Macroplan

A combinação de uma crescente demanda global por alimentos, energia e commodities industriais com o forte movimento de retomada dos investimentos públicos e privados em logística e infra-estrutura reforça a vocação exportadora do Espírito Santo. Com isso, o Complexo Portuário é alvo de um elevado volume de investimentos e se torna uma dos mais modernos e dinâmicos do País, com destaque para os Portos de Ubu e Barra do Riacho, que adquirem crescente importância para a economia estadual.

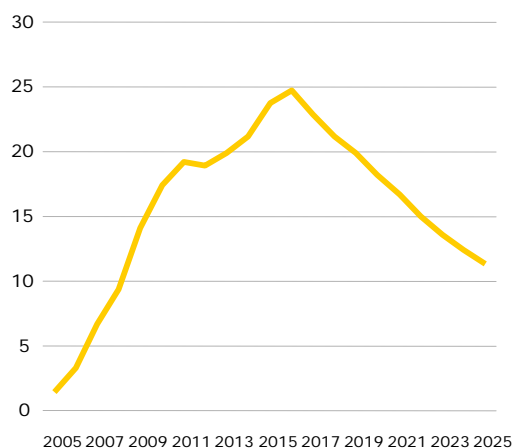
Com uma **estrutura produtiva cada vez mais especializada**, a economia capixaba segue conhecendo intenso crescimento econômico, ancorada, sobretudo, no setor petróleo. A manutenção dos preços do petróleo em

patamares elevados funciona como grande estímulo às atividades de prospecção de óleo e gás em águas ultra-profundas. Soma-se a isso a confirmação das expectativas iniciais e o desenvolvimento de novos campos de óleo extra pesado, contribuindo para que a extração de óleo mantenha a marca de **750 mil barris/dia**.

Após o período de expansão da capacidade instalada, as cadeias produtivas dos Grandes Projetos seguem operando em seu limite, estimuladas pela crescente demanda externa. Como resultado indireto, o APL de metal-mecânica, cresce e começa a ganhar projeção nacional.

No interior do estado, a crescente demanda externa por alimentos (que envolve ainda uma mudança de perfil da mesma, com os asiáticos consumindo mais café, como ocorrera com os norte-americanos no século XIX) e o maior dinamismo do mercado nacional conferem estímulo à expansão da cafeicultura e da fruticultura. Enquanto que o primeiro se baseia, basicamente, na expansão das lavouras de café conilon e adensamento a jusante com a atração de novas fábricas de torrefação e moagem, o segundo ancora seu bom desempenho, exclusivamente, em um forte movimento de adensamento a jusante que confere amplo dinamismo ao setor de alimentos e bebidas, com destaque especial para a fabricação de polpa. Soma-se a isso o crescimento do setor de madeira e de confecções e têxteis, sobretudo no interior do estado.

Curva de Produção de Gás no ES
Milhões m³/d (média anual)



Fonte: Macroplan

Com isso, alguns municípios do interior começam a experimentar bom dinamismo econômico, dando início a um **tímido processo de interiorização do desenvolvimento** e desconcentração populacional que encontra pouco respaldo nas ações governamentais. Esse movimento é reforçado pela deterioração da qualidade de vida nas cidades maiores, com níveis crescentes de violência e criminalidade. Com isso, a elite tende cada vez mais a trabalhar na RMGV e morar em algumas cidades médias do interior, em especial da Região Serrana, que passam a experimentar uma intensa valorização mobiliária.

Apesar do incipiente processo de desconcentração, **a RMGV ainda vive um "inchaço" que vem acompanhado de crescentes níveis de**

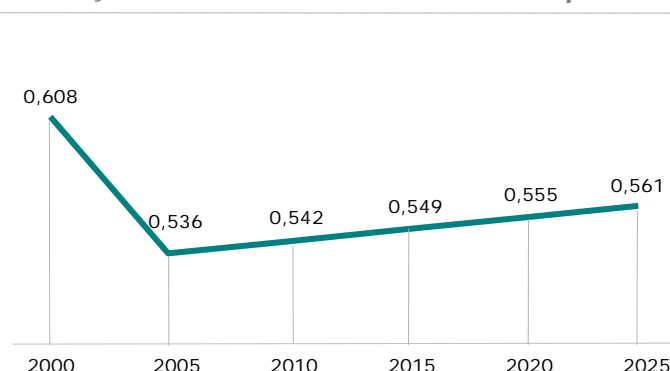
deterioração. Com isso, problemas que decorrem de sucessivas filas nos hospitais, de falhas no abastecimento de água, do crescimento da poluição do ar, visual e sonora, da intensificação do fluxo veicular, da favelização e do número cada vez maior de desabrigados crescem para níveis alarmantes.

Contribui para isso a melhoria pouco expressiva dos serviços providos pelo poder público, resultante dos médios padrões de qualidade do aparato institucional. Os atores capixabas, apesar de fortalecidos, não são capazes de pressionar eficientemente seus governantes. Com isso, segue em evidência um sistema de gestão altamente centralizado e “aparelhado”, pouco eficiente no alcance de seus objetivos, coexistindo com algumas poucas “ilhas de excelência” articuladas com as demandas da sociedade que, assim, justificam sua razão de ser.

A educação segue sendo alvo de um volume apenas moderado de investimentos, contribuindo para a uma **crecente importação de mão-de-obra qualificada de outras regiões.**

As debilidades no campo da gestão, combinada à ausência de iniciativas de educação ambiental e conscientização ecológica impactam negativamente sobre o meio ambiente. Com isso, o desmatamento segue em níveis crescentes e a situação dos recursos hídricos é avaliada pela ANA como crítica, ameaçando o dinamismo econômico do noroeste, sudeste e centro do estado.

Evolução do Coeficiente de Gini no Espírito Santo

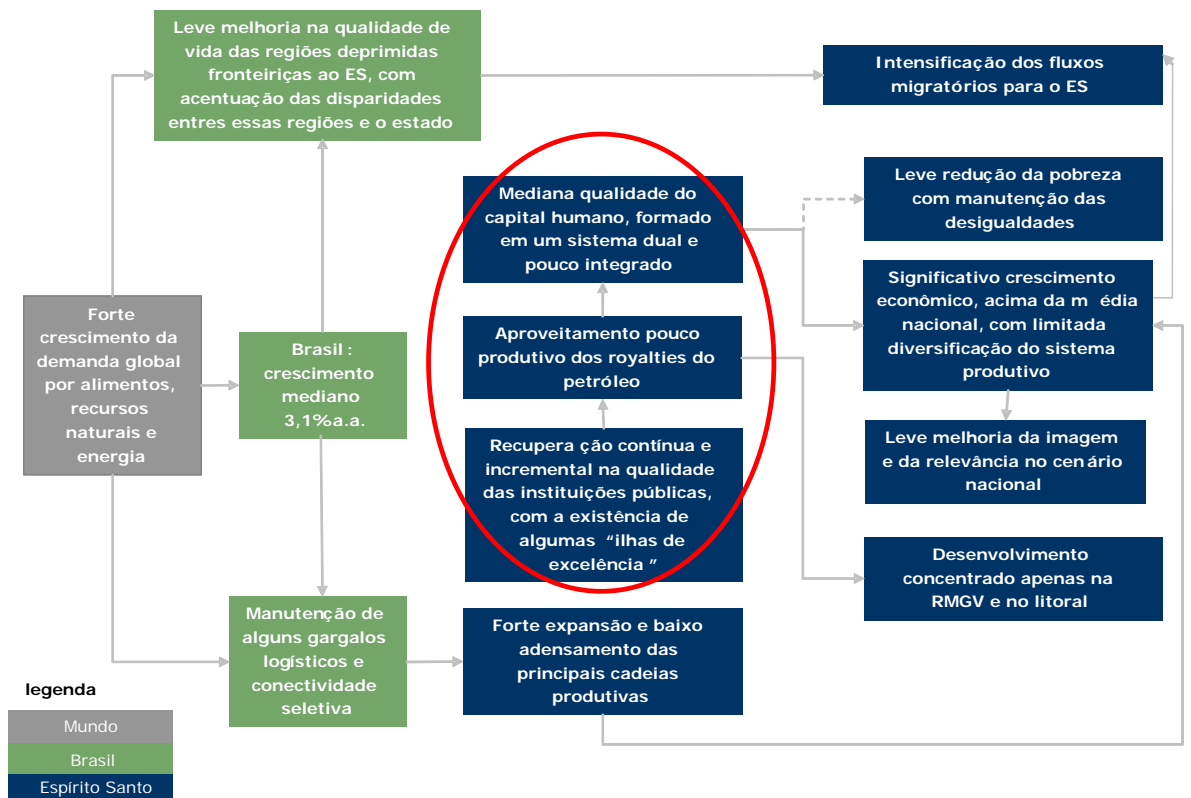


Fonte: Macroplan

Apesar do elevado dinamismo de suas principais cadeias produtivas, refletido em um PIB de US\$ 38,2 bilhões, o Espírito Santo é um estado aonde o **crescimento da economia vem sendo acompanhado do crescimento da desigualdade.** Com um IDH de 0,844, a total dicotomia entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social se revela por intermédio de seu coeficiente de Gini de 0,535, que não emite qualquer sinal de arrefecimento e coloca o estado entre os mais desiguais do País.

6.4. A Lógica do Cenário B

Cenário B Crescimento Excludente 2006-2025



Elaboração: Macroplan

6.5. O Crescimento Excludente em Números

	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Mundo						
População (em milhões de hab.)	5.857	5.987	6.469	7.063	7.656	8.250
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	35.553	42.773	54.199	65.652	78.963	94.402
PIB per capita (em US\$ PPC de 2004)	6.070	7.145	8.378	9.295	10.313	11.443
Brasil						
Demografia						
População (em milhões de hab.)	169,8	184,2	196,8	208,5	219,1	228,9
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	1.450	1.616	1.849	2.139	2.505	2.962
PIB per capita (em US\$ de 2004)	8.539	8.776	9.394	10.258	11.433	12.940
Taxa de Investimento (em % do PIB)	22,0%	20,5%	22,6%	24,4%	26,2%	28,0%
Social						
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	7,8	8,1	8,4	8,7	9,0
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,6	71,9	73,4	74,8	76,3	77,7
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	39,3	25,8	21,6	18,2	15,3	13,0
IDH	0,765	0,805	0,823	0,841	0,861	0,880
IDH-Educação	0,849	0,887	0,904	0,921	0,937	0,951
IDH-Renda	0,723	0,747	0,758	0,773	0,791	0,812
IDH-Longevidade	0,727	0,781	0,806	0,830	0,855	0,878
Espírito Santo						
Demografia						
População (em milhões de habitantes)	3,1	3,4	3,7	3,9	4,2	4,8
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	18,81	27,65	32,52	38,25	45,43	53,96
PIB per capita (em US\$ de 2004)	6.011	8.113	8.817	9.615	10.687	12.041
Taxa de Crescimento do PIB dos últimos 5 anos (em % a.a.)	3,5	4,5	3,3	3,3	3,5	3,5
Extração de Óleo (em mil bpd)		45	500	750	550	420
Oferta de Gás (em mil bpd)		3,5	18	25	15	12
Social						
Coeficiente de Gini	0,608	0,536	0,535	0,535	0,535	0,535
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	28,9%	21,3%	18,1%	14,9%	11,7%	8,5%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	10,0%	5,4%	4,5%	3,6%	2,7%	1,8%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	8,2	8,8	9,4	9,9	10,5
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,2	73,2	74,4	75,5	76,7	77,8
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	0,3	23,2	19,4	16,4	13,8	11,7
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	46,78	47,71	42,20	41,80	41,40	41,00
IDH	0,765	0,814	0,829	0,844	0,860	0,877
IDH-Educação	0,855	0,905	0,917	0,929	0,940	0,951
IDH-Renda	0,719	0,734	0,748	0,762	0,780	0,800
IDH-Longevidade	0,721	0,803	0,823	0,842	0,861	0,880
Meio Ambiente						
Cobertura Vegetal (em % do território)	9%	8%	8%	9%	9%	10%
Unidades de Conservação(em % do território)	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Comitês de Bacias Hidrográficas em Operação (em unid.)	0	0	3	4	5	8

Elaboração Macroplan com base em dados do IBGE, IPEA, IEMA e Instituto Jones



7. Cenário C – Estagnação e Retrocesso

7.1. Filosofia

A maldição dos recursos naturais é a marca da maioria dos países que ancoram suas economias na extração e beneficiamento de bens não renováveis. Banhados em recursos provenientes destas atividades, esses países não investem em outros setores, não investem no capital humano e, com isso, não mudam as condições sociais de vida da maioria da população. Esta é a lógica do **Cenário C**.

Na verdade há uma conjunção de fatores internos e externos, objetivos e subjetivos, que se mostram desfavoráveis ao desenvolvimento capixaba. Nesse contexto, o Espírito Santo não conhece melhoria significativa em seus indicadores sociais, nem expansão econômica substantiva.

A exploração do óleo e gás supera inicialmente as expectativas, mas entra em declínio em seguida. Essa expansão inicial, entretanto, não traz desenvolvimento ao estado, pois este se encontra em meio a um contexto externo desfavorável e ausente de atores de envergadura que possam aproveitar esses recursos por intermédio da execução de investimentos produtivos. Acontece o inverso: a classe política piora, o empresariado se desorganiza, a sociedade civil não consegue ganhar densidade e o aparato social não se modifica, prejudicando a oferta de bens e serviços públicos de qualidade.

O ambiente mundial e nacional de crescimento insignificante traduzem-se em redução das demandas externas e da importação, assim, o grande portal exportador-importador que caracterizou o Espírito Santo começa a se desmontar. Isso repercute na redução dos investimentos e cria um círculo vicioso de subdesenvolvimento.

Não se trata da ausência completa de crescimento econômico, mas de um crescimento pífio e frustrante e, por fim, sem virtudes de retroalimentação. Muito pelo contrário, a maldição dos recursos naturais desestimula iniciativas estratégicas e inovadoras, inibindo qualquer tentativa de retomada do crescimento por outros caminhos.

7.2. Cena de Chegada: 2025

Mundo

O que no início do século XXI era apenas uma ameaça, hoje é uma realidade que se faz presente há quase duas décadas. **Há um quinto de século que a economia**

mundial não cresce acima de 2,0% a.a. Os

EUA ainda não conseguiram solucionar seus graves entraves estruturais (déficits gêmeos), o que não lhes permitem crescer mais que 2% a.a.

Uma situação de relativa

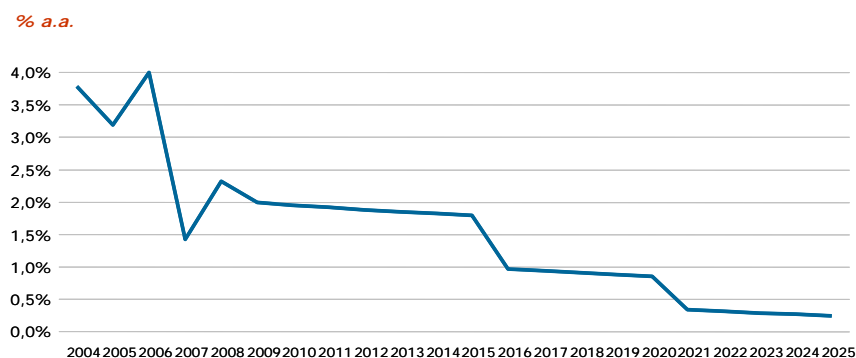
estagnação marca os países europeus em meio a conflitos constantes e de natureza muito distintas, desde trabalhistas até étnicos e etários, com uma situação de perda da qualidade da gestão pública.

Os “gigantes asiáticos”, em particular Índia e China, mergulhados em conflitos internos das mais diversas ordens (econômica, política e social), não conseguem alcançar os vãos vistos nos finais do século XX. Assim, se consolidam como grandes “**baleias encalhadas**”, o que acarreta **forte redução do ritmo de crescimento da demanda global por commodities industriais, energia e alimentos**. Soma-se a isso, a manutenção dos preços do petróleo em patamares excessivamente elevados, o que inibe o crescimento da economia-mundo e funciona como catalisador de boa parte dos conflitos que se espalham ao redor do globo.

Algumas poucas regiões permanecem alheias aos conflitos e apresentam um ritmo de crescimento um pouco melhor, mas ainda pequeno (em torno de 2 a 3%). Os escândalos envolvendo dirigentes de grandes empresas ajudam para criar e manter um clima de insegurança e insatisfação.

O principal traço do contexto mundial, porém, é a **disseminação de um conjunto de conflitos** que, embora mantenha seu caráter restrito regionalmente, contribui para a criação de um clima de permanente tensão entre os seus 7,9 bilhões de habitantes. Conflitos nos países latino-

Taxa de Crescimento do PIB Mundial



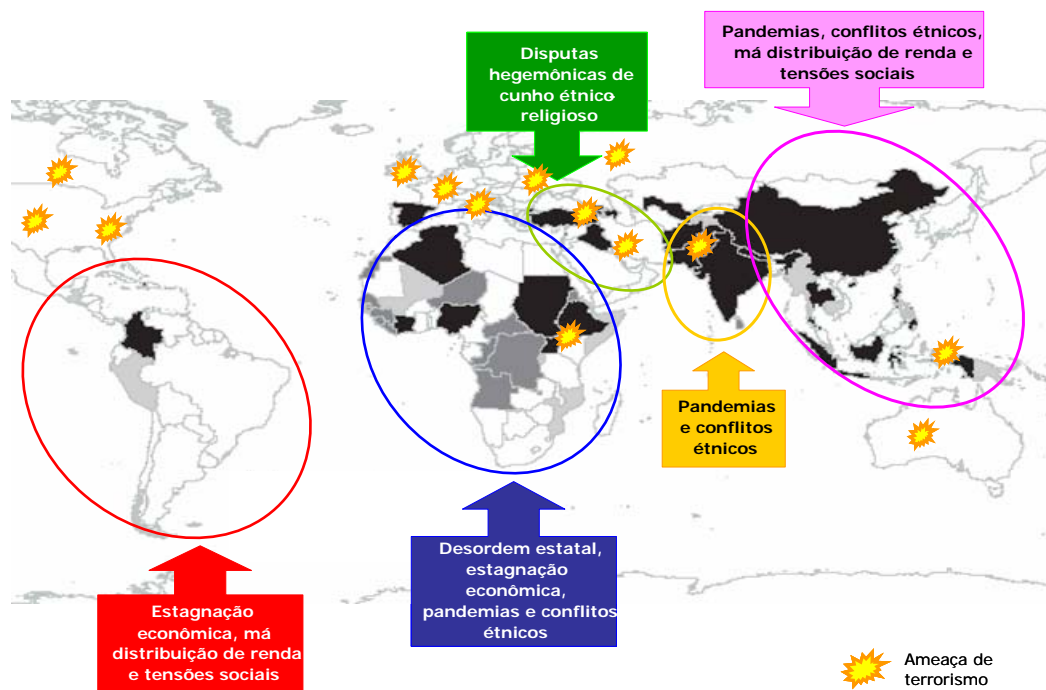
Fonte: Macropplan

americanos presos à estagnação econômica; conflitos no interior dos países árabes pela disputa hegemônica entre as correntes religiosas; conflitos entre etnias em torno da Índia, Paquistão e sudeste asiático; conflitos sociais no interior da China; conflitos acirrados nos territórios africanos despidos de qualquer ordem estatal; entre palestinos e israelenses; e explosão de jovens e fundamentalistas laicos nos países desenvolvidos. O medo que assola, sobremaneira, a população dos países ricos e daqueles países envolvidos diretamente em algum conflito é potencializado ainda pela **proliferação do terrorismo em escala global**. O rancor da identidade islâmica humilhada manifesta-se pelas contínuas manifestações terroristas que impactam, principalmente, os países do Oriente Médio e, secundariamente, mas de maneira importante, os países desenvolvidos.

As massas que foram arrastadas ao mercado são gradativamente condenadas a sua periferia pelo desemprego e baixa remuneração, graças ao pequeno crescimento econômico e a impossibilidade de sua absorção pelo mercado de trabalho.

O **clima de insegurança**, o baixo grau de propensão ao risco e o pífio desempenho da economia mundial inibem grande parte dos esforços no campo tecnológico. Ainda assim, com o desenvolvimento de novas tecnologias e a proliferação das antigas, o risco de um ataque terrorista utilizando armas de destruição em massa (química, biológica ou nuclear) se faz mais presente do que nunca. A estes riscos das armas atômicas e acidentes nucleares, somam-se os do campo da saúde, com o surgimento de novos vírus, cada vez mais resistentes, e a **proliferação de epidemias em escala mundial**, advindas especialmente da Ásia. Com isso, transcorridos um quarto do século XXI, o mundo se vê diante de uma nova sociedade, a **sociedade do risco**, com impactos diretos sobre as relações internacionais e a configuração do mapa geopolítico mundial.

Disseminação de Conflitos



Fonte: Macroplan

Os desastres naturais resultantes das mudanças climáticas, o crescimento da poluição e da escassez de água e novas doenças desconhecidas provenientes dos novos tipos de alimentos tornam a questão ambiental extremamente grave. Dessa forma, a consciência ambiental mobiliza milhares de pessoas para pressionar os governos no sentido de adotarem novas medidas de prevenção.

A América Latina, por sua vez, não consegue reverter a tendência de perda de espaço frente à economia mundial que se faz visível desde finais do século XX, graças, em grande parte, à "onda de populismo" que se consolidou sobre o continente e repercutiu no abandono e descaracterização de sua agenda de reforma e integração regional. O Chile sobrevive como uma espécie de ilha em meio a um conjunto de países dominados por políticas erráticas e antropofágicas.

Brasil

Ao contrário do que muitos esperavam no início do século XX, a consolidação dos valores democráticos no Brasil, após mais de 35 anos de sucessivas

eleições diretas para presidente, não veio acompanhada de um amadurecimento político por parte da sociedade suficientemente forte para provocar mudanças substantivas no quadro institucional. Desta maneira, o País permanece “patinando” em meio a debilidades políticas e institucionais, com uma gestão pública precária, pouco profissionalismo nas entidades governamentais e elevado índice de corrupção entre seus dirigentes.

O Poder Judiciário se mantém distante, caro, moroso e pouco transparente; o Legislativo conserva sua face ambígua e ineficiente, enquanto o Executivo continua a ser uma máquina custosa e pouco eficaz, todas com muito apadrinhamento e práticas de malversação de recursos públicos, estimulando uma descrença crescente nas instituições públicas no âmbito da população.

As poucas melhorias observadas na gestão pública se deram de maneira incremental e descentralizada, de tal forma que o País tem, hoje, áreas ágeis e integradas aos atores da sociedade civil e ao mercado, **coexistindo com outras áreas, a maioria, frágeis e emperradas pela burocracia e pela corrupção.**

Graças a resistências corporativistas encasteladas dentro do próprio Congresso Nacional, as reformas fiscal, política, trabalhista e previdenciária não são implantadas. Além disso, as reformas micro institucionais ocorrem apenas setorialmente e de maneira lenta, sem dar aos investidores um ambiente de segurança. Também no campo microeconômico as reformas são realizadas de maneira vagarosa e intermitente, de tal forma que **inexiste no País um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios e à execução e atração de investimentos.**

A gestão fiscal no Brasil tem **elevado grau de desperdício dos recursos orçamentários e disseminação de serviços públicos ruins** e pouco focados na obtenção de resultados efetivos para a sociedade. Os sucessivos desencantos com as promessas políticas conduzem a população a um estado de crescente despolarização e a uma imagem externa em plena deterioração.

Com a dívida pública consumindo a maior parte do orçamento federal, as parcerias público-privadas fracassando e as políticas públicas burocráticas e desintegradas, o País não consegue investimento público, nem privado, pela

Infra - estrutura deficiente



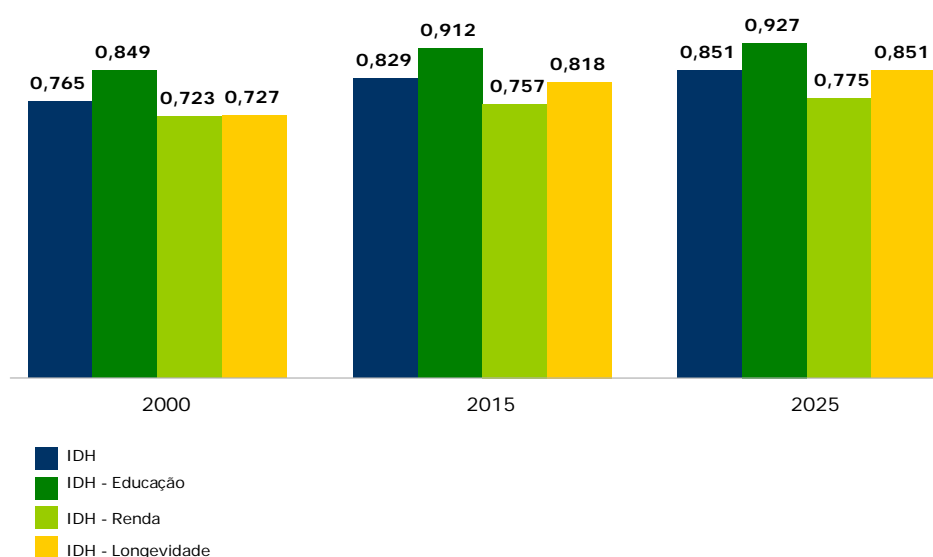
Após mais de 20 anos de abandono, os velhos gargalos infra-estruturais ainda se fazem presente em 2025!

falta de confiança nas regras estabelecidas, necessário para alavancar o crescimento econômico. Com isso, investimentos estratégicos em infraestrutura e logística avançam em ritmo muito lento e **os grandes gargalos ao desenvolvimento nacional se perpetuam.**

Os impactos ambientais se intensificam. As tentativas de superar a política de comando e controle não têm apresentado resultados. O desflorestamento continua a apresentar altos índices, em grande parte porque a lei de florestas não pegou. Os problemas hídricos crescem em face de uma gestão que não consegue se implementar na maior parte das bacias brasileiras de maneira efetiva, com crescimento dos conflitos, perda crescente da qualidade e ameaças localizadas de disponibilidade.

No campo social, desemprego elevado, políticas públicas ineficazes e o recrudescimento da concentração de renda, diante de um setor público frágil e de um setor privado retraído, contribuem para que os **índices de criminalidade se mantenham em patamares assustadoramente elevados** em todo o País. Os bolsões de pobreza persistem, e mesmo aumentam, nas grandes áreas metropolitanas e no meio rural, especialmente no Nordeste e nas regiões metropolitanas. De forma idêntica, a distribuição de renda se deteriora e o **Brasil permanece no lugar mais alto do pódio mundial da desigualdade.**

IDH do Brasil



Fonte: Macroplan

Com uma população de 232,1 milhões de habitantes, o País tem um PIB *per capita* de US\$ 10.400, um crescimento pouco expressivo quando comparado

aos US\$ 8.922 de 2005. A expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 76 anos, a taxa de mortalidade infantil se situa em torno de 15,3 por mil e o IDH em 0,851. O Brasil conserva sua posição de país emergente, mas muito atrás de China, Índia e Rússia. Além disso,

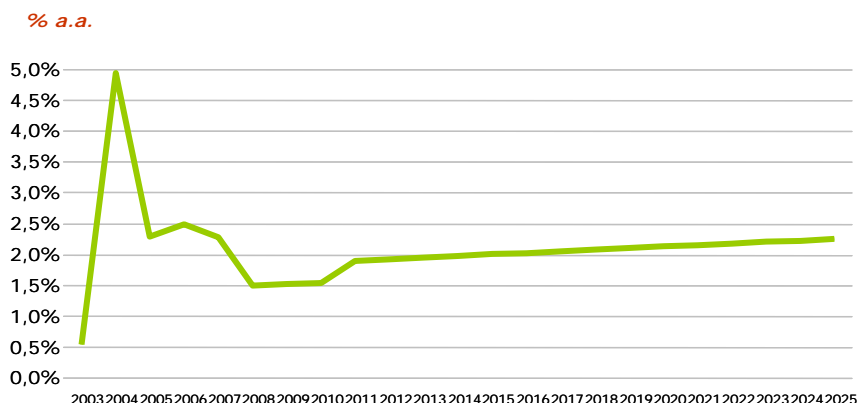
perde constantemente espaço frente a outras economias do mundo, tendo sido ultrapassado por países como o México e a Austrália no ranking econômico global. **O Brasil perde gradativamente importância política no contexto internacional.**

Além das deficiências no campo da gestão, a deterioração do quadro social se deve ainda, em grande parte, ao fato de o País estar atravessando sua **quinta década perdida consecutiva em termos de crescimento do PIB**. Não cresce acima de 2,5% a.a. há mais de 40 anos! De fato, um crescimento médio de 2% anuais no primeiro quarto do século XXI deixa o Brasil preso a um PIB de US\$ 2,414 bilhões - o que representa uma expansão inferior a 50% quando comparado ao PIB de 2005 -, bem abaixo das outras "baleias".

Ainda com baixo grau de abertura econômica e insuficientes níveis de produtividade e

competitividade, a economia brasileira se insere na nova divisão internacional do trabalho como exportadora de bens de baixo custo, com destaque para a produção de alimentos (agroindústria), principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte Oriental, principal motor da economia nacional. A produção de produtos de maior valor agregado (máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, bioindústria etc) e serviços avançados, produzidos especialmente nas Regiões Sul e Sudeste, voltados para o mercado interno e sul-americano

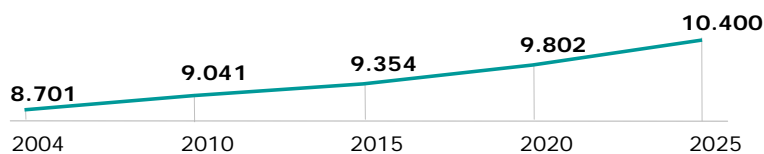
Taxa de Crescimento do PIB do Brasil



Fonte: Macroplan

PIB per Capita do Brasil

US\$ PPC de 2004



Fonte: Macroplan

apresenta baixo dinamismo, acompanhando o marasmo da economia nacional e latino-americana.

Como resultado conjunto do baixo dinamismo econômico e da ausência de políticas efetivas de desenvolvimento regional, **as regiões deprimidas que fazem fronteira com o Espírito Santo apresentam um baixo grau de desenvolvimento socioeconômico**. Dessa forma, estas regiões se consolidam como pólos irradiadores de mão-de-obra pouco qualificada que, diante da ausência de melhores perspectivas em sua terra natal, não vêem outra alternativa que não migrar para outras regiões que pareçam mais prósperas, particularmente o Espírito Santo.

As reformas no sistema de educação, ciência, tecnologia e inovação são executadas de maneira intermitente, desigual e restrita. Com isso, o ensino pré-primário se expande apenas razoavelmente, mas ainda longe da universalização, principalmente no Norte e Nordeste. O ensino médio se expande de maneira insuficiente, persistindo um grande número de jovens fora das escolas. Pior situação apresenta o ensino profissionalizante que não conseguiu se desprender de algumas poucas e boas escolas, sem disseminação no território nacional. Por sua vez, o ensino fundamental melhora incrementalmente de qualidade, mas ainda ocupa lugar muito inferior comparativamente aos países desenvolvidos e emergentes. Finalmente, o ensino superior é caracterizado por uma enorme mediocridade, em que as leis mais selvagens do mercado predominam, convivendo com algumas poucas "ilhas de excelência" de alta qualidade, mas insuficientemente integradas ao meio acadêmico internacional e, sobretudo, a maioria, degradadas sob o ponto de vista infra-estrutural, sem conectividade substantiva com o aparelho produtivo.

A integração entre Estado e empresas para formulação e implementação de políticas de **ampliação e modernização do sistema de ciência e tecnologia não se difunde e o parque produtivo brasileiro mantém baixo grau de inovação**, restrito a alguns nichos competitivos. Em alguns estados, particularmente nas regiões Sudeste e Sul ampliam-se a rede de fibra ótica, a alfabetização digital e o acesso aos novos meios de comunicação e trabalho, enquanto que as demais regiões, larga maioria do País, experimentam pequenas melhorias incrementais e restritas.

O Brasil continua a ser apenas o país do futuro, rico em recursos naturais, com um povo pobre, e uma fortíssima hierarquia na distribuição das riquezas.

Espírito Santo

Com uma população essencialmente urbana, onde menos de 15% dos cerca de 4,4 milhões de habitantes residem em áreas rurais, o Espírito Santo conhece um baixo **crescimento econômico e populacional, concentrado**

na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e no litoral, com os demais pólos emitindo claros sinais de estagnação e retrocesso.

Após 20 anos de expansão média de 2,3% anuais, pouco acima da média nacional, **o Espírito Santo tem hoje um PIB de US\$ 43,2 bilhões,** o que lhe garante uma participação de 2,2% no valor da produção nacional e um **PIB per capita,** em torno de US\$ 9,8 mil, valor inferior à média do País.

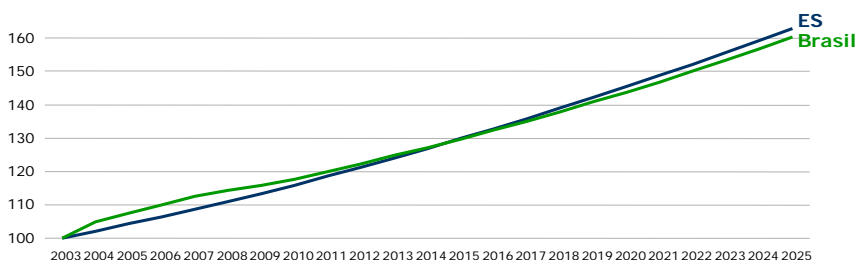
A persistência de um elevado número de

indigentes no estado e a permanência dos índices de pobreza em elevados patamares, combinados ao recrudescimento da desigualdade social, medido por um Coeficiente de Gini de 0,56, vêm contribuindo para os altos índices de **violência em todo o estado, com ênfase na RMGV.**

O Espírito Santo tem uma taxa de homicídios de 61,9 mortes por 100 mil habitantes, e este índice tem crescido assustadoramente nos últimos anos em todo o estado, especialmente entre jovens e negros concentrados na RMGV.

PIB do Brasil e do Espírito Santo

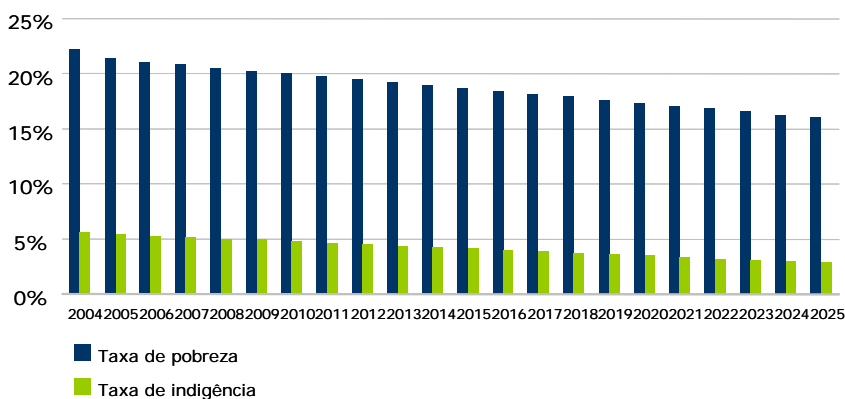
(Base 2003 = 100)



Fonte: Macroplan

Pobreza e Indigência no Espírito Santo

% da pop. total



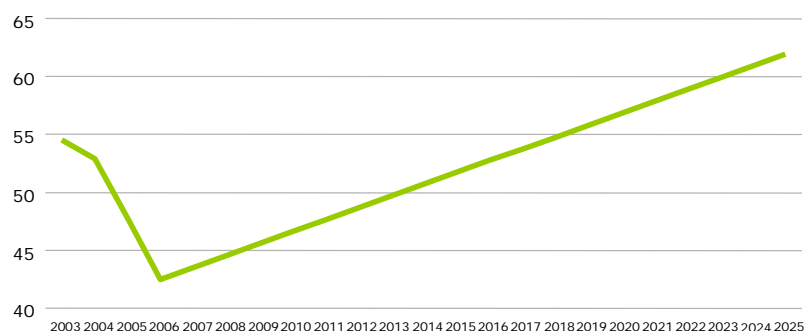
Fonte: Macroplan

A expectativa de vida do capixaba situa-se em torno de 76,7 anos, pouco acima da média nacional que, por sua vez, já é baixa em comparação aos outros países emergentes. Soma-se a isso a permanência de um elevado número de analfabetos no estado, contribuindo para que **o Espírito Santo atinja um IDH de 0,852, equivalente à média nacional**. Ainda assim, percebe-se que os maiores índices estão concentrados na RMGV, e estes coexistem com outros excessivamente baixos que se concentram em municípios do interior que têm experimentado significativa deterioração do desenvolvimento humano nos últimos anos.

Vive-se no estado, um grave problema social advindo da necessidade de gerir novas demandas sociais que decorrem tanto do crescimento dos fluxos migratórios, que são alimentados pela total ausência de perspectivas de vida nas regiões deprimidas fronteiriças, como pela mudança do perfil da pirâmide demográfica, resultante do envelhecimento da população. Como agravante, tal pressão sobre a malha urbana (saneamento, transportes, habitação e saúde) não vem sendo absorvida de maneira adequada pela **rede de cidades** que, por uma total ausência de planejamento e infraestrutura suficiente, **têm crescido de maneira desordenada e desequilibrada**.

Violência no Espírito Santo

Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes



Fonte: Macroplan

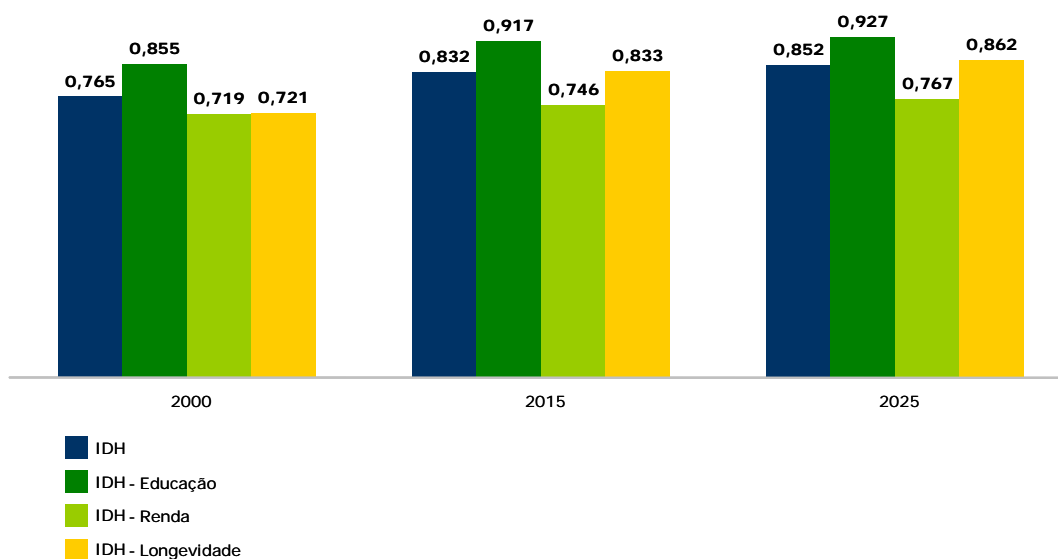
No contexto ambiental, **o Espírito Santo vem enfrentando problemas crescentes quanto à disponibilidade e qualidade de sua água**, reflexo da débil gestão ambiental empreendida no estado. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), o estado vive uma situação muito preocupante dos recursos hídricos, o que, por sua vez, dificulta a expansão das atividades produtivas, restringe a competitividade da economia e dificulta as condições de vida nas cidades, onde o déficit hídrico se mostra mais agudo, particularmente na RMGV. **No noroeste do estado, o déficit hídrico vem inviabilizando qualquer tentativa de recuperação sócio econômica da região**, que assiste ainda ao recrudescimento dos problemas relacionados à desertificação.

O Espírito Santo ocupa as manchetes da mídia como um dos estados onde o desmatamento mais assustadoramente tem crescido. Como resultado, a cobertura vegetal nativa, que pela legislação deveria cobrir 20% do território

capixaba, cobre menos de 5% e se distribui sob a forma de “ilhas de conservação”, mal geridas e pouco reguladas pelo poder público.

Outro traço marcante do crescimento da economia capixaba, nos últimos anos, é que o mesmo é altamente **concentrado no setor petróleo**. Apesar das atividades petrolíferas não terem atingido a expectativa inicial, apresentando poucas descobertas e fraco desenvolvimento de novos campos nos últimos dez anos, a indústria extrativa mineral capixaba compreende cerca de 6% do total nacional e é responsável por 12% do PIB estadual, um aumento considerável quando comparado com os 3% que a indústria detinha no início do século. Já a indústria de transformação, que respondia por 32% do PIB capixaba há 20 anos atrás, hoje é responsável por apenas 24% desse valor, resultado do baixo grau de agregação de valor e adensamento experimentado pelo setor petrolífero nas últimas décadas. De fato, desenvolveu-se no Espírito Santo apenas uma tímida cadeia de fornecedores de serviços e a indústria petroquímica e de fertilizantes não se viabilizou, enquanto que a produção de gás vem sendo integralmente exportada via Gasene.

IDH no Espírito Santo

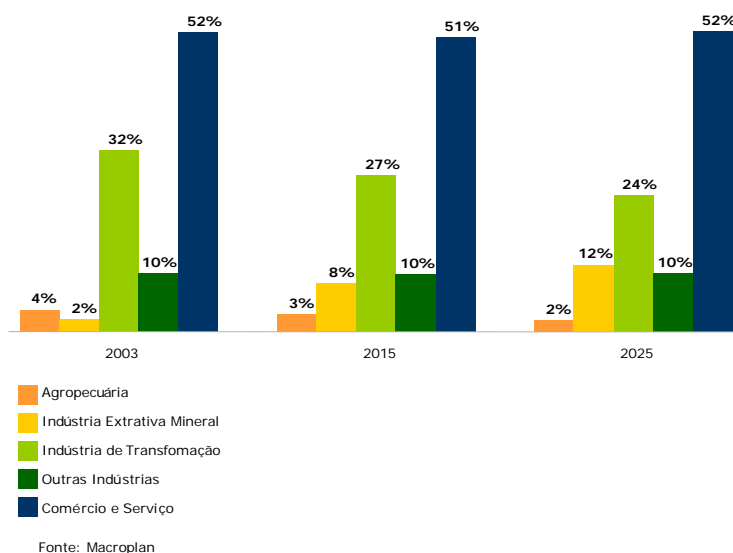


Fonte: Macroplan

A indústria de transformação capixaba vem sofrendo duro golpe do contexto externo de crise mundial e baixo dinamismo das “baleias” e tem perdido importância no cenário nacional. O pequeno aumento da demanda global por *commodities* industriais contribui com o baixo ritmo de expansão dos setores de ferro e aço, além de papel e celulose, que, junto

com o setor de óleo e gás, respondem por mais de 90% da altamente especializada pauta exportadora capixaba. Contribui ainda com o fraco desempenho da economia a incremental expansão das principais cadeias do setor primário (cafeicultura e fruticultura), que resulta em uma perda de espaço ainda maior da agropecuária estadual no total nacional (0,4%). Os demais APLs (metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira) e cadeias tradicionais (têxteis e confecções e pecuária), assim como, o setor terciário (turismo e serviços avançados⁶) também revelam baixo grau de dinamismo e competitividade.

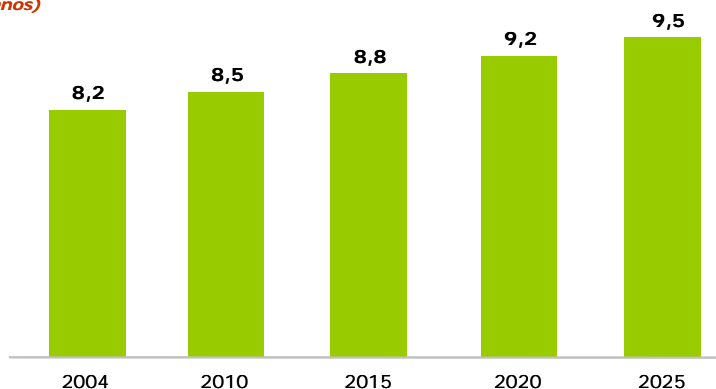
Composição do PIB Capixaba



Os efeitos da **especialização econômica e do baixo grau de agregação de valor das cadeias produtivas** também se fazem sentir no comércio exterior, cujo valor aumenta incrementalmente e alcança a marca de US\$ 85 mil/t, um aumento inexpressivo frente aos US\$ 77,3 mil/t do início do século. Para isso, contribui decisivamente um sistema logístico ineficiente e de baixa conectividade intra-regional, que tem inviabilizado o desenvolvimento econômico no interior do estado.

Escolaridade Média do Espírito Santo

Número de anos de estudo (faixa etária entre 25 e 34 anos)



⁶ Informática, consultoria, língua estrangeira, medicina, serviços de logística, ensinos superior, profissionalizante e pós-graduação.

Um dos grandes entraves à diversificação da economia capixaba consiste no **baixo grau de qualificação do capital humano**. Com uma escolaridade média de apenas 9,5 anos de estudo, o atual estado dos recursos humanos no Espírito Santo revela o total descomprometimento do poder público com as gerações seguintes após anos de mau emprego dos recursos advindos da extração do petróleo.

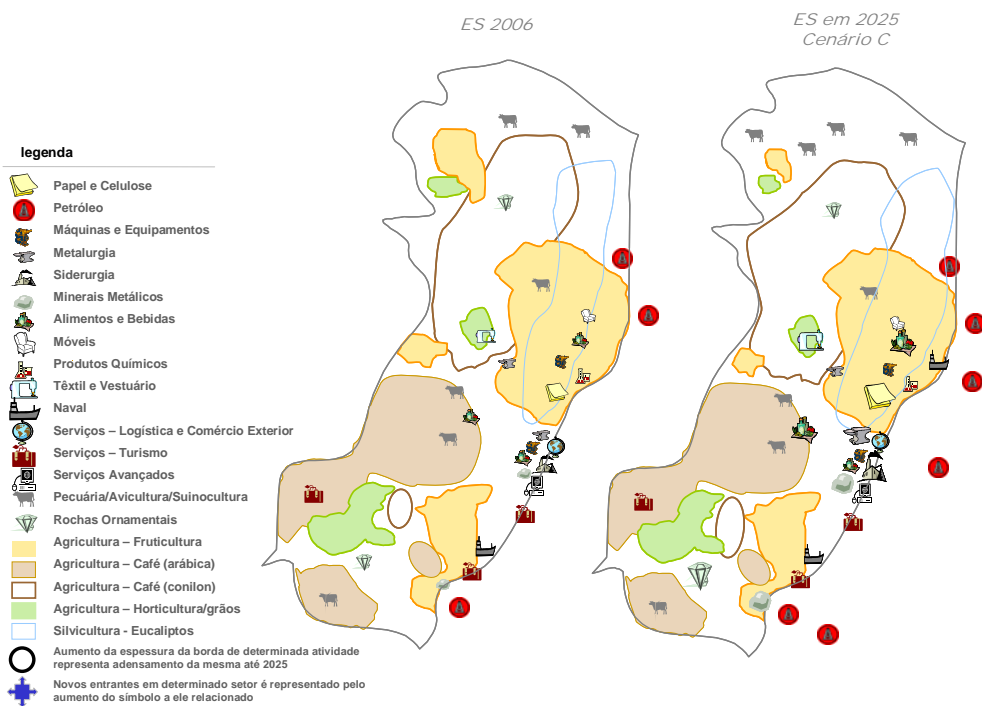
As redes de formação de capital humano, ciência, tecnologia e inovação revelam um sistema estagnado e que tem sido alvo de um baixo volume de investimentos em estrutura, projetos, oferta de serviços e em redes de aprendizagem e ensino à distância nos últimos anos. Com isso, a rede de entidades ligadas à formação e qualificação profissional não consegue suprir a alta demanda por mão-de-obra qualificada e **a maior parte dos postos de trabalho que surgem são absorvidos por trabalhadores capacitados vindos de outros estados**.

Esse ambiente de baixo grau de qualificação de capital humano e pouco propício à atração de novos investimentos de envergadura decorre, em grande parte, da **baixa qualidade da classe política** e da fraqueza do empreendedorismo empresarial e do 3º setor, que os faz entre os mais desarticulados nacionalmente. Embora haja uma relativa presença de investidores nacionais e internacionais, a cultura de negócios e empreendimento é fraca, em decorrência do ambiente de baixo dinamismo econômico e deterioração das instituições. Essa situação reforça a incapacidade do segmento empresarial em se articular e mobilizar forças no sentido de pressionar por melhores práticas na administração pública.

Como resultado deste insucesso na adoção de práticas eficazes de gestão e articulação com a sociedade, consolida-se um **sistema de gestão centralizado, "aparelhado" e patrimonialista, desarticulado e ineficiente na busca por resultado** e que demonstra sérias dificuldades em estimular as iniciativas dos atores sociais e regionais. Além disso, **as dificuldades na gestão pública não se resumem à instância estadual e estão generalizadas na esmagadora maioria das municipalidades**, em particular aquelas que recebem maior volume de *royalties*.

Estrutura Produtiva

Mapa Esquemático



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do IPES; Sidra / IBGE (PAM 2002 e PPM 2003); Contas Regionais/IBGE; Atualização do Estudo dos Eixos; Estudos do IPEA, 2005

Regionalização da Cena de Chegada (2025)

Macrorregião Metropolitana	<p>A Microrregião Metropolitana revela concentração excessiva das atividades econômicas e do crescimento populacional. Como resultado desse desatrelamento de sua base econômica para com as demais regiões do estado, a RMGV assiste a uma intensificação do processo de “favelização” e inchaço populacional de seus municípios. Soma-se a isso, o crescimento assustador dos índices de violência, o recrudescimento do déficit hídrico e a deterioração da qualidade do ar, contribuindo para uma visível deterioração da qualidade de vida em toda a região.</p> <p>Já a Microrregião Expandida Sul, como resultado da expansão das atividades de exploração de petróleo e gás, experimenta o crescimento desordenado e desorganizado de sua rede de cidades, que conhece visível deterioração de seus principais indicadores sociais, em total dicotomia ao crescimento dos indicadores econômicos. As Microrregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana são afetadas pelo inchaço populacional da RMGV, com impactos diretos sobre o meio ambiente, em um processo que começa a reverter a trajetória de expansão do agroturismo em alguns municípios da região.</p> <p>Assim como ocorre nas demais regiões que conhecem uma expansão do setor petróleo, o Pólo Linhares também experimenta um crescimento urbano desordenado e desestruturado, com fortes impactos sobre a esfera ambiental. Nesse sentido, a decadência da Bacia do Rio Doce (desmatamento, mau uso do solo, assoreamento e saneamento básico insuficiente) se constitui em grave limitador do desenvolvimento regional. A região vive serias restrições de caráter hídrico.</p>
Macrorregião Norte	<p>Com uma população excessivamente concentrada no interior, a Macrorregião Norte experimenta um crescimento econômico advindo da expansão do setor petróleo em total dicotomia com os indicadores sociais, resultando em intensificação da violência. A pecuária experimenta forte declínio; por total ausência de infra-estrutura adequada e integração com o sul da Bahia, o turismo não se viabiliza; as atividades agrícolas (fruticultura e cafeicultura) apresentam baixa densidade técnica e incipiente agregação de valor e a silvicultura se expande indiscriminadamente, resultando em aumento da área desmatada, maior erosão do solo e redução de sua produtividade.</p>
Macrorregião Noroeste	<p>A Macrorregião Noroeste se constitui como uma das mais pobres do País. Com uma situação dos recursos hídricos crítica, que inviabiliza o desenvolvimento econômico nos municípios da região, os quais experimentam forte deterioração de seus indicadores sociais e se constituem em pólos que repelem mão-de-obra pouco qualificada para outras regiões do estado, especialmente para a RMGV. Além do déficit hídrico, a baixa conectividade do sistema logístico endógeno não viabiliza a expansão dos pólos de rochas ornamentais e têxteis e confecções, resultando em elevados níveis de desemprego e informalidade, bem como manutenção da renda média em patamares muito baixos.</p>
Macrorregião Sul	<p>O Pólo Cachoeiro não consegue recuperar a importância econômica e política da primeira metade do século passado como resultado do baixo dinamismo de suas principais cadeias produtivas. Uma situação pouco confortável dos recursos hídricos, decorrente sobretudo da má gestão de resíduos, limita a expansão e adensamento do APL de rochas ornamentais. Além disso, o baixo grau de integração com o norte fluminense e a deterioração do sistema logístico endógeno tem como consequências diretas a permanência de baixa densidade técnica e o declínio da agropecuária local (cafeicultura e pecuária leiteira).</p> <p>A Microrregião do Caparaó permanece com baixos indicadores sociais e não consegue dinamizar a economia local. Decorrente da ausência de políticas de desenvolvimento regional e de integração com o sul de Minas Gerais, o turismo não se viabiliza e a agropecuária (fruticultura, cafeicultura e pecuária leiteira) entra em franco declínio. Soma-se a isso a intensificação do processo de desertificação e a situação crítica dos recursos hídricos, contribuindo para que os municípios da região apresentem os mais baixos níveis de renda de todo o estado.</p>

7.3. Trajetória de Construção do Cenário C

Cenários resultam das inúmeras decisões dos atores da sociedade, as quais ocorrem em meio a mudanças constantes. Dessa forma, as variáveis do sistema se modificam e se combinam diferentemente estimulando algumas decisões e inibindo outras. Nesse jogo de atores e variáveis em permanente mutação é que os cenários vão se construindo ao longo do tempo. Por isso é que o futuro constitui a moradia da incerteza. As maiores certezas que se tem no presente podem se desfazer completamente no futuro. As melhores expectativas podem virar pó.

O Cenário C, como visto anteriormente, nasce da combinação de fatores desfavoráveis e da ausência de decisões estratégicas que permitam aproveitar as poucas oportunidades e neutralizar as ameaças externas e, ao mesmo tempo, potencializar as forças e reduzir as fraquezas do Espírito Santo. Com isso, cria-se um círculo vicioso de deterioração do aparato institucional, baixo crescimento econômico e recrudescimento do quadro sócio-ambiental.

Os cenários se constroem por etapas denominadas “cenas”. Divide-se a evolução do Espírito Santo, segundo a lógica do Cenário C, em três cenas: (i) a primeira transcorre de 2006 a 2010; (ii) a segunda avança até 2015; (iii) e a terceira até 2025.

7.3.1. Primeira Cena: 2010

A janela de oportunidades que marcava a conjuntura mundial em finais dos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI está fechada. Após um período de intenso crescimento econômico e expansão do comércio internacional, **a economia-mundo sofre um forte revés** que se reflete nas baixas taxas de crescimento do PIB. Os déficits da economia norte-americana se tornaram insustentáveis e acarretaram uma abrupta reversão de sua política monetária. Com isso, os EUA vivem o que muitos têm chamado de a “2ª política do dólar forte”, resultando em juros elevados, estagnação econômica e liquidez internacional em franco declínio, tal como já ocorrera em finais dos anos 70 do século passado. As “baleias”, particularmente China e Índia, também estão crescendo bem menos, como resultado da redução das importações norte-americanas e da acentuação de tensões internas de cunho político, social e ambiental que começam a fugir de controle. A Europa se enreda em conflitos sociais constantes, como reação de seus atores sociais, sobretudo os corporativos, mas também os jovens e habitantes das periferias urbanas, às tentativas de reformas liberais que comprometem o desempenho do Estado social democrático construindo durante todo o século XX. Assim, sua

economia perde em ritmo de crescimento, mas também em produtividade e competitividade. Como reflexo da queda de ritmo de crescimento do mundo e particularmente da Ásia, o Japão não consegue consolidar seu processo de recuperação. **Começa a se desenhar um contexto de crise mundial**, com intensificação dos conflitos e a ocorrência de pandemias. A gripe aviária não pode ser contida e mata mais de 50 milhões de pessoas no mundo. Conclusão: cai a demanda global por alimentos, energia e *commodities* industriais e queda de seus preços no mercado internacional. Exceção feita para o caso do petróleo, cujos preços sobem sem parar, motivado ainda pela situação que beira ao caos no Oriente Médio.

O Brasil segue com graves debilidades no campo da governança pública que não o permitem reduzir a dívida, expandir a poupança interna e ampliar os investimentos públicos e privados. As crescentes dificuldades de governabilidade inviabilizam a implementação plena das reformas, que são sucessivamente derrubadas pelos interesses corporativistas encastelados no Congresso Nacional: a obsoleta legislação trabalhista mantém rígidas as relações de trabalho, estimulando a informalidade; o problema da previdência ganha contornos piores e consome parte significativa dos recursos arrecadados; a ausência da reforma política estimula a despolitização da sociedade brasileira e inibe seu poder de pressão sobre os governantes; o gasto público mantém qualidade duvidosa e o aparato estatal conserva sua face de pouco comprometimento com a obtenção de resultados. O perfil excessivamente estatizante do poder público inibe a criação de regras favoráveis ao investidor. Como resultado, os grandes gargalos que inibem o crescimento nacional permanecem e o País segue no “atoleiro” que não o permite crescer sequer acima da média mundial. O Brasil continua uma “baleia” atolada. Com a diferença para o último quarto do século passado, pois agora acompanha o pífio crescimento econômico mundial, em torno de 2%.

O baixo crescimento da demanda global, associado à ausência de políticas de desenvolvimento regional e às debilidades de gestão dos programas estaduais e federais de transferência de renda, **inviabilizam qualquer tentativa de crescimento econômico das regiões circunvizinhas ao Espírito Santo**. Dessa forma, as regiões adjacentes mais deprimidas experimentam o recrudescimento do “abismo” que separa a sua qualidade de vida daquela existente no Espírito Santo, mais particularmente no litoral e na RMGV.

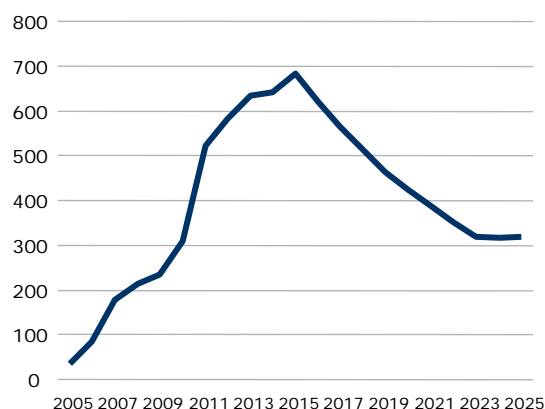
O processo de despolitização que assola o País se espalha por entre as UFs. Com isso, **os atores sociais e econômicos** não se fazem representar no contexto político e também **não são capazes de pressionar os governantes em prol da adoção de boas práticas de gestão pública e fiscal, no Espírito Santo**.

Resultado da ausência de pressões locais e nacionais, o Poder Judiciário capixaba permanece comprometido com as antigas práticas de nepotismo e morosidade, reduzindo sua credibilidade junto à sociedade. O Legislativo e as autarquias federais, estaduais e municipais não refletem as demandas dos cidadãos-eleitores e permanecem comprometidas com a defesa de interesses corporativistas e particulares disseminados no Congresso, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais. A gestão das instituições de interesse público se mantém excessivamente concentrada das mãos do Estado, o que é favorecido ainda pelo baixo crescimento de Organizações da Sociedade Civil (ONGs e OSCIP), que se mantém pouco articuladas.

O Executivo, que envolve tanto o Governo Estadual quanto as Prefeituras, no Espírito Santo, conhece um retrocesso e não consegue levar adiante o processo de recuperação dos valores éticos e modernização do aparelho estatal. Assim, a cultura patrimonialista e clientelista se dissemina pelas instituições públicas capixabas, que são corroídas pelo excesso de burocracia e pelas práticas de corrupção. Soma-se a isso a intermitência dos programas de capacitação de servidores públicos não consegue modernizar o seu perfil, fazendo que os serviços estatais manifestem uma baixa qualidade, com algumas exceções. As concepções atrasadas sobre gestão pública incentivam o crescimento do número de cargos comissionados e a redução do grau de profissionalização do aparelho estatal.

Curva de Produção de Óleo no ES

Mil bpd (média anual)



Fonte: Macroplan

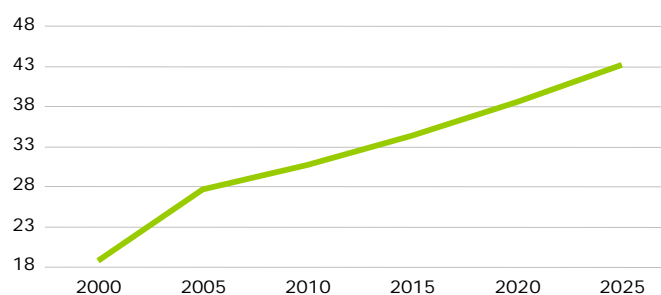
Esses processos fundam condições pouco favoráveis para uma definição mais clara e, sobretudo, mais comprometida com a sustentabilidade do desenvolvimento, quanto ao uso dos **royalties** advindos da extração do petróleo, que já chega a casa dos **350 mil barris/dia**. Com isso, esses recursos **são dispersos em atividades esparsas e de duvidoso valor estratégico**, contribuindo também para o atraso na conclusão de importantes empreendimentos no estado. As obras de instalação da Ferrovia Litorânea-Sul, ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, seguem ritmo lento e têm seu cronograma físico alterado sucessivamente. Por sua vez, a duplicação da BR 101 ainda não saiu do papel, assim como a ferrovia de interligação da RMGV ao norte do estado. O único avanço significativo no campo da logística

consiste na conclusão das obras de construção do porto de apoio às atividades de exploração do petróleo offshore por parte da Petrobras.

Contaminada pelo contexto mundial pouco favorável, as **cadeias produtivas de ferro & aço e papel & celulose conhecem baixa expansão**. Com isso, o mediano crescimento da economia capixaba é estimulado tão somente pelo **desempenho do setor petróleo**, que **já desperta dúvidas quanto ao seu desenvolvimento**

futuro: algumas descobertas em águas profundas não vêm se confirmando e o ambiente pouco propício aos negócios tem inviabilizado novas atividades de prospecção de óleo em águas ultra-profundas, embora seja comercialmente rentável sua exploração.

Evolução do PIB do Espírito Santo



Fonte: Macroplan

O moderado **crescimento econômico, além de especializado, é excessivamente concentrado na RMGV e no litoral**. As cadeias produtivas localizadas no interior do estado, como fruticultura, rochas ornamentais e cafeicultura crescem de maneira incremental e reforçam a migração intra-estadual. Essa situação, combinada ao crescente número de imigrantes advindos de outras UF's que passam a residir no Espírito Santo, acentuam assustadoramente as pressões sobre a rede de cidades no litoral, que crescem de maneira não planejada e desorganizada, e particularmente a RMGV.

Soma-se a isso a visível deterioração dos serviços públicos prestados. A expansão do programa saúde da família não é suficiente para descongestionar os hospitais, e sua imagem perde prestígio junto a opinião pública pelo uso indevido de seus recursos. O ensino fundamental, embora universalizado, tem desempenho sofrível. Poucas são as escolas com jornada integral, constituindo-se em "ilhas de qualidade". O ensino pré-primário não "decola", abarcando menos da metade das crianças de menos de 6 anos. O ensino superior, por sua vez, se expande incrementalmente, mantendo seu caráter restrito, estimulado, em grande parte, pelas dificuldades de gestão do sistema de crédito escolar capitaneado pelo governo estadual e apoiado pelo governo federal. Em resumo, o sistema educacional capixaba tem pífio desempenho e grande dualidade, com setores péssimos e outros bons.

O IDH do Espírito Santo, como resultado dessa situação, se eleva marginalmente a 0,823.

Com uma expectativa de vida ao nascer de 74,14 anos, o capixaba sofre com o aumento desenfreado da violência, que se reflete em um número de homicídios por 100 mil habitantes da ordem de 46,6, o qual faz da RMGV uma das regiões mais violentas do Brasil. É perigoso viver em Vitória.

Assim, com um PIB de US\$ 30,7 bilhões e PIB per capita de US\$ 8.353, **o Espírito Santo conhece os inícios de uma transição de sua imagem de “parte pobre do Sudeste” para a imagem de “estado injusto e violento”.**

7.3.2. Segunda Cena: 2015

O mundo continua sua trajetória de crescimento pífio, evidenciado nos primeiros anos do século. A economia norte-americana começa a emitir alguns tímidos sinais de recuperação à medida que uma política de gradual distensão do “aperto monetário” é implementada, mas seus índices de crescimento são ainda pequenos. O PIB mundial segue patinando, como reflexo da reversão das expectativas dos agentes quanto ao desempenho das “baleias” que, **após crises internas, parecem estar “encalhadas”** e experimentam fraco dinamismo econômico. À essas perturbadoras turbulências étnicas, políticas, sociais e ambientais que China e Índia atravessam ao longo da segunda década, e as impossibilitam de seguir como motores da economia global, pode-se somar a disseminação de conflitos que, embora mantenham caráter restrito, impactam diretamente sobre as expectativas dos investidores e as relações internacionais.

O mais perverso resultado da eclosão desses conflitos é que junto a eles se instala um **clima de crescente insegurança**, resultado das dificuldades na implantação de estratégias conjuntas de prevenção de doenças e de mitigação de ataques terroristas. Assim, o que antes não passava de uma grande ameaça, transforma-se aos poucos em uma realidade: a **não adoção de medidas internacionais de profilaxia por todos os países vem sendo acompanhada de um constante crescimento do número de pandemias**. Aliado a isso, o terrorismo se espalha em escala global e contribui com a consolidação da sociedade de risco.

O Brasil, por sua vez, segue crescendo, em média, na casa dos 2% anuais. Apesar de conhecer algumas mudanças no campo institucional (fruto da implementação parcial da agenda microeconômica, motivada pelo *lobby* de representantes de nichos economicamente competitivos encastelados no Congresso Nacional), o País segue apresentando grandes dificuldades no

campo da gestão pública e fiscal, que inviabilizam a criação de um ambiente favorável ao investimento público e privado e a melhoria dos serviços prestados. Como resultado, **os grandes gargalos ao desenvolvimento nacional se perpetuam**; a economia perde competitividade frente a outros emergentes. Pior: o Brasil segue no pódio mundial da má distribuição de renda, com altos índices de desigualdade e de violência urbana.

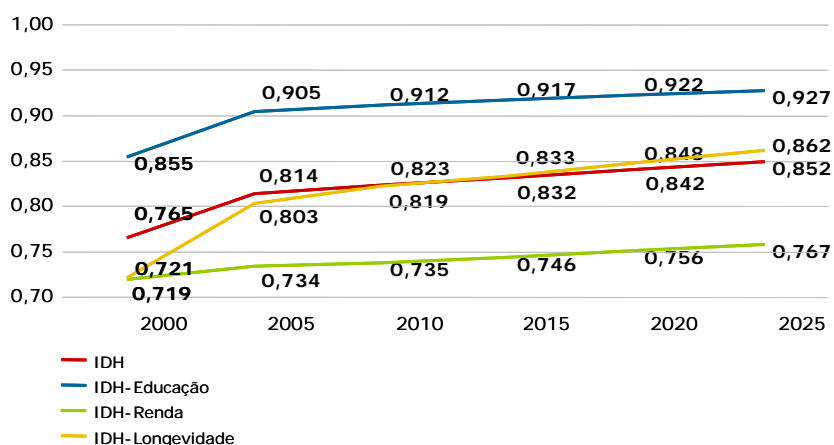
Da mesma maneira que conhece um **recrudescimento da desigualdade social**, o Brasil vê se acentuar também a **desigualdade regional**. Apesar do baixo crescimento da economia global, da redução da demanda por alimentos e da permanência dos gargalos da malha logística (parcialmente sanados), o agronegócio persiste como o mais dinâmico setor da economia nacional. Isso faz do País o mais importante fornecedor internacional de alimentos. Ao mesmo tempo, as Regiões Norte e Nordeste não conseguem construir vantagens competitivas suficientes à atração de plantas industriais que, embora mantenham a tendência de interiorização, se mantêm próximas aos principais pólos do País, “ao sul de Belo Horizonte”. Como resultado, as disparidades inter-regionais entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste se acentuam visivelmente.

As disparidades intra-regionais também crescem. Com isso, as regiões circunvizinhas do Espírito Santo vêm conhecendo inexpressivas e marginais melhorias em seu IDH, transformando-se em **grandes pólos irradiadores de mão-de-obra pouco qualificada** que passam a tentar a sorte em outros países ou em regiões próximas que pareçam mais prósperas.

O Espírito Santo, com um PIB de US\$ 34,4 bilhões e uma população de 4 milhões de habitantes cresce levemente acima da média nacional e, apesar da taxa média de expansão do PIB de

2,3% nos últimos três anos ser baixa, vem atraindo um significativo número de imigrantes advindos dessas regiões deprimidas adjacentes. Grande parte deste contingente populacional ainda é atraída pelo bom desempenho do

Evolução do IDH no Espírito Santo



Fonte: Macroplan

setor petróleo, embora já exista enormes sinais de reversão da curva de extração de óleo e gás no estado.

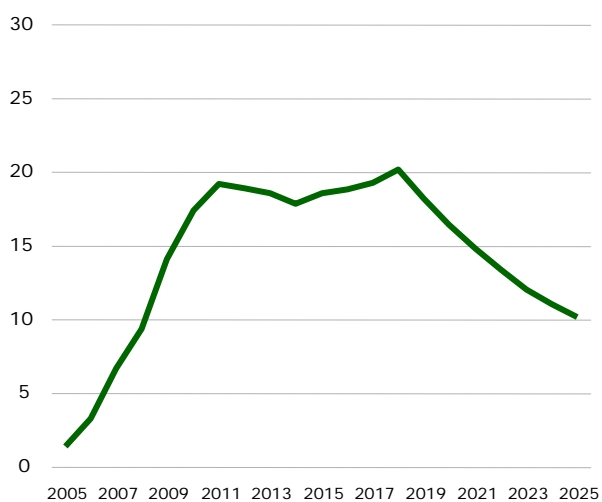
O *boom* do petróleo na primeira década foi responsável também pela intensificação da desigualdade regional dentro do estado. Esta tendência ainda se mantém, com grande parte dos migrantes advindos dos municípios pobres do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia e de municípios do próprio interior capixaba se instalando na RMGV e no litoral. Com isso, **as cidades das Microrregiões Metropolitana e Metropolitana Expandida crescem desordenadamente e este crescimento vem sendo acompanhado pelo recrudescimento de graves tensões sociais**. A RMGV já é a região mais violenta do Brasil, e há indícios de que este aspecto tem pesado negativamente nas decisões de investimento de investidores interessados em injetar recursos no estado.

O interior, que vem perdendo importância no cenário econômico e político estadual há mais de 50 anos, sofre com a falta de atenção do poder público, refletida na ausência de políticas de desconcentração do desenvolvimento. A pouca articulação de seus agentes econômicos, políticos e sociais reflete-se no baixo grau de pressão da sociedade junto àqueles que lhes representam. Como resultado, seus indicadores econômicos e sociais se deterioram crescentemente e graves tensões sociais, como o caso da violência, há muito já não são exclusividade da RMGV e se fazem crescentemente presentes no interior.

Os royalties continuam sendo usados de forma pouco produtiva, desperdiçados em atividades esparsas e pouco comprometidas com a sustentabilidade do desenvolvimento. Ainda no que se refere às atividades petrolíferas, após experimentar um forte crescimento inicial, atingindo a marca de 500 mil barris/dia em 2014, **o setor petróleo começa a se desacelerar**. As previsões iniciais não estão se confirmando, muitos campos não mais são viáveis e, portanto, não estão em vias de desenvolvimento, enquanto que a insegurança quanto ao

Curva de Produção de Gás no ES

Milhões m³/d (média anual)



Fonte: Macroplan

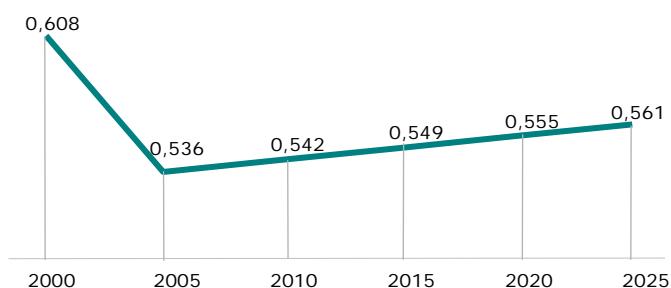
ambiente regulatório desestimula o desenvolvimento de novas prospecções em águas ultra-profundas. Com isso, já se percebe uma **inflexão para baixo na curva de extração de óleo e gás** em todo o estado nos próximos anos, frustrando a todos aqueles que acreditavam, no início do século, que o bom futuro do Espírito Santo estava garantido pelas até então ótimas perspectivas quanto ao setor petróleo.

Além do frustrante desempenho das atividades petrolíferas, o fraco crescimento da economia estadual é reforçado também pela expansão marginal das cadeias de ferro & aço e papel & celulose, no bojo do impacto negativo causado pelo **“efeito baleias” sobre o mercado internacional de commodities industriais**. Resultante não apenas do contexto externo, como também do baixo dinamismo do mercado interno, os APLs de metal-mecânica, rochas ornamentais e móveis de madeira experimentam pouco crescimento e perdem competitividade frente a outros pólos do País. A fruticultura, a cafeicultura e a silvicultura também crescem pouco e não cumprem seu papel de desconcentrar territorialmente a riqueza do estado, tendo o desempenho inibido ainda pela **situação crítica dos recursos hídricos que começa a se desenhar em algumas regiões, em especial no noroeste e na RMGV**. Neste último, a escassez de água de qualidade já afeta o bem-estar da população e cresce o número de bairros onde a água chega apenas uma vez na semana.

Também são responsáveis pelo fraco crescimento econômico os sucessivos governos, ausentes de qualquer tipo de estratégia e de competência para mudar, e os atores econômicos e sociais, que não são capazes de se mobilizar e pressionar seus governantes pela adoção de políticas que tragam resultados concretos para a sociedade.

As lideranças políticas não se mostram capazes de equacionar o problema de deterioração dos padrões de governança pública no estado, quer por motivos de dificuldade de governabilidade, quer pela ausência de legitimidade ou até mesmo pela falta de vontade política. Assim, **um Estado burocrático, corrupto e ineficiente se enraíza no Espírito Santo** e se reflete em uma contínua deterioração dos serviços públicos.

Evolução do Coeficiente de Gini no Espírito Santo



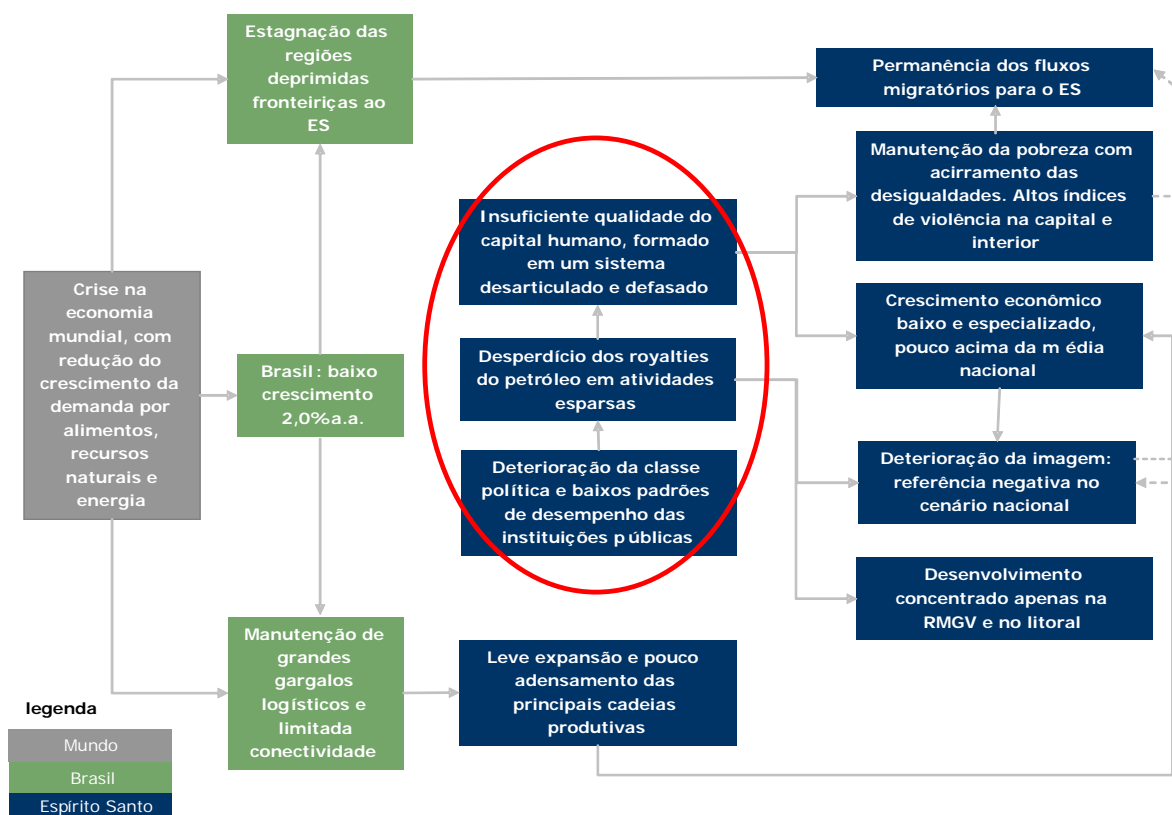
Fonte: Macroplan

O programa saúde da família se expande, mas o **“inchaço” dos grandes centros** recrudesce o congestionamento nos hospitais. As malhas urbanas não são capazes de absorver o crescimento econômico e um número cada vez maior de áreas da RMGV passa a sofrer de maneira crescente e assustadora com problemas relacionados à favelização, abastecimento, poluição, intensificação do tráfego veicular e violência urbana. A rede de formação de capital humano, informação e conhecimento apresenta um desenho de desarticulação e deterioração, resultando na permanência de importação de mão-de-obra qualificada de outras localidades.

Com um IDH de 0,832, pouco acima da média nacional, e um coeficiente de Gini de 0,549, **o Espírito Santo revela ser um dos estados mais desiguais do País**, onde a ausência de iniciativas estratégicas por parte do Estado e da sociedade se traduz em crescente perda de qualidade de vida para sua população.

7.4. A Lógica do Cenário C

Cenário C – Estagnação e Retrocesso 2006-2025



Elaboração: Macroplan

7.5. A Estagnação e Retrocesso em Números

	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Mundo						
População (em milhões de hab.)	5.857	5.987	6.415	6.929	7.431	7.920
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	35.553	42.773	53.428	63.095	72.893	81.656
PIB per capita (em US\$ PPC de 2004)	6.070	7.145	8.329	9.106	9.810	10.310
Brasil						
Demografia						
População (em milhões de hab.)	169,8	184,2	196,1	208,8	220,9	232,1
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	1.450	1.616	1.773	1.953	2.165	2.414
PIB per capita (em US\$ de 2004)	8.539	8.776	9.041	9.354	9.802	10.400
Taxa de Investimento (em % do PIB)	22,0%	20,5%	21,2%	21,3%	21,4%	21,5%
Social						
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	7,8	8,0	8,2	8,3	8,5
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,6	71,9	73,0	74,1	75,1	76,1
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	39,3	25,8	23,0	20,4	17,9	15,3
IDH	0,765	0,805	0,818	0,829	0,841	0,851
IDH-Educação	0,849	0,887	0,900	0,912	0,923	0,927
IDH-Renda	0,723	0,747	0,752	0,757	0,765	0,775
IDH-Longevidade	0,727	0,781	0,801	0,818	0,835	0,851
Espírito Santo						
Demografia						
População (em milhões de habitantes)	3,1	3,4	3,7	3,9	4,2	4,4
Economia						
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	18,81	27,65	30,74	34,44	38,59	43,23
PIB per capita (em US\$ de 2004)	6.011	8.113	8.353	8.750	9.252	9.875
Taxa de Crescimento do PIB dos últimos 5 anos (em % a.a.)	3,5	4,5	2,2	2,3	2,3	2,3
Extração de Óleo (em mil bpd)		45	300	650	400	310
Oferta de Gás (em mil bpd)		3,5	18	15	17	10
Social						
Coeficiente de Gini	0,608	0,536	0,54225	0,5485	0,55475	0,561
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	28,9%	21,3%	20,0%	18,7%	17,3%	16,0%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	10,0%	5,4%	4,7%	4,1%	3,4%	2,8%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade entre 25 e 34 anos)	-	8,2	8,5	8,8	9,2	9,5
Expectativa de vida ao nascer (anos)	68,2	73,2	74,1	75,0	75,9	76,7
Mortalidade Infantil (em mortes por mil)	0,3	23,2	20,7	18,4	16,1	13,8
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	46,78	47,71	46,60	51,70	56,80	61,90
IDH	0,765	0,814	0,823	0,832	0,842	0,852
IDH-Educação	0,855	0,905	0,912	0,917	0,922	0,927
IDH-Renda	0,719	0,734	0,735	0,746	0,756	0,767
IDH-Longevidade	0,721	0,803	0,819	0,833	0,848	0,862
Meio Ambiente						
Cobertura Vegetal (em % do território)	9%	8%	7%	6%	6%	5%
Unidades de Conservação(em % do território)	3%	3%	3%	3%	2%	2%
Comitês de Bacias Hidrográficas em Operação (em unid.)	0	0	1	2	4	5

Elaboração Macroplan com base em dados do IBGE, IPEA, IEMA e Instituto Jones



8. Exame de Plausibilidade e Análise Comparativa

Uma vez descritos os três cenários, a questão prática que se coloca é a seguinte: qual a probabilidade de cada um ocorrer? E **qual o cenário mais provável?**

Neste campo, só existe uma certeza trazida tanto da teoria quanto das aplicações práticas da metodologia empregada: **na “vida real”, nenhum dos três cenários irá acontecer exatamente como descrito.** Por isso, os cenários devem ser interpretados e utilizados nas reflexões e decisões estratégicas como uma sinalização que antecipa tendências possíveis ou prováveis, e nunca como uma predição categórica do futuro.

Cenário B – Crescimento Excludente

O Cenário B antecipa um futuro onde os atores principais do Espírito Santo, em um contexto externo favorável, não são capazes de empreender um conjunto considerável de decisões estratégicas que permita ao estado aproveitar plenamente as oportunidades desse contexto. Mantendo a tradição de mais de uma década, o estado cresce em nível superior à média nacional, mas não dá o salto de qualidade que as condições externas permitem.

Dessa maneira, **o cenário B assume a conotação de um futuro “livre de surpresas”**, em que os próximos vinte anos seriam uma mera extrapolação das tendências do passado recente e onde as principais mudanças consistiriam em elementos atualmente em curso. O cenário está ancorado em cinco hipóteses que apresentam forte probabilidade de ocorrência:

- **Manutenção de um contexto externo favorável ao Espírito Santo;**
- **Recuperação contínua e incremental do aparato institucional de interesse público;**
- **Melhoria incremental e localizada do capital humano;**

- **Forte expansão das cadeias produtivas, porém acompanhada de baixo adensamento;**
- **Redução da pobreza** aliada à manutenção da desigualdade.

Há mais de dez anos que a economia mundial atravessa um período de prosperidade, comparável somente àquilo que se convencionou chamar de Trinta Anos de Ouro do Capitalismo – período de forte crescimento industrial que vai do pós-guerra até o primeiro choque do petróleo, em inícios dos anos 1970. Além da significativa expansão do PIB global, um dos principais traços do contexto externo decorre do volume recorde no comércio internacional, permitindo que não apenas as nações ricas se beneficiem, mas também os países emergentes. O destaque maior para a economia mundial é o desempenho das chamadas “baleias”, em particular China e Índia, responsáveis pela forte demanda externa por alimentos, *commodities* industriais e energia, mantendo seus preços em patamares elevados.

A suposição desse cenário é que o Brasil continua crescendo, porém em um nível aquém de suas possibilidades, embora levemente superior ao mundo, o que não vinha ocorrendo ultimamente. Isso se deve, em grande parte, porque as reformas não são implementadas, não há mudanças substantivas na gestão pública, nem investimentos significativos na economia ou no capital humano. Por sua vez, a manutenção da dívida interna suga grande parte da poupança interna.

Contudo, o contexto se faz favorável ao Espírito Santo à medida que seu perfil de portal de exportação dos produtos brasileiros o transforma em grande beneficiário da tendência de crescente valorização do resultado externo para o equilíbrio macroeconômico nacional.

Para o Espírito Santo a consequência imediata da conjuntura mundial favorável é a expansão das principais cadeias produtivas que se instalaram no estado, denominadas de Grandes Projetos. Soma-se a isso, ainda, a esperada expansão do setor petróleo motivada pelas recentes descobertas de novos campos em águas profundas e ultra-profundas.

No entanto, a ausência de iniciativas estratégicas, e ousadas, por parte dos atores capixabas faz que as melhorias sociais incrementadas pelo estado sejam parcialmente absorvidas pelos altos índices de crescimento demográfico, melhorando pouco o desempenho do capital humano, reduzindo de maneira pouco expressiva a pobreza, mantendo os altos índices de desigualdade e de violência. Dessa forma, aos poucos o “atraso social” começa a limitar as possibilidades de crescimento econômico.

Cenário A – Desenvolvimento Sustentado

Pode-se observar ainda que **é a ausência de iniciativas estratégicas exitosas por parte do Estado e da sociedade** – o que tem uma plausibilidade considerável – **que diferencia fortemente o Cenário B do Cenário A**. Este último, além de pressupor a manutenção de condições externas favoráveis que estimulam a expansão das principais cadeias produtivas, se apóia em três grandes pilares:

- **Elevados padrões de qualidade e desempenho das instituições de interesse público capixabas;**
- **Elevada qualidade do capital humano**
- **Pobreza extrema erradicada e desigualdade em franco declínio**

Alguns fatos recentes sinalizam e reforçam a factibilidade do Cenário A. Em primeiro lugar, os resultados apresentados pelo chamado “Estado empresário” ao longo de sua existência levaram à eclosão de críticas sobre o mesmo, que desencadearam pressões por mais uma reconfiguração de seu papel. Hoje, os desafios sociais se multiplicam e emerge com cada vez mais força a necessidade de repensar o Estado brasileiro, em seu sentido mais amplo, envolvendo, além da União, as esferas estadual, municipal, instituições do Legislativo e Judiciário, e outras autarquias correlatas ao setor público.

Essas mudanças requerem, por seu turno, vencer fortes resistências que sempre se levantaram para impedi-las. Dessa forma, **a plausibilidade do Cenário A encontra-se intrinsecamente relacionada à capacidade de mobilização e articulação da sociedade no sentido de que tais resistências não sejam capazes de impossibilitar a emergência de um novo aparato institucional de interesse público** – envolvendo não apenas o Estado, mas também o empresariado e instituições do Terceiro Setor – comprometido com a ética e focado na obtenção de resultados concretos para a própria sociedade.

Nesse sentido, supõe-se a disseminação de conceitos da Nova Gestão Pública pelos principais estados brasileiros, com visível tendência de recuperação gerencial do setor público. No Espírito Santo essa situação nacional favorável, somada as iniciativas de seus atores, conferem probabilidade de ocorrência de mudanças significativas na qualidade e rapidez da oferta de serviços públicos, mas, sobretudo mudanças significativas no ambiente de negócios. Essas mudanças são alimentadas pelo volume de royalties disponíveis que,

aplicados corretamente, permitem melhorar significativamente o sistema de conhecimento e informação, com fortes repercussões sobre o capital humano.

Como resultado direto do contexto externo favorável, da confirmação das previsões de crescimento econômico e da melhoria do padrão de gestão das instituições públicas capixabas, o estado experimentaria uma verdadeira “revolução educacional” – implicando em excelente qualidade de capital humano e incremento da competitividade sistêmica da economia – e conheceria uma significativa redução da desigualdade social, acompanhada da emblemática erradicação da pobreza extrema em todo o estado.

Assim, ao inverso do cenário B, as melhorias no campo da educação e da saúde estimulam o crescimento econômico, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento integrado e sustentável.

Cenário C – Estagnação e Retrocesso

Finalmente, tem-se o **Cenário C**, que configura uma situação de contexto desfavorável com atores não estratégicos. Com efeito, **há alguns indícios no atual contexto que não tornam desprezíveis a probabilidade de ocorrência deste cenário**. No plano mundial, a persistência dos chamados “déficits gêmeos” (déficit orçamentário e déficit externo) acentuam os riscos de uma inflexão na política monetária norte-americana, o que teria impactos diretos sobre a liquidez do sistema financeiro internacional e sobre o fluxo de capitais para as economias emergentes. Além disso, o crescimento econômico das “baleias” vem explicitando um conjunto de gargalos e tensões estruturais de cunho político, social e ambiental particulares a cada um dos países que, se não sanados, poderão impactar negativamente não só em suas respectivas taxas de crescimento, como também sobre a própria taxa de crescimento do PIB mundial. Tais riscos se mostram mais agudos no caso da China. Soma-se a isso a manutenção dos preços do petróleo em patamares elevados e as ameaças que se cristalizam com a consolidação da chamada “sociedade do risco”, tais como riscos de ataques terroristas, pandemias, conflitos regionais, crises monetárias etc.

No Brasil, também não é desprezível a probabilidade de que os grandes gargalos que mantêm o País no “atoleiro” em que se encontra nos últimos vinte anos – quando cresceu em média 2,2% anuais – não sejam alvo de efetivo enfrentamento por parte do Estado e da sociedade e ainda se façam presentes em todo o curso de tempo que nos leva a 2025. De fato, a lista de entraves ao crescimento econômico no Brasil – dinheiro caro, impostos elevados, infra-estrutura deficiente, burocracia excessiva, excesso de informalidade, lei trabalhista obsoleta e gestão pública e fiscal de má

qualidade – mudou pouco nos últimos anos e uma análise do passado recente do País revela que os mesmos tendem a se manter por força da inércia.

No Espírito Santo, o baixo dinamismo econômico se justificaria pela queda da expansão da demanda global e da acentuação dos gargalos logísticos nacionais. Soma-se a isso o fato de que, embora seja esperada uma grande expansão do setor petróleo, a efetiva concretização das mesmas ainda está envolta a incertezas que não podem ser desprezadas. Além desses aspectos, o Cenário C se apóia nos seguintes pilares:

- **Deterioração sistêmica das instituições públicas capixabas;**
- **Manutenção de um quadro de insuficiente qualidade do capital humano;**
- **Manutenção da pobreza e aumento da desigualdade**

Assim, **tal como ocorre no Cenário B, o Cenário C é órfão de qualquer iniciativa estratégica por parte do Estado e da sociedade na busca da sustentabilidade do desenvolvimento.** Como agravante, os impactos negativos que esta componente impõe sobre o padrão de governança pública, as redes de formação de capital humano, informação e conhecimento e os índices de pobreza e desigualdade no estado são dramaticamente potencializados pela conjuntura externa desfavorável.

Embora a realização de tais hipóteses tenha probabilidade de ocorrência inferior às demais no momento atual, a simples existência das incertezas sob as quais estas se vinculam não nos permite ignorar o que de pior pode acontecer. Portanto, alguma aposta pode e deve ser feita.

Cenário mais provável

Dessa forma, olhando o Espírito Santo, o Brasil e o Mundo em 2006, a trajetória que parece mais provável até o ano de 2025 situa-se no contexto do Cenário B, que extrapola para o futuro as tendências evidenciadas no passado. De um lado, porque a tendência do contexto nacional e internacional é de manter suas condições favoráveis, mesmo que com momentos de crise e dificuldades regionais, graças a quase impossibilidade de conflitos mundiais, o forte aparato institucional e científico e o desenvolvimento tecnológico acelerado pela criação de redes de pesquisa e desenvolvimento. De outro lado, porque a cultura política nacional e capixaba é marcada por traços ancestrais – clientelismo, nepotismo, corporativismo - que se reproduzem

com facilidade no interior da sociedade, alimentada pela forte desigualdade que cria uma hierarquia rígida entre os atores pouco propicia a mudanças.

Já a conquista do melhor futuro, descrita pela lógica do Cenário A, está condicionada a iniciativas dos principais atores capixabas que, se não realizadas, acentuam também o risco de que o Espírito Santo em 2025 não tenha uma evolução tão favorável, se aproximando, assim, da filosofia do Cenário C, caso impere um contexto desfavorável.

Contudo, somente por intermédio de uma sistemática avaliação da trajetória real será possível aferir até que ponto esta hipótese está certa. Afinal, o futuro é a morada privilegiada da incerteza, e o que foi feito até aqui foi simplesmente tentar reduzi-la a um conjunto relativamente administrável de alternativas. Busca-se, assim, melhor mapear os riscos ou, pelo menos, tornar as decisões e ações estratégicas mais conscientes desses riscos, uma vez que o Espírito Santo não é uma ilha, o mundo não pára e escolhas têm de ser feitas a todo momento. Afinal, como ensina Alvin Toffler, **“ou você tem uma estratégia pronta, ou então é parte da estratégia de alguém”**.

Quadro Comparativo - Cenários em 2025

	Cenário A Desenvolvimento Sustentado	Cenário B Crescimento Excludente	Cenário C Estagnação e Retrimento
Mundo			
Economia Global	Forte crescimento e elevada liquidez	Crescimento mediano e elevada liquidez	Fraco crescimento e baixa liquidez
Demanda por alimentos, commodities industriais e energia	Elevada demanda e preços elevados	Elevada demanda e preços medianos	Demanda em queda e preços baixos
Brasil			
Modelo do Estado	Estado Regulador	Estado Liberal	Estado Intervencionista
Economia	Crescimento sustentado	Crescimento mediano e estável	Crescimento baixo e intermitente
Social	Pobreza e desigualdade em forte queda	Pobreza e desigualdade em gradual queda	Pobreza em gradual queda e desigualdade em alta
Espírito Santo			
Político	Renovação definitiva da classe política	Renovação intermitente da classe política	Deterioração da classe política
Instituições de Interesse Público	Eficientes, transparentes e comprometidas com resultados	Baixos padrões de qualidade e desempenho, coexistindo algumas "ilhas de excelência"	Ineficientes, burocráticas e pouco comprometidas com resultados
Crescimento Económico	Forte, com adensamento	Forte, com baixo adensamento	Baixo, sem adensamento
Produção de Óleo & Gás	Acima das expectativas	De acordo com as expectativas	Abaixo das expectativas
Estrutura Produtiva	Diversificada	Levemente diversificada	Especializada
Capital Humano	Elevado grau de capacitação	Mediano grau de capacitação	Baixo grau de capacitação
Tensões Sociais	Redução da desigualdade social e arrefecimento das tensões	Manutenção da desigualdade e das tensões	Recrudescimento da desigualdade e das tensões
Meio Ambiente	Uso sustentável dos recursos naturais	Uso predatório dos recursos naturais	Uso predatório dos recursos naturais

Quadro Comparativo Quantitativo - Cenários em 2025

	Cenário A	Cenário B	Cenário C
Mundo			
Taxa Média de Crescimento Real do PIB (em %a.a.)	4,16%	2,83%	1,39%
PIB per capita (em US\$ PPC de 2004)	15.070	11.443	10.310
Brasil			
Demografia			
População (em milhões de habitantes)	226,5	228,9	232,1
Economia			
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	4.165	2.962	2.414
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %a.a.)	4,85%	3,07%	2,03%
PIB per capita (em US\$ de 2004)	18.392	12.940	10.400
Social			
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade de 25 a 34 anos)	10,0	9,0	8,5
Expectativa de vida ao nascer (anos)	78,2	77,7	76,1
IDH	0,910	0,880	0,851
Espírito Santo			
Demografia			
População (em milhões de habitantes)	4,33	4,48	4,37
Economia			
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	88,63	53,96	43,23
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %a.a.)	6,00%	3,40%	2,26%
PIB per capita (em US\$ de 2004)	20.446	12.041	9.875
Social			
Coeficiente de Gini	0,412	0,535	0,561
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	0,0%	8,5%	16,0%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	0,0%	1,8%	2,8%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade de 25 a 34 anos)	12	10,5	9,5
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	< 10	35,00	61,90
IDH	0,917	0,877	0,852
IDH-Educação	0,971	0,951	0,927
IDH-Renda	0,888	0,800	0,767
IDH-Longevidade	0,893	0,880	0,862
Meio Ambiente			
Cobertura Vegetal (em % do território)	16%	10%	5%
Unidades de Conservação (em % do território)	10%	5%	2,5%

Elaboração Macroplan com base em dados do IBGE, IPEA, IEMA e Instituto Jones



9. Implicações para a Estratégia de Desenvolvimento

Concluída a grande etapa de geração, desenvolvimento e análise dos cenários exploratórios para o Espírito Santo no horizonte 2006-2025, cabe agora interpretá-los e identificar, em cada um deles, quais as principais oportunidades, ameaças, potencialidades e riscos que os mesmos antecipam, fornecendo subsídios essenciais para a construção da estratégia de desenvolvimento que conduzirá o Espírito Santo ao seu futuro desejado.

9.1 Principais Oportunidades para o Espírito Santo

Oportunidade é uma situação externa atual ou potencial, derivada dos cenários ou tendências que, se adequadamente aproveitada, pode contribuir para o desenvolvimento do Estado.

As **tendências consolidadas** que se processam em escala mundial, nacional e estadual mapeadas no inventário dos condicionantes de futuro do Espírito Santo oferecem as seguintes oportunidades:

1. Aumento da demanda por produtos e serviços ambientalmente corretos (eco-turismo, orgânicos, biocombustíveis, ISO 14000 etc.);
2. Amadurecimento do conceito de cidadania e da participação do cidadão;
3. Possibilidade de geração de empregos vinculados às tecnologias emergentes;
4. Estímulos à melhoria da gestão pública devido à emergência da estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e do novo espaço público;
5. Benefícios da universalização das telecomunicações e massificação da Internet (novos mercados, novos conhecimentos, redução dos custos);
6. Oportunidades de investimentos para o ES em razão da reconfiguração econômica e espacial.

Outras oportunidades também trazidas no bojo do mapeamento de tendências são potencializadas diante de alguns cenários. O **Cenário A**, por exemplo, **acentua o impacto das seguintes oportunidades** que decorrem de tendências em andamento:

7. Maior demanda por serviços avançados;
8. Disponibilidade de expansão de setores de menor valor agregado para áreas fronteiriças Minas Gerais e Bahia.

A **filosofia do Cenário A** traz ainda um conjunto de três oportunidades que podem ter grande relevância sobre o futuro do Espírito Santo. A última delas é compartilhada ainda pelo **Cenário B**.

9. Adoção de novos mecanismos de prestação de serviços públicos (OS, OSCIP, PPP, e-gov etc.);
10. Política industrial brasileira e os fundos setoriais;
11. Aumento da demanda por bens intermediários e bens de consumo (celulose, alimentos, móveis, vestuário etc.).

Até os cenários desfavoráveis são capazes de ser portadores de oportunidades. O **Cenário C**, por pressupor um ambiente de crise mundial, **potencializa uma grande oportunidade** para a economia capixaba:

12. Manutenção de elevado preço do petróleo.

9.2 Principais Ameaças para o Espírito Santo

Ameaça é uma situação externa atual ou potencial, derivada dos cenários ou tendências que, se não for neutralizada ou minimizada, pode prejudicar o desenvolvimento do Estado.

O **Cenário C antecipa as seguintes ameaças** que, não sendo devidamente neutralizadas, têm capacidade de inviabilizar que o Espírito Santo alcance seu melhor futuro. Cabe destacar que as três últimas são antecipadas ainda pelo **Cenário B**.

1. Fragilidade econômica e política dos parceiros comerciais do estado;
2. Estagnação econômica e fragilidade institucional do Brasil;
3. Má qualidade dos serviços públicos e deficiência da regulação gerando restrições ao desenvolvimento (econômico, social e ambiental);

4. Baixo desenvolvimento social do Brasil prejudica a atração de investimentos e de pessoas (turismo, capital humano etc.);
5. Baixa competitividade sistêmica nacional prejudicando a atração/criação de empresas;
6. Migração de população sem capacitação oriunda de outros estados;
7. Perda da competitividade logística pelo deslocamento do eixo da economia mundial para o Pacífico;
8. Avanço da violência e do crime organizado oriundos dos estados fronteiriços.

Tal como acontece com as oportunidades, existe um conjunto de **ameaças** que, por estarem **vinculadas a tendências** que se processam em escala mundial, nacional ou estadual, estarão presentes independentemente dos cenários. São elas:

9. Perda da competitividade com maior custo de produtos e serviços pela degradação da infra-estrutura;
10. Aumento da oferta de produtos tecnologicamente superiores e/ou baratos competindo com produtos capixabas;
11. Possibilidades de pandemias, devido à grande importância do comércio exterior para o estado.

Nesse sentido, cabe destacar que a ameaça da **possibilidade de pandemias é especialmente potencializada no Cenário C**, enquanto que **o Cenário A acentua os riscos decorrentes da concorrência de produtos tecnologicamente superiores**, alertando para o fato de que inclusive os melhores cenários poderão vir acompanhados de grandes ameaças.

9.3 Principais Potencialidades para o Espírito Santo

Potencialidades são condições internas potenciais, derivadas dos cenários ou tendências que, se adequadamente aproveitadas, podem contribuir para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

Existe um vasto número de **potencialidades que são antecipados pelo Cenário A** e, em menor grau, pelo **Cenário B**. Estas potencialidades estão relacionadas ao desdobramento das dimensões político-institucional, econômica e sócio-ambiental, e são as que seguem:

1. Ampliação das possibilidades de investimentos para agregação de valor nas cadeias das commodities tradicionais e nos serviços correlatos;
2. Complementação e adensamento da cadeia de petróleo e gás;
3. Interiorização e diversificação da economia, voltada para agregação de valor a partir do adensamento das cadeias produtivas tradicionais e dos APL's;
4. Potencial de eco-turismo e agro-turismo;
5. Expansão das grandes empresas trazendo investimento para resolução dos gargalos de infra-estrutura;
6. Aumento de competitividade sistêmica gerado pelos investimentos impactantes na área de logística;
7. Aumento da transparência, do controle social e da eficiência e valorização dos serviços públicos;
8. Aumento do nível educacional da população;
9. Atração de capital humano qualificado devido ao desenvolvimento da estrutura produtiva estadual.

Tal como acontece com as oportunidades e ameaças, existem ainda outras **potencialidades que se vinculam intimamente às tendências consolidadas** mapeadas no estudo dos condicionantes de futuro. São elas:

10. Ampliação dos serviços ligados ao comércio exterior (capital humano, serviços jurídicos etc.)
11. Surgimento de novas especialidades em serviços de saúde, educação, terciário avançado

9.4 Principais Riscos para o Espírito Santo

Riscos são condições internas potenciais, derivadas dos cenários ou tendências que, se não forem neutralizadas ou minimizadas, podem prejudicar o desenvolvimento do estado do Espírito Santo.

Existe um vasto número de **riscos que são antecipados pelo Cenário C** e, em menor grau, pelo **Cenário B**. Estes riscos estão relacionados ao desdobramento das dimensões político-institucional, econômica e sócio-ambiental, e são os seguintes:

1. Acirramento da concentração maior da geração de produto e renda nas regiões litorâneas e RMGV;

2. Ampliação de bolsões de população próxima ou abaixo da linha de pobreza;
3. Má gestão pública dos recursos oriundos das atividades do petróleo e gás;
4. Perda de atratividade de novos investimentos pela não redução da violência urbana;
5. Perda de competitividade ocasionada por gargalos infra-estruturais;
6. Incapacidade de aproveitamento das vantagens e das potencialidades do corredor logístico;
7. Aumento dos fluxos migratórios gerando um aumento da pressão sobre os serviços públicos e um crescimento desordenado das cidades;
8. Crescimento econômico não se reverter em renda, emprego e serviços públicos de qualidade;
9. Exclusão de certas áreas do processo de desenvolvimento
10. Não aproveitamento da mão-de-obra local em razão de sua não qualificação para as demandas existentes;
11. Manutenção da tendência de degradação ambiental;
12. Diminuição dos padrões éticos e de eficiência dos serviços e poderes públicos, bem como a descontinuidade das políticas sociais e de gestão pública.



Bibliografia

Referências Bibliográficas

1. BANDES S.A. *Arranjo produtivo local metal-mecânico do Espírito Santo: potencial de fornecimento e da demanda*. Vitória: BANDES, 2004.
2. CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Chile: 2004.
3. CIA. *World Fact Book*. CIA, 2005. Disponível em: <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>
4. CNT. *Pesquisa Rodoviária CNT 2005*. CNT, 2005. Disponível em: www.cnt.org.br/.
5. *Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*. Ministério do Planejamento e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1997. Revisado em 2002.
6. FRIEDMAN, T. L. *O Mundo é Plano*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.
7. GODET, M. *De L'anticipation à l'action - Manuel de Prospective et de Stratégie*. Dunod, Paris, 1991.
8. IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais*. IBGE, 2005. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br.
9. IBGE. *Contas Regionais do Brasil 1985 – 2003*. IBGE, 2003. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br.
10. IBGE. *Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)*. IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.
11. IBGE. *Pesquisa Industrial Anual (PIA)*. IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.
12. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. IBGE, 2004. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br.

13. IBGE. *Produção Agrícola Municipal (PAM)*. IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.
14. IBGE. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 2003 (Saeb)*. INEP, 2004. http://www.inep.gov.br/basica/saeb/estados_2004.htm.
15. IPES. *Arranjo produtivo de rochas ornamentais do Espírito Santo*. Vitória: IPES, 2004.
16. IPES. *Arranjo produtivo local do mamão*. Vitória: IPES, 2004.
17. LOURENÇÃO, Marcos Renato. *Exportações e crescimento industrial: a dinâmica da economia capixaba a partir da década de sessenta*. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2003.
18. *Mapa da Violência*, Unesco/SNDH/IAS apud O Globo – 08/06/04.
19. MCRAE, H. *The World 2020: Power, Culture and Prosperity*, Harvard Business School Press. Boston, 1994.
20. MOTA, Fernando César de Macedo. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*. Tese (doutorado). Unicamp – Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n], 2002
21. National Institute for Educational Policy Research. *Educational Innovation for Sustainable Development*. NIER. Tokyo, 2004.
22. *Os cinco entraves ao crescimento do Brasil*, Revista Veja - 07/12/2005.
23. PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. PNUD, 2005.
24. PNUD. *La cooperación internacional ante una encrucijada ayuda al desarrollo, comercio y seguridad en un mundo desigual*. In: Informe sobre desarrollo humano. Multi-prensa. New York, 2005.
25. *Por que o Brasil precisa de um novo choque de globalização*, Revista Exame – 07/12/2005.
26. PORTO, C. & BENTES, J. (org). *Macrocenários Mundiais, Nacionais do Mercosul com Focalização na Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial no Horizonte de 1997/2020* - INMETRO/ Macroplan, Rio de Janeiro, Dezembro 1997.

27. PORTO, C. (org.); NASCIMENTO, E.; AGUIAR, E.; VENTURA, R.; BUARQUE, S. C. *Quatro Cenários para o Brasil 2005-2007*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.
28. PORTO, C. *Construção de Cenários e Prospecção de Futuros - Texto para treinamento conceitual-operativo*, Macroplan/ SAE, Julho, Mimeo.
29. PORTO, C.; NASCIMENTO, E. & BUARQUE, S. *Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003*. Rio do Janeiro: Ed. Nórdica, 2001.
30. ROCHA, Haroldo Correa. *Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial*. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M.; DAVEL, Eduardo P.B.(org). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.
31. ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955-1985*. Vitória:FCAA, 1991.
32. SCHWARTZ, P. *A Arte da Previsão - Planejando o futuro em um mundo de incertezas*. Ed. Página Aberta Ltda. São Paulo, 1995
33. SCHWARTZ, P. *A Arte da Visão de Longo Prazo*. Ed. Best Seller. São Paulo, 2003.
34. SCHWARTZ, P. *Cenários: as Surpresas Inevitáveis*. Ed. Campus. São Paulo, 2003.
35. SHELL. *Energy Needs Choices and possibilities – Scenarios to 2050*. Shell International Limited. 2001.
36. SHELL. *The Shell Global Scenarios to 2025 – The future business environment: trends, trade-offs and choices*. Shell International Limited. 2005.
37. SIQUEIRA, E. *2015: Como viveremos*. São Paulo: Saraiva. 2004.
38. THURLOW, L. C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.
39. VAN DER HEIJDEN, K. A. *Planejamento de Cenários*. Ed. Bookman Companhia Ed. 2004.

40. VILLASCHI FILHO, Arlindo; BUENO, Flávio de Oliveira.. *Elementos Dinâmicos do arranjo Produtivo Madeira/Móveis no Nordeste Capixaba – Linhares*. Relatório Final. Nota técnica 24 – Estudos empíricos, 2000.
41. VILLASCHI FILHO, Arlindo; LIMA, Eliene dos Santos. *Arranjo produtivo metalmeccânico*. Relatório Final. Nota técnica 14 – Estudos empíricos, 2000.
42. VILLASCHI FILHO, Arlindo; SABADINI, Mauricio de Souza. *Arranjo Produtivo de Rochas Ornamentais (mármore e granito) no estado do Espírito Santo*. Relatório Final. Nota técnica 15 – Estudos empíricos, 2000.
43. WILSON, D. & PURUSHOTHAMAN, R. *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. In: Global Economics Paper N°99. Goldman Sachs. 2003.
44. WTEC. *Converging Technologies for Improving Human Performance*. World Technology Evaluation Center (WTEC), 2002. Disponível em: www.wtec.org/

Sites oficiais consultados

45. Agência Nacional de Águas. www.ana.gov.br/
46. Banco Central do Brasil. www.bcb.gov.br/
47. Central Intelligence Agency (CIA). <https://www.cia.gov/>
48. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). www.fao.org/
49. Fundo Monetário Internacional. www.imf.org
50. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). www.ibge.gov.br/
51. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). www.incaper.es.gov.br
52. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Planejamento Jones dos Santos Neves (IPES). <http://www.ipes.es.gov.br/>

53. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES (IDAF).
<http://www.idaf.es.gov.br/>
54. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
<http://www.ipea.gov.br/>
55. Instituto Estadual de Meio Ambiente – ES (IEMA).
www.iema.es.gov.br/
56. Ministério dos Transportes. <http://www.transportes.gov.br/>
57. TechCast. <http://www.techcast.org/>



Equipe do Projeto

Coordenação Geral do Projeto

Guilherme Gomes Dias
Arthur Carlos Gerhardt Santos

Coordenação Executiva

Dayse Maria Oslegher Lemos
Cláudio Porto
Alexandre Mattos de Andrade

Supervisão Técnica

José Paulo Silveira

Comitê de Acompanhamento

Dayse Maria Oslegher Lemos
Orlando Caliman
José Francisco Carvalho Margato
Guilherme Weichert Neto

Equipe Técnica do Volume 5 – Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025

Macroplan

Equipe

Elimar Nascimento
Frederico Araújo
Rodrigo Ventura
Danilo Menezes
Davi Monteiro

Concepção Visual e Design

Mônica Mercadante
Luiza Raj

